

## Manual de orientação para crescimento da receita própria municipal

Coordenação geral: Amir Antônio Khair e Francisco Humberto Vignoli

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>

# Lei de Responsabilidade Fiscal

## Manual de Orientação para Crescimento da Receita Própria Municipal

**Coordenação Geral**  
Amir Antônio Khair  
Francisco Humberto Vignoli

**2ª Edição**  
**Julho de 2001**

A divulgação deste trabalho se insere no âmbito de convênio de cooperação técnica firmado com os Ministérios do Planejamento e do Desenvolvimento e com a ENAP, visando apoiar a implantação da Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, inclusive para efeito de atendimento do disposto em seu art. 64.

**As opiniões aqui expressas são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a posição dos órgãos federais.**

Este documento pode ser reproduzido, em parte ou integralmente, desde que devidamente citada a fonte.

**MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**



**MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA  
E COMÉRCIO EXTERIOR**



**GOVERNO  
FEDERAL**  
Trabalhando em todo o Brasil

# **FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**

**Carlos Ivan Simonsen Leal**  
*Presidente*

## **ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**

**Francisco Sylvio de Oliveira Mazzucca**  
*Diretor*

**Abraham Laredo Sicsu**  
*Vice-Diretor Acadêmico*

**Fernando S. Meirelles**  
*Vice-Diretor Administrativo*

**GVConsult**  
**Domingo Zurrón Ocio**  
*Coordenador*

**José Bento Carlos Amaral Júnior**  
*Vice- Coordenador*

**Paulo Roberto Vampré Hummel**  
*Vice-Coordenador*

---

Manual de orientação para crescimento da receita própria municipal/coordenação geral: Amir Antônio Khair, Francisco Humberto Vignoli; equipe técnica: Noburo Takitani, Rubens Alves, Vania Maria de Andrade Aguiar. São Paulo: EAESP, 2001.

1. Impostos municipais – Brasil. 2. Impostos – Arrecadação – Brasil. I. Khair, Amir Antônio. II. Vignoli, Francisco Humberto.

---

CDU 336.2 (81)

**EAESP – FGV**  
Avenida 9 de Julho, 2029/10º andar  
CEP 01313-902 São Paulo – SP – Brasil  
Tel.: (0xx11) 281-7784/7785  
Fax: (0xx11) 281-7891

## A Lei de Responsabilidade Fiscal: Simples Municipal

O art. 64 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000) prevê que: "A União prestará assistência técnica e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas desta Lei Complementar".

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu programa de rádio dedicado à sanção dessa Lei (em 02.05.2000) anunciou sua determinação para que o Ministério do Planejamento e o BNDES desenvolvessem o ***Simples Municipal***: um conjunto de ações voltadas especialmente para Prefeituras de pequeno porte e do interior, visando facilitar a administração de suas contas e, ao mesmo tempo, assegurar a implantação de um novo regime fiscal responsável.

A publicação deste trabalho se insere nesse esforço governamental para tornar mais fácil e mais eficaz as administrações locais. Faz parte da seguinte série de trabalhos elaborados por entidades e técnicos de notória especialização na área, exclusivos responsáveis pelas opiniões, mas cuja distribuição é apoiada pelos órgãos federais por ajudarem na compreensão da lei e na implantação de um novo regime fiscal:

- *"Manual de Orientação para Crescimento da Receita Própria Municipal"*, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2000
- *"125 Dicas Idéias para Ação Municipal"*, do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais PÓLIS, São Paulo, 2000
- *"Guia de Orientação para as Prefeituras"*, de Amir Antônio Khair, São Paulo, maio 2000
- *"Manual Básico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo"*, São Paulo, junho de 2000
- *"Manual de Procedimentos para Aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul"*, Rio Grande do Sul, novembro de 2000

- *"A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Previdência dos Servidores Públicos Municipais"*, de Marcelo Viana Estevão de Moraes, Rio de Janeiro, dezembro de 2000
- *"As Transgressões à Lei de Responsabilidade Fiscal e Correspondentes Punições Fiscais e Penais"*, de Amir Antônio Khair, Rio de Janeiro, dezembro de 2000
- *"Proposta de Padronização dos Relatórios da Gestão Fiscal"*, do Instituto Ruy Barbosa, São Paulo, dezembro de 2000
- *"Guia de Orientação para as Prefeituras"*, **2ª edição, revista e ampliada**, de Amir Antônio Khair, São Paulo, fevereiro de 2001
- Caderno IBAM 1 *"Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal"*, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal IBAM, Rio de Janeiro, abril de 2001
- Caderno IBAM 2 *"Impactos da LRF sobre a Lei nº 4320"*, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal IBAM, Rio de Janeiro, abril de 2001
- Caderno IBAM 3 *"Elaboração do Plano Plurianual"*, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal IBAM, Rio de Janeiro, abril de 2001
- Caderno IBAM 4 *"Elaboração das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento"*, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal IBAM, Rio de Janeiro, abril de 2001
- Caderno IBAM 5 *"Acompanhamento da Execução Orçamentária"*, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal IBAM, Rio de Janeiro, abril de 2001
- Caderno IBAM 6 *"Gestão de Recursos Humanos e a LRF"*, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal IBAM, Rio de Janeiro, abril de 2001
- Caderno IBAM 7 *"O Papel da Câmara Municipal na Gestão Fiscal"*, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal IBAM, Rio de Janeiro, abril de 2001
- *"A Lei de Responsabilidade Fiscal no Contexto da Reforma do Estado"* de Cid Heraclito de Queiroz, Rio de Janeiro, maio de 2001
- *"Os Municípios e a Lei de Responsabilidade Fiscal Perguntas e Respostas"* de Carlos Maurício Cabral Figueirêdo e Marcos Antônio Rios da Nóbrega, Pernambuco, maio de 2001
- *"Dúvidas e Soluções da Lei de Responsabilidade Fiscal"*, de João Carlos Macruz, José Carlos Macruz e Marcos José de Castro, São Paulo, julho de 2001

---

O conteúdo integral deste manual e das publicações acima citadas está disponível na Internet para acesso gratuito e universal, através de consulta ou de *download*, no site mantido pelo BNDES e especializado em finanças públicas e federalismo fiscal no endereço: **[www.federativo.bndes.gov.br](http://www.federativo.bndes.gov.br)**

# **Manual de Orientação para Crescimento da Receita Própria Municipal**

## **Coordenação Geral**

Amir Antônio Khair  
Francisco Humberto Vignoli

## **Equipe Técnica**

Noburo Takitani  
Rubens Alves  
Vania Maria de Andrade Aguiar

## **2ª Edição**

**Revista e Atualizada**

**FGV – EAESP  
São Paulo – 2001**



## Índice

|  |           |
|--|-----------|
| • Apresentação   | 9         |
| • Prefácio   | 11        |
| • Apresentação da FGV-SP   | 13        |
| • Introdução   | 15        |
| • Parte 1  |           |
| <b>Como Desenvolver a Receita Própria dos Municípios</b>                 | <b>19</b> |
| 1. Orçamento e Receita   | 19        |
| 2. Importância da Câmara Municipal                                       | 22        |
| 3. IPTU  | 22        |
| 4. ISS   | 27        |
| 5. ITBI  | 29        |
| 6. Taxas   | 31        |
| 7. Contribuição de Melhoria  | 33        |
| 8. Fiscalização  | 34        |
| 9. Gestão da Cobrança  | 36        |
| 10. Gestão da Dívida Ativa   | 36        |
| 11. Receitas Financeiras   | 37        |
| • Parte 2  |           |
| <b>Modelo de Código Tributário Municipal</b>                             |           |
| <b>Notas Explicativas</b>  | <b>39</b> |
| 1. Nota Prévia   | 39        |
| 2. Estrutura do Código   | 40        |
| Comentários Adicionais sobre as Taxas                                    | 47        |
| 3. Nota Final  | 50        |
| • <b>Código Tributário do Município de.....</b>                          | <b>51</b> |
| Disposição Preliminar  | 51        |
| Título I – Dos Tributos Municipais                                       | 51        |
| Título II – Disposições Gerais sobre a Tributação e a Arrecadação        | 52        |
| Capítulo I – Do Procedimento Tributário e do Processo Administrativo     |           |
| Fiscal   | 52        |
| Capítulo II – Da Responsabilidade dos Sucessores e de Terceiros          | 53        |
| Capítulo III – Da Arrecadação  | 54        |
| Capítulo IV – Dos Cadastros  | 58        |
| Título III – Dos Impostos  | 58        |
| Capítulo I – Do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana | 58        |
| Seção I – Do Imposto Predial   | 58        |
| Seção II – Do Imposto Territorial Urbano                                 | 62        |



|   |            |
|---|------------|
| Seção III – Disposições Comuns Relativas aos Impostos Predial e Territorial Urbano  | 63         |
| Capítulo II – Do Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos”, a qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acesso Física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, Exceto os de Garantia, bem como a Cessão de Direitos à sua Aquisição | 67         |
| Capítulo III – Do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza   | 73         |
| Título IV – Da Contribuição de Melhoria   | 92         |
| Título V – Das Taxas  | 96         |
| Capítulo I – Da Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento   | 96         |
| Capítulo II – Da Taxa de Fiscalização de Anúncios   | 101        |
| Capítulo III – Da Taxa de Limpeza Pública   | 105        |
| Capítulo IV – Da Taxa de Combate a Sinistros  | 106        |
| Capítulo V – Da Taxa de Licença e Fiscalização de Obra, Arruamento e Loteamentos  | 107        |
| Título VI – Disposições Finais  | 107        |
| Tabelas   | 109        |
| <b>• Parte 3</b>  |            |
| <b>Tributos Municipais – Jurisprudência Seleccionada</b>  | <b>137</b> |
| 1. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)  | 137        |
| 1.1. Alteração do Valor Venal de Imóvel   | 137        |
| 1.2. Progressividade das Alíquotas  | 138        |
| 2. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)  | 140        |
| 2.1. A Taxatividade da Lista de Serviços  | 140        |
| 2.2. A Vedação da Tributação da Propaganda em Jornais e Periódicos  | 141        |
| 2.3. A Tributação das Sociedades de Profissionais   | 142        |
| 2.4. Corridas de Animais – Não Incidência do ISS sobre o Movimento de Apostas   | 144        |
| 2.5. A Finalidade Lucrativa como Elemento Essencial do Fato Gerador do ISS  | 144        |
| 2.6. A Não Incidência do Imposto no Caso de Serviços Prestados como Etapa dos Processos de Industrialização ou Comercialização  | 145        |
| 2.7. Tributação dos Serviços de Gráficas  | 146        |
| 2.8. A Não Incidência do ISS sobre a Atividade das Cooperativas   | 148        |
| 3. Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis – ITBI   | 148        |
| 4. Taxas  | 149        |
| 4.1. Das Taxas de Limpeza e Conservação de Vias e Logradouros Públicos  | 149        |
| 4.2. Da Taxa de Iluminação Pública  | 150        |
| 4.3. Da Taxa de Licença e Fiscalização de Localização e Funcionamento de Estabelecimentos e Atividades no Território do Município   | 150        |

## Apresentação

A Lei de Responsabilidade Fiscal traz uma mudança institucional e cultural no trato com o dinheiro público, dinheiro da sociedade. Estamos gerando uma ruptura na história político-administrativa do País. Estamos introduzindo a restrição orçamentária na legislação brasileira.

A sociedade não tolera mais conviver com administradores irresponsáveis e hoje está cada vez mais consciente de que quem paga a conta do mau uso do dinheiro público é o cidadão, o contribuinte.

A irresponsabilidade praticada hoje, em qualquer nível de governo, resultará amanhã em mais impostos, menos investimentos ou mais inflação, que é o mais perverso dos impostos pois incide sobre os mais pobres.

O governo não fabrica dinheiro.

Esta afirmação pode parecer óbvia para alguns, mas não para aqueles que administram contas públicas gastando mais do que arrecadam. Deixando dívidas para seus sucessores e assumindo compromissos que sabem, de antemão, não poderão honrar. É este tipo de postura, danosa para o País, que é coibida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A decisão de aumentar gastos, independentemente de seu mérito, precisa estar acompanhada de uma fonte de financiamento.

A Lei reforça os princípios da Federação. Governantes de Estados e Municípios não terão que prestar contas de seus atos ao governo federal mas ao seu respectivo Legislativo, ou seja, à comunidade que os elegeu. Tudo isso será feito de forma simplificada para que a sociedade possa exercer o seu direito de fiscalização. Os governantes serão julgados pelos eleitores, pelo mercado e, se descumprirem as regras, serão punidos.

Já entramos na era da responsabilidade fiscal. Ter uma postura responsável é dever de cada governante.

**Martus Tavares**

*Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão*



## Prefácio

Apresentamos esta segunda edição do livro *Manual de Orientação para Crescimento da Receita Própria Municipal*, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, com o patrocínio do BNDES, com certeza absoluta de que será de grande valia para orientar as municipalidades em relação às medidas a serem adotadas para a adequação às normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tarefa importante na gestão eficiente e responsável da coisa pública, meta perfeitamente alcançável por todos os governos locais e que contribui para a Reforma do Estado.

De fato, como uma das principais instituições de Política Econômica de longo prazo no Brasil, o BNDES vem participando ativamente de ações voltadas para a reformulação do papel do Estado, nos diversos níveis da Federação Brasileira. Neste sentido, tem sido grande o seu empenho em apoiar a modernização da administração tributária e a melhoria da qualidade do gasto público, com uma perspectiva de desenvolvimento local sustentado.

Além dos vários programas tradicionais de financiamento, o BNDES implementou o **Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT)** para proporcionar aos municípios brasileiros possibilidades de aperfeiçoar sua capacidade de arrecadação e, ao mesmo tempo, incrementar a qualidade dos serviços prestados à população.

Também foi criado um *site* na Internet (<http://federativo.bndes.gov.br>) para divulgação de informações e estatísticas sobre o setor público, bem como para a troca de experiências entre administradores públicos, pesquisadores, organizações não-governamentais e eventuais interessados em políticas públicas. Com efeito, o **Banco Federativo** tem procurado tratar dos mais variados temas relacionados à Federação Brasileira, como a

Reforma Tributária e a Lei de Responsabilidade Fiscal, além de apresentar indicadores tributários e fiscais. Este fórum de debates democrático e aberto cresceu e se dinamizou através de várias parcerias com outros órgãos e institutos de pesquisa.

Mais informação e mais transparência são, sem dúvida, a garantia perene do efetivo controle popular e do aprendizado da cidadania.

**Francisco Roberto André Gros**  
*Presidente do BNDES*

## Apresentação da FGV-SP

A Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – EAESP/FGV – maior das seis unidades acadêmicas da Fundação Getúlio Vargas, desde sua fundação em 1954 tem-se consagrado ao ensino e à pesquisa em Administração e a partir de 1969, ampliou suas atividades passando a abranger também a área de Administração Pública nos níveis de graduação, especialização e pós-graduação. Nesta área tem desenvolvido uma série de trabalhos nas esferas federal, estadual e municipal, o qual a credencia como uma das organizações mais voltadas ao aprimoramento do setor público do país.

Nesse contexto, a EAESP/FGV vem a público apresentar o *Manual de Orientação para Crescimento da Receita Própria Municipal*, trabalho realizado por uma equipe de professores e consultores da EAESP/FGV com o patrocínio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A elaboração do trabalho foi precedida de uma pesquisa de âmbito nacional com o intuito de se conhecer qual a “realidade tributária” dos municípios brasileiros, em especial dos chamados municípios pequenos, com até 30.000 habitantes. A adoção de tal critério se justifica pela constatação de que dos 5.507 municípios existentes no país, cerca de 4.500, ou seja, 81,7% do total possuem até 30.000 habitantes e, principalmente, esses municípios, pelas suas próprias características, não têm acesso às informações necessárias para uma boa gestão das Receitas Próprias.

Foi enviado um questionário a esses 4.500 municípios com questões básicas que pudessem demonstrar o “perfil” da arrecadação para, com base nas informações coletadas, ser elaborado o Manual. Foram respondidos 1.342 questionários, ou seja, 30% do total enviado, com a participação de municípios de todos os estados do país, o que, sem sombra de dúvidas, deu maior confiabilidade à amostra e, portanto, ao próprio trabalho.

Em um momento como o atual, onde cada vez mais os municípios vêm assumindo responsabilidades que antes eram de outras esferas de governo,

e, principalmente, em um momento onde as Administrações Municipais estão sendo cobradas no sentido de melhorar seu desempenho, é fundamental que se tenha mais recursos e, portanto, que se implementem ações com o objetivo de buscar um aumento de arrecadação. Não se trata simplesmente de propor aumento de tributos, mas, sim, propiciar, por meio deste Manual, providências que permitam uma racionalização administrativa no trato dos assuntos de natureza fiscal do município, para, de maneira justa e equilibrada, obter um incremento real das Receitas Próprias.

Para tanto, é primordial o aparelhamento técnico dos municípios para poder fazer frente às exigências que lhes são colocadas na medida em que é deles a crescente responsabilidade pela melhoria das condições de vida da população.

É esse o objetivo maior do trabalho que ora apresentamos, qual seja, disponibilizar os meios que garantam um incremento das Receitas Próprias, possibilitando, assim, o estabelecimento de Políticas Públicas voltadas às necessidades básicas da população.

Temos plena consciência da responsabilidade que a EAESP/FGV tem perante a sociedade, da mesma forma que também temos plena consciência do pioneirismo, da originalidade e da importância de um trabalho como esse, de âmbito nacional.

**Francisco Sylvio de Oliveira Mazzucca**  
*Diretor da EAESP-FGV*

## Introdução

O principal objetivo do Manual de Orientação para Crescimento da Receita Própria Municipal é dotar os municípios dos meios necessários para promover uma ampla revisão da estrutura legal, voltada para os tributos municipais. Tal revisão deve buscar a melhoria da arrecadação, até os limites compatíveis com as condições próprias de cada município e norteadas por princípios de justiça fiscal.

É importante destacar que os municípios vêm crescendo suas receitas próprias de forma impressionante. Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional, baseados nos balanços de fim do exercício fiscal de 1989 (1º ano após a nova Constituição) e 1996 (último existente), houve um crescimento, nesses sete anos, nas receitas tributárias próprias – IPTU, ISS, ITBI, IVVC, Taxas e Contribuição de Melhoria – de 195%, enquanto as transferências cresceram 88% (menos da metade), sendo de 114% o crescimento do ICMS e de 82% o crescimento do FPM. É de se destacar que esse crescimento ocorreu para todos os tipos de município, sendo de 171% para os municípios pequenos (até 50.000 habitantes), de 226% para os médios (de 50.000 até 200.000 habitantes) e de 186% para os municípios grandes (acima de 200.000 habitantes).

A razão desse crescimento reside basicamente no esforço das Prefeituras para dar resposta à forte pressão social por educação, saúde, manutenção, limpeza, conservação e pavimentação de ruas. Os governos federal e estaduais foram gradualmente descentralizando essas responsabilidades para os municípios devido às suas crescentes dificuldades financeiras, já a partir do início dos anos 90.

Esse crescimento da receita própria não esgotou, contudo, o grande potencial ainda existente para seu desenvolvimento. Cumpre explorá-lo adequadamente e não ficar esperando transferências voluntárias ou empréstimos por parte dos estados e do governo federal que, como se sabe, estão cada vez mais escassos.

Não se trata de meramente engendrar aumento de tributos como forma de solucionar as dificuldades financeiras do momento. O aguardado incremen-



to da arrecadação deverá resultar, conforme as diretrizes estabelecidas, do aprimoramento, da atualização e da racionalização das normas, dos valores, dos dados e dos procedimentos na área da Receita, identificando e eliminando as deficiências e desatualizações das quais decorram o reduzido aporte de receita e a evasão fiscal.

Nesse sentido, o Manual está estruturado em três partes: I – *Como Desenvolver a Receita Própria dos Municípios*, II – *Modelo de Código Tributário Municipal* e III – *Tributos Municipais – Jurisprudência Seleccionada*.

Na primeira parte são abordados todos os aspectos relacionados com a administração tributária dos municípios. Assim, analisa-se a interdependência entre Orçamento e Receita e as prioridades de governo, destacando-se a importância da discussão da peça orçamentária, tanto pela população quanto pelo legislativo municipal.

Em seguida, enfocam-se os tributos municipais: IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana; ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, ITBI – Imposto sobre a Transmissão “Inter Vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis; Taxas e Contribuição de Melhoria. São apresentadas orientações relativamente à legislação, respeitando a jurisprudência predominante, à obtenção e à administração dos dados cadastrais e à própria gestão tributária, procurando, acima de tudo, indicar ações que proporcionem uma arrecadação compatível com o potencial do Município.

Outros aspectos gerenciais de fundamental importância, como a fiscalização, a gestão da cobrança e da dívida ativa e as receitas financeiras, também foram contemplados nesta primeira parte.

A segunda parte do Manual constitui um Modelo de Código Tributário Municipal. As notas explicativas que o acompanham indicam a técnica adotada em sua elaboração e a estrutura escolhida. Foram consideradas somente as matérias objeto de Lei, ou seja, que devem ser submetidas à apreciação da Câmara Municipal, deixando na competência do Executivo os assuntos que podem ser regulados por decreto, tornando o Código mais conciso e objetivo. Procurou-se abranger todas as hipóteses potenciais de receita para os municípios, mas, em razão das características e peculiaridades de cada um, alguns dos dispositivos propostos podem deixar de serem aplicados.

Vale ressaltar que, dada a jurisprudência que vem se consolidando, foram sugeridas formas de tributação não conflitantes com as decisões dos tribunais, procurando, dessa forma, garantir a realização das receitas previstas. Isto é particularmente observado no capítulo relativo às Taxas, onde, em alguns casos, propõe-se alternativamente a cobrança por meio de preços públicos.

Cabe frisar, ainda, que não foram indicadas alíquotas nem tampouco as isenções e incentivos fiscais, uma vez que tais elementos fazem parte da política tributária municipal, tendo-se em vista as especificidades de cada município, inclusive as condições sócio-econômicas locais.

Finalmente, na terceira parte, é apresentada a jurisprudência selecionada para cada um dos tributos, que embasou a elaboração do Modelo de Código Tributário Municipal.



## **PARTE 1**

### **Como Desenvolver a Receita Própria dos Municípios**

#### **1. ORÇAMENTO E RECEITA**

Uma questão pouco discutida nas Prefeituras brasileiras é o orçamento e a sua vinculação com a receita. O orçamento é a peça mais importante da administração de um município, pois nele estão contidas todas as propostas e compromissos do executivo para com a população durante o período de 1 ano.

No orçamento estão previstos os recursos que deverão ser gastos com pagamento de pessoal, manutenção da cidade, serviços sociais e com novos investimentos em obras. Ele tem que conter receitas suficientes para permitir que sejam executadas essas despesas, mas na realidade, os orçamentos são, em geral, verdadeiras peças de ficção. Trata-se de um grande volume de números pouco conhecidos, por vezes irreais e de difícil compreensão, tanto pela população, quanto pela própria Câmara Municipal, responsável pela sua aprovação, e muitas vezes até pelo próprio prefeito. Poucas pessoas da burocracia estatal o compreendem perfeitamente.

Para crescer a receita é importante que haja mais clareza em relação ao orçamento. Que a população saiba quais os planos a serem executados e qual o custo dessa execução. Para tanto, é necessário que a população discuta com o poder público os programas previstos e as suas prioridades que, muitas vezes, não tem oportunidade de manifestar.

O orçamento pressupõe casamento entre receitas e despesas. Deve conter os compromissos de despesas previstas para serem executadas. Esses compromissos têm um volume de recursos que devem ser iguais ao volume de receita prevista. Nesse volume, existem as receitas próprias e as transferidas e, raramente, quase inexistentes, empréstimos que podem vir do governo federal, estadual ou do sistema financeiro.

Normalmente, o que se pode prever como certo são as transferências constitucionais, especialmente o ICMS – Imposto sobre Circulação de

Mercadorias e Serviços, estadual, e FPM – Fundo de Participações dos Municípios, federal. Essas transferências podem ser razoavelmente estimadas, aproximando-as ao montante do ano anterior.

Supondo-se que essas transferências somam um valor inferior ao valor previsto para ser gasto com as despesas, a diferença deveria ser coberta com a receita própria do município, tributárias e não tributárias. Nas receitas tributárias temos os impostos, as taxas e as contribuições. Nas não tributárias temos a cobrança de dívida ativa, multas, correção monetária, juros, preços públicos e receita financeira.

Nas receitas tributárias municipais, definida pela Constituição, os impostos são basicamente o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, o ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e o ITBI – Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos”, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acessão Física, e de Direitos Reais sobre Imóveis. Esses três impostos são os que os municípios podem cobrar, devendo estabelecer as regras para a sua cobrança. Essas regras devem ser propostas pelo executivo e aprovadas pela Câmara Municipal.

Os municípios têm muita dificuldade para cobrar impostos porque estes oneram a população. A aceitação desses impostos se dará na medida em que a população aprove a destinação desses recursos e entenda que eles estão sendo bem aplicados. Assim, é fundamental que fique bem claro na discussão do orçamento com a população, quanto a Prefeitura vai cobrar de IPTU, de ISS e de ITBI.

Ao mesmo tempo, a Prefeitura cobra taxas, que correspondem à prestação de serviços de limpeza pública (varrição, coleta e remoção de lixo para o destino final), bem como à manutenção de vias e da iluminação pública, de anúncios, etc. Essas taxas, muitas vezes, são cobradas com valores muito inferiores ao seu custo que está previsto no orçamento. Conseqüentemente, acaba não existindo a prestação do serviço correspondente e a cidade fica numa situação ruim.

A contribuição que existe é a contribuição de melhoria que no Brasil é muito difícil de ser cobrada. A única cobrada, especialmente pelos médios e grandes municípios, é a contribuição de melhoria sobre a pavimentação, ou seja: quando a população resolve pela pavimentação de uma rua, a

Prefeitura executa a obra e cobra da população um custo, normalmente inferior ao custo que teve.

A soma dos impostos, taxas e contribuição de melhoria mais as transferências e, se houver, os empréstimos, é o que constitui a receita da Prefeitura que deve empatar com as despesas previstas no orçamento.

Daí a importância dessa discussão ser realizada com os cidadãos, movimentos organizados, sociedade civil, Câmara Municipal, para que se parta de um patamar realista de execução de um programa de governo, sem o que, toda e qualquer promessa por parte da Prefeitura passa a cair no descrédito.

Outro ponto a considerar é o das prioridades que o orçamento contempla na sua aplicação de recursos. Muitas vezes as prioridades colocadas não são aquelas que a população reivindica. Ou são colocadas de forma burocrática, pelos técnicos que administram o orçamento ou de executivos que exercem cargos de responsabilidade e que avaliam o que é o melhor para a cidade. Podem ser coincidentes com o que o povo quer, ou não.

É muito importante que ocorra a discussão prévia do orçamento, para que, no final, a população envolvida torne-se mais responsável pelo pagamento dos tributos e pela fiscalização das realizações. Isso é mais fácil acontecer em pequenos municípios, onde as relações são mais próximas e são menores os espaços de circulação.

Assim, é fundamental a participação da população na definição do orçamento, sem a qual dificilmente se vai conseguir a motivação necessária para a obtenção das receitas próprias, que são visíveis, claras de serem percebidas, porque cobradas pela Prefeitura, diferente das transferências que se destinam à Prefeitura e que a população não percebe o quanto está pagando.

Dessa forma, para o crescimento da receita própria municipal, o ponto de partida correto é a discussão sobre o que deve ser feito na cidade. Colocados os valores necessários na proposta orçamentária, o passo seguinte é a aprovação por parte da Câmara Municipal dos projetos de lei tributários que possam garantir a obtenção dessa receita própria suficiente para cobrir a diferença entre as necessidades e as transferências que vêm do estado e do governo federal.

## **2. IMPORTÂNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL**

A população desconhece a importância da Câmara Municipal no processo de aprovação e realização do orçamento. É sua a última palavra na definição final do orçamento.

Conseqüentemente, pode mudar as prioridades estabelecidas pelo Executivo no orçamento, estabelecendo outras desde que não aumente a despesa total prevista na proposta orçamentária. O Legislativo pode fazer isso cortando despesas da proposta feita pelo Executivo e usando esses cortes em outros tipos de despesas tanto em atividades quanto em projetos. Pode também cortar receitas como IPTU, ITBI, taxas e ISS ao não aprovar as propostas dos projetos de reforma tributária propostos pelo Executivo.

É por essa razão que a população deve também exercer sua influência, principalmente sobre os vereadores, para que suas prioridades estejam contempladas e as receitas necessárias para executá-las também. Assim, não deve somente pressionar para que sejam aprovadas as despesas de seus interesses. É preciso, especialmente, garantir a viabilização das receitas tributárias e para isso é importante, principalmente, acompanhar a aprovação dos projetos de reforma tributária que permitirão a cobrança do IPTU, ISS, ITBI e taxas sem o que as despesas previstas podem não se realizar.

A Prefeitura, sabendo disso, deve-se organizar de forma a dar transparência pública ao orçamento e às receitas tributárias para ganhar o apoio da população local e ter força política suficiente para garantir a aprovação do orçamento e dos projetos de reforma tributária. Caso contrário a Câmara Municipal pode frustrar todas as expectativas criadas pelas realizações previstas no orçamento.

Dessa forma, uma administração que se pretenda transparente e democrática deve mostrar o que vai fazer e de onde vai tirar os seus recursos, para que, de fato, possa contar com a confiança da população que pagará os seus impostos de uma maneira mais consciente e motivada.

## **3. IPTU**

O IPTU Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é o segundo tributo em importância na receita tributária municipal representan-

do 32% dela. Em 1993 representava apenas 19 %, evidenciando-se assim a importância crescente desse imposto para a receita própria municipal.

O IPTU não é um imposto fácil de ser cobrado. Pressupõe que exista um mínimo de organização da Prefeitura para atualização do seu cadastro, retratando o que se passa realmente na cidade. É um imposto mal utilizado e mal cobrado no Brasil, mas apenas 10,6% dos municípios não o cobram. Muito injusto, às vezes, porque não contempla as diferenças das capacidades de contribuição dos contribuintes. É muito comum descarregar muito peso do IPTU sobre quem não tem recursos e deixar aqueles que têm mais poder de contribuição sem pagar o que poderiam.

Apesar disso, cresceu, no interior, em termos reais (já descontada a inflação), entre 1989 e 1996, quase nove vezes. Para municípios pequenos cresceu mais de 7 vezes e para os grandes quase 10. Mesmo assim, seus valores são ainda simbólicos. Em termos nacionais a média aritmética das cobranças, em valores de julho de 1998, foi de R\$ 9,22 durante um ano, ou seja, R\$ 0,77 por mês.

Considerando as Prefeituras da região Nordeste para municípios até 50.000 habitantes, a cobrança anual não atinge sequer R\$ 0,80 por habitante.

Os valores cobrados são, na grande maioria das Prefeituras, simbólicos, pois, 40,6% dos municípios brasileiros cobram menos de R\$ 1,00 por habitante por ano e mais da metade não chega a cobrar R\$ 2,00 por habitante por ano.

Para muitos analistas e especialistas das finanças públicas, é uma espécie de condomínio da cidade. Também pode ser entendido como aquilo que se paga para manter a cidade numa situação razoável, adequada ao que a população deseja.

A tributação do IPTU tem como elementos básicos o cadastro, a base de cálculo (valor venal) e a alíquota. O produto do valor venal – obtido a partir dos dados cadastrais e dos valores de m<sup>2</sup> do terreno e da construção – pela alíquota é o que dá o montante do IPTU.

## **Cadastro**

Os dados cadastrais dos imóveis são fundamentais para um perfeito lançamento do IPTU. Desde o nome do proprietário, o seu endereço, a locali-



zação do imóvel, até os elementos necessários à apuração do valor do imóvel – área do terreno e suas dimensões, área da construção, tipo, padrão e idade da construção.

A localização do imóvel e o endereço do contribuinte são imprescindíveis para que se faça uma correta notificação do lançamento do IPTU, sem o que haverá dificuldades para a cobrança do tributo, mormente se houver a necessidade de executar judicialmente a dívida. O lançamento estará incompleto sem a notificação precisa do contribuinte.

Por outro lado, os dados para a avaliação dos imóveis devem não só estar atualizados como, e principalmente, corretos. Esclarecendo: para que se apure o valor venal de acordo com a legislação em vigor, os elementos previstos em lei devem estar contemplados no cadastro de forma correta.

A idade do prédio, o tipo de construção, o padrão de acabamento, além das áreas de terreno e construída, entre outros, influem diretamente no valor venal do imóvel e, portanto, necessitam estar corretamente registrados no cadastro, sob pena de o lançamento sofrer contestações por parte dos contribuintes com base em erros no cálculo desse valor.

Dessa forma, o cadastro, correto e atualizado, configura-se como elemento fundamental para uma melhoria na receita do IPTU e, ainda, como instrumento de política fiscal, na medida em que o conhecimento das características dos imóveis permitirá uma carga tributária compatível com a capacidade contributiva dos seus proprietários.

## **Base de Cálculo**

A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel. O valor venal é o valor atribuído pela Prefeitura a cada imóvel da cidade, obedecidas as normas legais existentes. Se é uma casa, é o valor do terreno em que ela está situada, mais o valor da construção.

O valor do terreno é o valor do  $m^2$  onde se situa o terreno vezes o número de  $m^2$  do terreno e o valor da construção é o valor do  $m^2$  do tipo de construção vezes o número de  $m^2$  de construção. A construção pode ser de padrão desde simples até luxuosa. Essa variedade de padrões existe

também para os demais tipos de construção além do residencial tais como comercial e o industrial.

Por isso, outra providência importante para fazer crescer o IPTU é ter a sua Planta de Valores (PV) atualizada da forma mais realista possível. Muitas Prefeituras têm dificuldades em fazer essa avaliação, mas em cidades menores é razoavelmente fácil conhecer quanto vale cada imóvel, porque são mais conhecidos pela população e, quando há vendas, há mais possibilidade de saber o seu valor real.

Além disso, pode-se conseguir obter esse resultado colocando em discussão junto a Conselhos Técnicos quais valores devem ser atribuídos aos imóveis em cada ponto da Cidade, segundo o desenvolvimento dos bairros. Isso já está sendo realizado com sucesso em diversos municípios por meio de um Conselho Municipal de Valores Imobiliários. Esses conselhos têm a participação da Secretaria da Fazenda da Prefeitura e de corretoras de imóveis; essas corretoras têm a prática e sabem avaliar razoavelmente bem quanto vale o metro quadrado do terreno e da construção. Outros fatores constantes da PV influem no preço final do imóvel construído, destacando-se a idade do imóvel, se é de esquina, atestada, etc. É importante, contudo, procurar manter o valor venal em cerca de 70% do valor de mercado para evitar-se contestações judiciais.

Acontece que, além de se ter nas Prefeituras valores de m<sup>2</sup> desatualizados tanto para terrenos quanto para construções, muitas não investem em atualizar sua PV e com isso cobram IPTU simbólico. É comum a Prefeitura cobrar do contribuinte menos do que representa um cafezinho por semana.

O que a grande maioria de prefeitos passou a fazer a partir de 1990 foi recuperar a receita do IPTU que já tinha tido um grande significado na década de 80 e que perdeu sua importância aos poucos. Já chegou a representar metade da receita própria municipal, quando no final dos anos 80 representava cerca de 10 a 20%. Atualmente vem representando cerca de 1/3 independentemente do tamanho do município. Isso equivale a R\$1,50 por habitante por mês, em valores de janeiro/98, como média para os municípios do interior.

## **Alíquota**

Quanto à alíquota, pode ser progressiva, regressiva ou proporcional. Progressiva é aquela que cresce na medida que cresce o valor do imóvel. Proporcional é uma alíquota única, por exemplo, 1% do valor venal para todos os imóveis, não importa qual seja o seu valor. Regressiva é quanto maior o valor do imóvel, menor a alíquota. Hoje se discute se a alíquota deve ser proporcional ou progressiva. Muitos municípios acabaram cobrando alíquota progressiva, porque com isso faziam justiça fiscal, melhoravam a sua arrecadação e podiam diminuir o ônus da cobrança do IPTU sobre aqueles imóveis de menor valor.

É importante destacar que existe, de forma geral, nos municípios brasileiros uma forte concentração do valor venal global da cidade num percentual reduzido de imóveis; assim caso fosse possível aplicar alíquotas mais altas para esses imóveis, ter-se-ia um substancial crescimento da arrecadação desse imposto. Isso foi feito com grande sucesso em diversos municípios de 1989 até 1996 quando o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a cobrança de IPTU progressivo prejudicando as vantagens que isso estava apresentando à maioria dos contribuintes e à arrecadação municipal. Maiores detalhes podem se vistos na Parte 3 do manual referente à JURISPRUDÊNCIA. Em razão dessas decisões judiciais, diversas entidades representativas dos municípios defendiam alteração constitucional de maneira a permitir a introdução definitiva da progressividade das alíquotas do IPTU. Finalmente, isto veio a ocorrer com a promulgação, em 13 de setembro de 2000, da Emenda Constitucional nº 29 que, em seu artigo 3º, dispõe que o IPTU poderá:

- I. Ser progressivo em razão do valor do imóvel; e
- II. ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

Portanto, os municípios, por meio de lei, poderão, agora, aplicar esses critérios na tributação dos imóveis.

Muitas Prefeituras cobram alíquotas diferentes de acordo com o tipo de imóvel (residencial, comercial, industrial e terreno). Em geral, a mais baixa é a residencial, em seguida a comercial e industrial, que normalmente são muito próximas ou às vezes até iguais e por último, o terreno. Esse tem uma alíquota maior, como meio de estimular o proprietário a construir. Além do mais, o proprietário de um imóvel comercial ou industrial tem mais condições de pagar do que as residências.

As alíquotas mais praticadas pelos municípios são: 1% para imóveis construídos e 2 ou 3% para os terrenos. É preciso frisar que não existem limitações para essas alíquotas, dependendo apenas de Lei Municipal para sua fixação.

É importante considerar essa realidade quando da elaboração de projetos de lei de implantação ou de alteração do IPTU, lembrando que, na tributação do IPTU, a decisão política se dá na definição da alíquota e a decisão técnica, no valor venal.

#### **4. ISS**

O ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é, de todos, o mais importante componente da receita tributária. Representa 40% dessa receita. Ocorre que é mais cobrado nos municípios médios e grandes e apenas 6,4% dos municípios não o cobram. Não é um imposto fácil de ser cobrado, tem uma legislação que envolve alíquotas diferentes para cada tipo de serviço e às vezes, isso traz dificuldades na prática. Mas não é porque é difícil que não vai se cobrar o ISS.

Embora seja o mais importante tributo municipal a arrecadação média nacional, em termos aritméticos, é de apenas R\$ 5,79 por habitante por ano em valores de julho/98. Além disso, merece destaque os baixos valores arrecadados pela grande maioria dos municípios onde 44,0% cobram menos do que R\$ 1,00 por habitante por ano.

Atualmente, o setor de serviços é o que mais cresce no país e o que apresenta maior potencial de cobrança. Por essa razão, é muito importante a Prefeitura ter clara a sua importância. Na prática temos muitas vezes poucos contribuintes que formam o grosso da arrecadação. E da maioria dos contribuintes praticamente não se arrecada ISS.

#### **Cadastro**

A atualização das informações cadastrais dos contribuintes do ISS deve ser uma preocupação sempre presente na mente dos responsáveis pela sua fiscalização e tributação.

Para que isso ocorra, todavia, a inscrição no cadastro e a alteração dos dados nele existentes devem ser facilitadas. A burocratização e a exigência de cumprimento de normas não tributárias – “habite-se”, condições sanitárias, por exemplo – não podem impedir o poder público de exercer sua obrigação de tributar. Deve haver, portanto, uma total desvinculação do cadastro para fins tributários das chamadas “posturas municipais” ou normas administrativas.

Assim, é desejável que programas de cadastramento sejam desenvolvidos permanentemente pelas administrações municipais, sobretudo porque no setor terciário da economia (serviços) a mobilidade dos contribuintes é muito grande (fecham, mudam, desaparecem, entram em processo falimentar, etc.), diferentemente do que acontece com os imóveis, no caso do IPTU.

É extremamente importante que o cumprimento de tais posturas seja fiscalizado, mas não pela área tributária.

Manter o cadastro atualizado é o principal instrumento para uma tributação segura e eficiente dos contribuintes do ISS.

### **Base de Cálculo**

O cálculo do ISS tem como base o preço dos serviços prestados pelos contribuintes. Todavia, esse preço, em alguns casos, pode ser estimado.

É muito difícil a fiscalização, especialmente de pequenos estabelecimentos de prestação de serviços, porque a maior parte geralmente não emite nota fiscal. O sistema adotado nesses casos é o da estimativa. Estima-se quanto deve ser o volume aproximado de prestação de serviços de cada estabelecimento e aplica-se sobre esse volume um percentual.

Na prática pode-se fazer a estimativa da seguinte maneira: a maior parte do custo de uma empresa prestadora de serviços é com pessoal. Pode-se saber em cada estabelecimento o número de empregados e os salários pagos a eles e, com isso compor aproximadamente a folha de pagamento. Em seguida, acrescentam-se 60% de encargos sociais e 20% a 30% de outras despesas. Portanto, a receita estimada dessa empresa deve ser igual ou maior do que essa despesa apurada. Todas essas informações podem ser

obtidas por meio de questionários simples e objetivos encaminhados aos contribuintes.

Isso permite diminuir os custos da fiscalização. Seria cobrado um valor razoável de cada estabelecimento e haveria um crescimento amplo da arrecadação do ISS. Cobrando um pouco de todos, mas de uma maneira mais homogênea e mais geral, se arrecada bem mais.

Já com relação aos estabelecimentos de maior porte, que pagam o ISS com base no preço dos serviços prestados, o problema é, muitas vezes, o atraso ou simplesmente a falta do recolhimento do imposto. Sobre esses, é importante a vigilância na cobrança do ISS, fazendo um controle mais seletivo. É fácil de ser feito esse trabalho porque não são muitos contribuintes e assim haveria uma fiscalização dirigida, mais rigorosa e eficiente, acompanhando-os com maior frequência.

## **Alíquota**

Não existe limite para fixação das alíquotas do ISS. Entretanto, as alíquotas mais comuns utilizadas pelos municípios são as seguintes: 2 ou 3% para os serviços de construção civil, de saúde e de educação, 10% no caso de diversões públicas e 5% para os demais serviços.

Como, no entanto, esses percentuais são estabelecidos por Lei Municipal, há uma grande variedade nessas alíquotas, principalmente quando o município as utiliza como instrumento de política fiscal, concedendo incentivos fiscais a determinados serviços (informática, por exemplo) ou tipo de contribuintes como as microempresas.

## **5. ITBI**

O ITBI – Imposto sobre Transmissão “intervivos” a qualquer título por ato oneroso de bens imóveis representa 7% da receita tributária municipal no país. Antes de 1989 era cobrado pelo estado e repassado para os municípios metade do valor. Depois da Constituição de 88, passou a ser de integral responsabilidade do município, ficando com os estados somente as transações “causa mortis”.

Apesar de ser da competência municipal há apenas 10 anos, é mais cobrado pelos municípios do que o IPTU, pois apenas 8,5% dos municípios não o cobram em comparação aos 10,8% que não cobram o IPTU. Nota-se, também que os valores cobrados por habitante por ano são bastante modestos pois 44,0% dos municípios cobram menos do que R\$ 1,00. Em termos nacionais, sua cobrança é de apenas R\$ 2,85 por habitante por ano.

Embora se tenha, ainda, uma modesta arrecadação, o que se observou no país todo, foi um grande crescimento da arrecadação do ITBI. Isso porque, o município sendo responsável, se empenhou em verificar se o valor de cada transação imobiliária era ou não próximo da realidade.

Era comum se fazer uma escritura por um valor muito inferior àquele da transação real. Assim, a pessoa comprava um imóvel por R\$ 50.000,00 declarava R\$ 10.000,00 na escritura e recolhia o imposto, que normalmente tem uma alíquota de 2%, sobre esse valor menor.

Diante dessa situação, as Prefeituras preocuparam-se em ter o valor correto do imóvel e com isso o valor venal passou a ser muito mais importante, não apenas para o IPTU, mas também para o ITBI, servindo a Planta de Valores para os dois impostos. Dava-se assim uma dupla utilidade para a Planta de Valores ao permitir o estabelecimento de valores venais de imóveis mais próximos da realidade.

É fácil para os pequenos municípios saber os imóveis que foram vendidos. Muitas vezes só há um cartório na cidade e, sabendo-se o valor da escritura, a Prefeitura, através de sua fiscalização, pode controlar com razoável facilidade o volume e o valor das transações e cobrar o imposto mais adequadamente. Pode-se estabelecer que, para a transação ser efetuada, é necessário antes o aval da Prefeitura sobre o seu valor. Até a escritura pode ser feita por um valor mais baixo, porém a arrecadação se fará pelo valor venal como mínimo e assim se garante uma arrecadação razoavelmente importante e fácil de ser fiscalizada.

Uma outra variante interessante é a progressividade para o ITBI. A Prefeitura da cidade de São Paulo obteve em 1991 lei autorizando a cobrança do imposto progressivo, ou seja, as alíquotas variavam desde 0,5% para imóveis de menor valor até 6% para os de maior valor. A grande maioria dos imóveis, cerca de 90%, pagava uma alíquota inferior a 2%, que é o normal do país e os demais imóveis uma alíquota superior a 2%. Assim, arrecadava-se mais

das transações de imóveis de maior valor, diminuindo-se a carga tributária sobre os imóveis de menor valor.

Valem também para o ITBI as mesmas observações feitas anteriormente para o IPTU onde existe, de forma geral, nos municípios brasileiros, uma forte concentração do valor venal global da cidade num percentual reduzido de imóveis; assim caso fosse possível aplicar alíquotas mais altas para esses imóveis, se teria um substancial crescimento da arrecadação desse imposto. Essa progressividade tem sido, no entanto, contestada judicialmente. Na Parte 3 do Manual são apresentadas algumas decisões dos tribunais nesse sentido.

## 6. TAXAS

Em geral, as taxas são em número muito grande. Há taxa para tudo. Isso ocorre porque, em grande parte dos municípios, certos serviços prestados pela Prefeitura são cobrados como Taxas, quando na verdade deveriam ser cobrados como preços públicos. Por exemplo, as cópias de documentos, a expedição de alvarás e laudos técnicos, em geral, são cobrados como **Taxa de Expediente**. Todavia, bastaria cobrar um preço pela prestação desses serviços. O mesmo acontece com a ocupação do solo pelas bancas de feirantes, pontos de veículos de aluguel e táxi e com a apreensão e estada de animais e veículos que devem ser remunerados por meio de preços públicos e não como Taxas.

Os preços públicos poderão ser fixados pelo Executivo a partir de autorização legal concedida pela Câmara Municipal, geralmente no próprio texto do Código Tributário do Município.

É importante lembrar que, para alterar os valores das Taxas, é preciso modificar o Código Tributário Municipal e, na maioria dos municípios, isso depende de quorum qualificado na Câmara Municipal.

Quanto à arrecadação das Taxas, verifica-se que apenas seis delas – limpeza, conservação de vias, combate a incêndios, iluminação pública, anúncios e licença e funcionamento – respondem por 95% do valor arrecadado.



Alguns críticos têm afirmado que existe no Brasil um grande número de impostos, computando erradamente as taxas como sendo impostos. Em realidade o Brasil tem 13 impostos e diversas taxas à semelhança da maioria dos sistemas tributários de outros países.

As taxas representam no país cerca de 20% da receita tributária municipal e apenas 6,7% dos municípios não as cobram. Em nível nacional sua arrecadação por habitante é de apenas R\$ 5,39 e 40% dos municípios cobram menos do que R\$ 1,00 por habitante por ano.

As taxas mais importantes, acima mencionadas, podem substituir todas as existentes, acarretando redução de custos de fiscalização e vantagens bastante grandes para as Prefeituras e contribuintes. Normalmente seus valores são irrealistas, bem abaixo do custo da prestação dos serviços, sendo essa a razão central do baixo valor da sua arrecadação nos municípios brasileiros.

Para evitar problemas jurídicos, conforme se verá com maiores detalhes na Parte 3 do manual, referente à Jurisprudência, deve-se considerar o seguinte:

- A taxa de conservação de vias, embora cobrada por muitos municípios, deve ser cobrada como contribuição de melhoria por se tratar de pavimentação e não de um serviço.
- A taxa de limpeza pública não deve ser calculada em função da área do imóvel, dado utilizado para a determinação da base de cálculo do IPTU.
- A taxa de fiscalização de localização, instalação e funcionamento não deve ser baseada no número de empregados, porque elemento da base de cálculo do ISS no caso das sociedades de profissionais.
- Não cobrar taxas destinadas à remuneração dos serviços de varrição, lavagem, capinação, desentupimento de bueiros e bocas de lobo, conservação de calçamento e de leitos não pavimentados de ruas, praças e estradas municipais, por considerá-los não específicos nem mensuráveis, para os fins de serem usufruídos pelos respectivos contribuintes.
- Não cobrar taxa pela renovação, a cada ano, da licença para funcionamento de estabelecimentos ou atividades no território dos municípios. Pode ser cobrada a taxa para fiscalização do cumprimento das normas administrativas acerca do uso e ocupação do solo urbano, de higiene, saúde, segurança, ordem e tranquilidade públicas.

A principal ação a ser feita para o crescimento das taxas é cobrá-las pelo custo real dos serviços a que se destinam. Isso deve vir claramente indicado no orçamento municipal, onde será consignado o mesmo valor para a receita e despesa correspondentes. Para se obter a receita necessária na lei tributária, devem ser usados fatores ou alíquotas que aplicados sobre a base de cálculo da taxa, garantam isso.

Pode-se também diferenciá-las, cobrando valores unitários de acordo com a região da cidade conforme já fazem diversos municípios. Com isso distribui-se de forma mais justa a carga tributária.

## **7. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

É um tributo que tem como fato gerador a valorização do imóvel devido à realização de uma obra pública, estando o conjunto das valorizações a serem cobradas com valor limitado ao montante despendido pela Prefeitura com a realização da obra que valorizou o imóvel.

Pouco cobrada no Brasil, representa apenas 1% da receita tributária municipal, na média aritmética nacional. São cobrados apenas R\$ 0,84 por habitante por ano de Contribuição de Melhoria sendo que 73% dos municípios não a cobram e, 87% daqueles que cobram, arrecadam menos de R\$ 1,00 por habitante por ano.

É complexa sua cobrança por ser muito difícil e subjetivo estabelecer critérios de rateio para se estipular a valorização do imóvel devido à realização de uma obra pública. Um dos critérios para o rateio é o da proximidade do imóvel ao local da obra e o valor venal do imóvel. Quanto maior essa proximidade maior o percentual do valor venal a ser cobrado.

Ocorre que o simples anúncio da realização da obra pública já gera a valorização imobiliária. Sendo a obra realizada tempos depois, alguns dos proprietários de imóveis já os venderam apropriando-se da valorização, não sendo, pois, justo, cobrá-la de quem adquiriu o imóvel, já pagando pela valorização ao ex-proprietário beneficiado com a obra pública.

A única contribuição que é cobrada é a de pavimentação de ruas. Ela pode ser interessante, porque se a Prefeitura apresenta uma sugestão tecnicamente boa de pavimentação (que não significa necessariamente asfalto), com

custo razoável, a população concorda com o empreendimento, os custos são rateados entre os proprietários normalmente de forma proporcional às testadas dos imóveis. A Prefeitura assume uma parte dos custos e viabiliza a realização da pavimentação que valoriza os imóveis e todo mundo ganha.

Nem todos os moradores acabam aderindo ao programa e isso deve ser resolvido pela comissão organizadora constituída por moradores da rua a ser pavimentada. Algumas Prefeituras, como a de Diadema em São Paulo, conseguiram excelentes resultados, adotando soluções tecnicamente boas e baratas e conseguindo a adesão dos moradores.

Existem, também, casos em que moradores de determinado local da cidade resolvem aderir a um programa que prevê a realização de obra que os beneficiará, rateando os custos entre eles, segundo critérios por eles estabelecidos, sendo a obra realizada pela Prefeitura.

## **8. FISCALIZAÇÃO**

Muitas Prefeituras descuidam em ter um corpo mínimo de fiscais equipados e bem treinados, remunerando adequadamente e coordenando a execução de seus trabalhos. Com isso é facilitada a sonegação tributária, deixando de se arrecadar.

Vamos destacar as fiscalizações dos tributos mais importantes como IPTU, ISS, ITBI e taxas.

Quanto ao IPTU é importante que se faça a fiscalização dos imóveis, porque vão sendo construídos, às vezes ampliados, e a Prefeitura deve ter um cadastro atualizado para cobrar corretamente. Nesse sentido, é fundamental haver um corpo de fiscais que esteja permanentemente observando alterações especialmente nas áreas da cidade que estão em expansão.

A quantidade de fiscais deve ser suficiente para vistoriar, a cada cinco anos, o conjunto de imóveis construídos da cidade. Como estimativa podemos considerar que um fiscal faça uma média de 6 vistorias diárias ou visite 2.500 imóveis construídos em dois anos, ou seja, pode fiscalizar uma cidade de cerca de 13.000 habitantes.

Uma forma interessante de fiscalização é que exige número menor de fiscais é por amostragem, selecionando um percentual reduzido de imóveis por bairro (entre 1% e 5%) verificando, para esses, a área construída e o tipo de utilização do imóvel (residencial, comercial ou industrial) caso as alíquotas do IPTU sejam diferenciadas de acordo com o uso. Caso as discrepâncias na área construída ou no tipo de utilização, em relação aos dados do cadastro imobiliário, forem significativas em determinados bairros é interessante efetuar uma fiscalização mais dirigida sobre o bairro ou bairros que apresentam as maiores irregularidades.

Pelo sistema de amostragem, considerando uma amostra com 20% dos imóveis do município, um só fiscal pode ser suficiente para atender um município com até 50.000 habitantes (90% dos municípios brasileiros). Com isso é possível cobrar de forma mais eficaz e não de forma reduzida esse imposto.

Quanto ao ISS, já vimos a importância de se adotar o regime de estimativa de receita para os contribuintes de menor expressão econômica e de fiscalizar o recolhimento para os maiores, que emitem notas fiscais regularmente. Para isso são necessários fiscais atuando permanentemente, seja para estabelecer as estimativas ou para revê-las e verificar o recolhimento dos valores devidos. Estagiários adequadamente treinados e supervisionados por fiscais podem obter bons resultados nesse trabalho de estimativas, contornando limites de ampliação de quadros de fiscais. Também no caso do ISS é importante ter um cadastro razoavelmente confiável e atualizado.

Para a fiscalização do ITBI é importante acompanhar junto ao(s) cartório(s) da cidade as transações ocorridas no mês, verificando o prévio recolhimento do ITBI e se os valores das transações são compatíveis com os valores de mercado. Em cidades com até 50.000 habitantes é perfeitamente possível efetuar essa fiscalização com apenas um fiscal.

Para a fiscalização das taxas imobiliárias, coleta de lixo, limpeza de sinistro, isso se pode dar juntamente com a do IPTU já acima descrita. Para as taxas mobiliárias, como as de fiscalização e funcionamento e de anúncios, podem ser feitas verificações por bairros, averiguando se as empresas estão cadastradas e se recolheram as taxas correspondentes. Pode ser também usado o sistema de amostragem conforme acima já descrito. Normalmente um fiscal é suficiente para a execução dessas tarefas.

## 9. GESTÃO DA COBRANÇA

Esse é um ponto importante e, não raro, descuidado pelas Prefeituras. A gestão sobre a cobrança pode ser muito aperfeiçoada, passando a se cobrar no devido tempo, evitando-se a cobrança judicial que é morosa e cara. Deve haver uma preocupação grande para que a fiscalização, principalmente em relação aos grandes contribuintes, seja realizada no corpo a corpo.

Outro trabalho primordial é ter os arquivos de pagamentos em ordem, o que possibilita contatar o contribuinte em atraso com suas obrigações fiscais em prazos curtos (2 a 3 meses). Quando se demonstra organização aos contribuintes as coisas melhoram muito permitindo a comunicação direta e constante com os contribuintes sobre os débitos. Quando os contribuintes são alertados, grande parte quita suas obrigações.

É importante o acionamento de cobrança a partir dos maiores contribuintes para os menores hierarquizando a ação de fiscalização e tornando-a mais eficaz.

Uma questão de extrema importância é o quanto das receitas municipais fica no sistema bancário sob a forma de *floating* (tempo que o banco retém a receita municipal desde que é paga pelo contribuinte) e/ou tarifas cobradas. A gestão da cobrança passa necessariamente pela escolha adequada da rede bancária de modo a obter o menor desconto de *floating* e/ou tarifas mais reduzidas. Para isso é importante o município saber que o *floating* normal é de dois dias (D+2) e as tarifas podem ser negociadas e, portanto, reduzidas quando a Prefeitura assume a posição de que ela é, na maior parte das vezes, o melhor e maior cliente dos bancos no município sendo suas contas altamente disputadas.

## 10. GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA

É muito comum no Brasil haver Prefeituras que acumularam ao longo do tempo valores que superam até 1 ano de receita no estoque da sua Dívida Ativa. Todos os tipos de dívida aparecem lá, desde as pequenas, que não convém ter o custo da cobrança, até outras que são interessantes de cobrar. É importante que a Prefeitura tenha atualizado em ordem decrescente os valores dos débitos, para fazer uma gestão específica sobre os processos de

maior importância e oferecer, aos contribuintes, a oportunidade de pagar esses atrasados com uma multa reduzida, porém sempre com cobrança de correção monetária e juros correspondentes.

Os débitos cujo valor for inferior ao custo da cobrança não devem ser mantidos, buscando-se eliminá-los por meio da aprovação de lei de remissão.

Um programa permanente de parcelamento das dívidas também proporciona ingresso significativo de recursos.

Além disso, é comum o Fórum local estar sobrecarregado com a tramitação de um volume muito grande de processos de execução fiscal. A Prefeitura poderá, então, auxiliar, com pessoal e equipamentos, nas tarefas burocráticas da cobrança judicial. Vários municípios têm feito isso com bastante sucesso.

Existem, além do mencionado acima, dois problemas importantes na gestão da dívida ativa:

- 1) ter cadastro desatualizado que gera lançamentos e notificações incorretos, como, por exemplo, endereço desatualizado;
- 2) registro de pagamentos da dívida desatualizado que gera atrasos no andamento dos processos judiciais e administrativos com custos e desgaste na imagem da administração.

## **11. RECEITAS FINANCEIRAS**

É muito importante a Prefeitura extrair receitas financeiras de suas disponibilidades e compor com isso uma parte de sua arrecadação. A Prefeitura normalmente vai recebendo os tributos ao longo do mês e só paga o grosso de sua despesa na folha de pagamento, o que ocorre ou no fim ou no início do mês. Assim, ela vai acumulando ao longo do mês recursos que não deverão ficar parados no banco, mas sim aplicados, o que ajuda a incrementar a receita da Prefeitura.

Outro ponto a destacar é que no primeiro semestre a Prefeitura arrecada mais do que no segundo porque tem o IPTU, cuja maior parte do pagamento é feito geralmente nos primeiros quatro meses, e o IPVA que vem

do estado e é arrecadado normalmente até abril/maio. Com isso, a Prefeitura acumula caixa no primeiro semestre e vai gastando esse dinheiro ao longo do ano, sendo que a grande despesa vai se dar ao final do ano, com o pagamento do 13º salário.

Esses excedentes de caixa devem ser aplicados gerando receitas financeiras. A gestão financeira desses recursos de maior prazo é muito importante, podendo gerar receitas financeiras bastante interessantes.

## **PARTE 2**

### **Modelo de Código Tributário Municipal**

#### ***Notas Explicativas***

#### **1. NOTA PRÉVIA**

Para a formulação do modelo de código tributário municipal, ora apresentado, foi adotada, como principal diretriz, a restrição do conteúdo de suas normas aos precisos limites da reserva legal. Explicando: por força do princípio expresso no inciso I do artigo 150 da Constituição Federal, só a lei em sentido estrito, ou seja, um ato do Poder Legislativo, pode instituir ou alterar um tributo. Isto significa, nos termos do artigo 97 do Código Tributário Nacional, ainda vigente como lei complementar da Constituição, que só uma lei pode:

- criar, aumentar, reduzir ou extinguir um tributo;
- definir o fato gerador de um tributo, bem como o sujeito passivo da obrigação de pagá-lo, na qualidade de contribuinte ou responsável;
- fixar as alíquotas de um tributo e a sua base de cálculo;
- dispor sobre infrações às normas legais que regem um tributo e estabelecer as correspondentes penalidades;
- estabelecer as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, bem como de dispensa ou redução de penalidades.

Afora estas matérias contidas, segundo se disse, no campo da reserva legal, outros aspectos da tributação podem ser regrados por decreto, não se mostrando conveniente trazê-los para o corpo da lei, uma vez que a administração fiscal adquire maior agilidade e eficiência quanto menos o Executivo depende do Legislativo para tomar decisões e levá-las à prática.

Destarte, o código proposto remete para a competência do Executivo, vale dizer, para a esfera regulamentar, as disposições sobre:

- o procedimento e o processo tributário: competência das autoridades fiscais, notificações dos lançamentos e dos autos de infração, definição do conteúdo de editais, procedimentos fiscais, forma e prazo para a



apresentação de defesas, reclamações e recursos, fixação do número de instâncias e respectivas competências;

- a arrecadação: instituição do documento próprio para o pagamento dos créditos fiscais, determinação dos locais de realização dos pagamentos (repartições competentes, agências bancárias), fixação dos prazos para o recolhimento de tributos e multas, inclusive por infração à legislação tributária, forma parcelada ou não do pagamento de tributos, parcelamento de débitos vencidos para os fins de quitação;
- os cadastros: sua organização e destinação (cadastro imobiliário, cadastro de contribuintes do ISS e das taxas), modelos de formulários para inscrições e definição da documentação a ser exibida para tal finalidade;
- livros e documentos fiscais: tipos de livros e documentos exigidos e respectivos modelos, prazos para a escrituração, casos de dispensa da emissão de documentos e de sua escrituração etc.

Concluindo esse tópico, urge ressaltar que a lei orgânica do município pode conter matéria tributária, obrigando, eventualmente, a adaptação, aos seus ditames, da redação de alguns dos artigos propostos. Não por outro motivo, o artigo 1º, como disposição preliminar, faz expressa referência à Constituição Federal e à lei orgânica municipal.

## **2. ESTRUTURA DO CÓDIGO**

As normas do código são agrupadas em seis títulos, a saber:

**2.1. Título I** – Em consonância com as disposições da Constituição Federal, relativas ao sistema tributário, o artigo 2º do código enumera os tributos de competência municipal.

Cabe ressaltar, de logo, que a contribuição para o custeio do sistema de previdência e assistência social dos servidores municipais, prevista no parágrafo único do artigo 149 da Constituição Federal e incluída no inciso VI do comentado artigo 2º do código, é, sem dúvida, um tributo, já não mais persistindo, sobre a sua natureza, qualquer dúvida ou polêmica no âmbito doutrinário ou jurisprudencial. Observe-se, todavia, que a sua instituição, em municípios de pequeno porte, mostra-se assaz problemática.

Com efeito, a criação de entidades previdenciárias, como os chamados montepios ou institutos de previdência, a cuja manutenção é destinada a

contribuição sob análise, exige um investimento inicial de porte, demandando um acurado estudo atuarial. Assim, os municípios que ainda não tenham órgãos do gênero não devem criá-los. Quanto aos municípios que já mantêm tais organismos, bastar-lhes-á acrescentar mais um título ao modelo proposto, que seria o VI, renumerando o atual VI como VII, transcrevendo-se, então, os dispositivos em vigor, atinentes à contribuição. Ainda no título I, como solução didática, inseriu-se o artigo 3º, tratando dos preços públicos, a fim de distingui-los, de pronto, das taxas, ou seja, dos tributos destinados à remuneração de serviços públicos. Dito de outra forma, a competência do Executivo para a fixação e o reajustamento dos preços públicos afasta, de pronto, a sua eventual confusão com os tributos.

**2.2. Título II** – Igualmente em nome da didática e para evitar repetições no corpo da lei, o título II enfeixa as normas pertinentes à tributação e à arrecadação, vale dizer, normas aplicáveis aos impostos, às taxas e à contribuição de melhoria.

Acerca deste título e além dos comentários preliminarmente aduzidos, convém acrescentar que a opção pela UFIR, para a expressão dos valores de tributos e multas, bem como para o cálculo da correção monetária, visa a afastar entraves à arrecadação, sob a forma de eventuais contestações de outros índices adotados para os mesmos fins. Realmente, competindo privativamente à União legislar sobre o sistema monetário e financeiro, o município não correrá riscos inúteis enquanto indexar a tributação nos mesmos moldes do Governo Federal. Em caso de extinção da UFIR, o código remete ao Executivo a competência para divulgar a unidade criada pelo legislador federal para substituí-la.

**Observação** – *A Unidade Fiscal de Referência UFIR foi extinta por força do disposto no § 3º do artigo 29 da Medida Provisória nº 1973-67, reeditada, em 25 de janeiro de 2001, sob o nº 2095-71.*

Dessa forma, os municípios que utilizavam a UFIR como expressão de valor de seus tributos e multas deverão substituí-la por uma unidade municipal, criada por lei, ou por valores em moeda corrente.

No âmbito, ainda, das normas de caráter geral, o código abriga a autorização para o Executivo levar a efeito a compensação e a remissão de créditos tributários (artigo 19). Quanto à compensação, pareceu de bom alvitre limitá-la aos créditos vencidos do sujeito passivo, no intuito de eliminar as

dificuldades de cálculo na hipótese de créditos vincendos. E, no tocante à remissão, evitando favoritismos injustos, restou destinada a pessoas físicas de baixa renda e destituídas de patrimônio, devedoras de importâncias de pequeno vulto, a serem definidas 19 como tais segundo o critério de cada município.

Finalmente, em prol da agilidade da arrecadação e para evitar a costumeira demora das decisões judiciais concernentes às execuções fiscais, o código prevê a competência do Executivo para autorizar o pagamento parcelado de débitos vencidos, até eventualmente inscritos na dívida ativa (art. 20).

**2.3. Título III** – As disposições desse título, referentes aos impostos, principiam regrando a taxaçaõ da propriedade predial e territorial urbana, tratam, em seguida, do ônus sobre a alienação de bens imóveis e direitos a eles relativos e terminam com a tributação das prestações de serviços.

Cumprе referir, inicialmente, que não foram indicadas alíquotas para quaisquer dos impostos ou sequer sugeridas hipóteses de isenções, eis que tais aspectos da tributação ficam na dependência da política fiscal de cada município, ditada pelas circunstâncias locais, inclusive as de ordem socioeconômica.

O primeiro capítulo deste comentado título III, onde se regra a tributação da propriedade predial e territorial urbana, acha-se dividido em três seções, a primeira concernente ao imposto predial, a segunda ao territorial e a terceira abrigando disposições comuns aos dois citados impostos.

Nas seções I e II são consignadas regras voltadas à definição do fato gerador, à identificação do sujeito passivo e à delimitação dos campos de incidência dos impostos predial e territorial. São também referidas, nestas seções, formas de notificação dos lançamentos e modos de pagamento dos dois tributos, remetendo-se, para o decreto regulamentar, a maior parte das disposições sobre estas duas últimas aludidas matérias.

A seção III cuida da apuração do valor venal dos imóveis, base de cálculo dos impostos em questão, para os fins dos correspondentes lançamentos.

Neste passo, vale abrir um parêntese para ressaltar que a legislação, ora preconizada, não contempla técnicas sofisticadas de avaliação imobiliária,

cuja aplicação exigiria recursos humanos e materiais provavelmente inexistentes nos municípios de pequeno e médio porte aos quais destinada.

Assim é que o valor venal dos imóveis, para os fins de lançamento dos tributos em questão, é obtido, basicamente, no caso do territorial em função dos valores unitários de m<sup>2</sup> de terreno constantes da planta de valores e, no caso do predial, pela conjugação do valor do terreno, obtido desta forma, com o valor da construção, expresso na Tabela II, também um anexo do código.

Quanto à listagem de valores unitários de m<sup>2</sup> de terreno dos vários logradouros da zona urbana do município, forçosamente existente, eventualmente sob a forma de planta de valores, deve ser atualizada, observados os critérios indicados no artigo 49 do código e publicada como um dos seus anexos. Note-se que reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal, consolidadas nos moldes da súmula 160 do Superior Tribunal de Justiça, vedam o estabelecimento, por ato do Executivo, dos valores de metro quadrado de construção e de terreno, para os fins de lançamento dos impostos predial e territorial urbano. Destarte, cumpre ao Executivo apenas corrigir monetariamente tais valores, se possível a cada ano, adotando, para tanto, os indicadores oficiais da inflação no período.

Finalmente, o artigo 63 da codificação outorga, ao Executivo, poderes para avaliar, segundo critérios mais adequados, imóveis influenciados por fatores singulares de desvalorização.

Dentre as disposições do segundo capítulo, pertinentes ao imposto sobre a transmissão, a título oneroso e por ato “intervivos”, de bens imóveis e direitos reais sobre imóveis, valeria destacar a questão das alíquotas sugeridas, no artigo 75 do código, por classes de valor do imóvel objeto da transação. Ao invés de uma alíquota única, portanto, a codificação opta por percentuais que aumentam em função da maior valorização do bem alienado.

Relativamente ao ISS, objeto do capítulo III, o derradeiro da lei sob exame, cabe anotar, primeiramente, que o fato gerador do imposto, definido pelo artigo 85, corresponde a uma transcrição, literal, da lista editada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987, com as seguintes alterações:

- supressão do item 7, porque vetado pelo então Presidente da República, e renumerados os demais itens;
- supressão dos itens 86 (veiculação de publicidade) e 98 (comunicações telefônicas dentro do município), eis que a partir da Constituição de 1988 os serviços de comunicação passaram a consistir em fato gerador do ICMS (artigo 155, inciso II), renumerados, igualmente, os demais itens.

As modificações da lista de serviços, acima descritas, importaram na necessidade de adaptação do artigo 103, onde reproduzida a norma do § 3º do artigo 9º do Decreto – lei 406, de 31 de dezembro de 1968, com a redação do artigo 2º da citada Lei Complementar 56 /87, ou seja, na alteração dos números dos itens concernentes às atividades que, exercidas por sociedades, implicam a tributação por alíquotas fixas.

Quanto ao tratamento a ser dado às chamadas microempresas, não precisa consistir, necessariamente, em isenção do pagamento do ISS ou mesmo em redução do imposto, podendo concretizar-se na simplificação dos documentos fiscais e da respectiva escrituração ou até na dispensa do documentário e da escrita fiscal. Por esse motivo, o modelo de código silencia sobre a questão, deixando-a a critério de cada município.

Ainda com relação às microempresas e às empresas de pequeno porte, cumpre lembrar que o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, criado pela Lei 9.317, de 05 de dezembro de 1996, só se aplica aos estados e municípios que a ele hajam aderido, mediante a celebração de convênio com a União.

Sobre as multas estatuídas nos artigos 119 e 120, cabe sugerir que sejam moderadas, a fim de não representarem um ônus insuportável para os contribuintes aos quais aplicadas e, também, no tocante à sua graduação, que:

- as do inciso II do artigo 119 sejam mais elevadas relativamente às do inciso I do mesmo artigo, consistindo, a prevista na alínea “c” do inciso II, na mais elevada dentre todas as penalidades deste comentado artigo;
- as multas dos incisos III e IV do artigo 120 sejam mais elevadas das que as previstas nos demais incisos do mesmo artigo.

**2.4. Título IV** – Para evitar entraves à cobrança da contribuição de melhoria, o artigo 130, o primeiro desse título, restringe o fato gerador do tributo às obras de pavimentação de vias e logradouros públicos. Realmente, embora considerado o mais justo dos tributos, a contribuição de melhoria é, sem dúvida, o de mais difícil instituição, donde a prática generalizada, entre os municípios, de limitá-la à recuperação dos custos com obras de pavimentação. Aliás, o próprio Supremo Tribunal Federal acabou induzindo os governos locais a adotarem similar orientação, em virtude de inúmeras decisões contestando a legitimidade da cobrança de taxas de serviços de pavimentação e afirmando, simultaneamente, que, por se tratar de obra e não de um serviço, a pavimentação só poderia gerar a obrigação de pagamento da contribuição de melhoria.

Igualmente fugindo a eventuais contestações da exigência da contribuição, o artigo 138 repete mandamentos do Decreto – lei 195, de 24 de fevereiro de 1967.

**2.5. Título V** – Por força de decisões judiciais, a partir da primeira instância, passando pelos tribunais estaduais e chegando até ao Supremo Tribunal Federal, o maior e mais tormentoso impasse para os municípios consiste na tributação pela via das taxas. Com efeito, a interpretação dada, por juízes e tribunais, ao §2º do artigo 145 da Constituição Federal, impede a exigência de taxas dosadas mediante qualquer elemento usado para base de cálculo de impostos. Assim é que são rechaçadas, pelo Judiciário, a Taxa de Limpeza Pública quando calculada em função da área do imóvel, dado utilizado para a determinação da base de cálculo do IPTU, e a Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento, quando baseada no número de empregados, porque elemento da base de cálculo do ISS no caso das sociedades de profissionais.

O Poder Judiciário rejeita, ainda, a cobrança de taxas destinadas à remuneração dos serviços de varrição, lavagem, capinação, desentupimento de bueiros e bocas de lobo, conservação de calçamento e de leitos não pavimentados de ruas, praças e estradas municipais, por considerá-los não específicos nem mensuráveis, para os fins de serem usufruídos, efetiva ou potencialmente, pelos respectivos contribuintes. Por fim, a jurisprudência já afastou, em moldes definitivos, a possibilidade da exigência de taxa pela renovação, a cada ano, da licença para funcionamento de estabelecimentos ou atividades no território dos municípios.

Pautando-se, conseqüentemente, pela orientação jurisprudencial acima referida, a lei proposta não contempla taxas pertinentes à conservação de vias e logradouros públicos, restringe o fato gerador da taxa de limpeza pública aos serviços de coleta e destinação final do lixo e busca, para fato gerador da taxa regradada sob os ditames dos artigos enfeixados no capítulo primeiro deste título, não o licenciamento para a instalação de quaisquer atividades no território do município, mas a ação das autoridades municipais voltada à fiscalização do cumprimento das normas administrativas acerca do uso e ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança, ordem e tranquilidade públicas.

No mesmo diapasão, os valores das taxas, supra-aludidas, são determinados proporcionalmente aos custos da ação fiscal ou dos serviços, assim estimados:

- no caso da Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento (Tabela IV): em razão das despesas relativas à ação fiscal, que serão tanto maiores quanto mais intensiva ela deva ser por força da potencialidade do risco para a segurança, a higiene e a saúde públicas, decorrentes das atividades exercidas pelos contribuintes;
- relativamente à Taxa de Limpeza Pública (Tabela VI): considerando-se os gastos com a coleta e o tratamento do lixo, obviamente mais elevados em função do volume e da qualidade do lixo gerado a depender do uso conferido ao imóvel;
- no que tange à Taxa de Combate a Sinistros (Tabela VII): levando-se em conta também a potencialidade do risco decorrente da atividade exercida pelo contribuinte que, uma vez concretizado o sinistro, acarretará, forçosamente, maiores despesas ao ensejo da prestação dos serviços abrangidos pelo fato gerador da taxa.
- a Tabela VIII, referente à Taxa de Licença e Fiscalização de Obras, Arruamento e Loteamentos, não leva em conta, como unidade de medida, m<sup>2</sup> de construção ou terreno, em consonância com a jurisprudência dominante.

Concluindo, valeria lembrar que a cobrança das Taxas de Limpeza Pública e de Combate a Sinistros pressupõe a prestação, pelo município, dos serviços de coleta e tratamento de lixo e de combate a incêndios (corpo de bombeiros). Quanto à exigência das Taxas de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento e de Fiscalização de Anúncios, pressupõe a

existência de uma legislação municipal de posturas, relativa ao uso e ocupação do solo, à segurança, higiene e saúde públicas, ao conteúdo e à localização dos anúncios exibidos no território do município, além do exercício, efetivo, da fiscalização do seu cumprimento.

## **COMENTÁRIOS ADICIONAIS SOBRE AS TAXAS**

### **A. Sobre a Taxa de Limpeza Pública**

Consoante referido no texto acima, inúmeras e reiteradas decisões judiciais entravam a exigência da taxa de limpeza e conservação de logradouros públicos, não só por considerá-las vinculadas a serviços não específicos nem divisíveis, mas pelo fato da sua base de cálculo identificar-se, via de regra, com a utilizada para os fins de tributação pelo IPTU. O mesmo problema transfere-se para as taxas de licença para obras, construções, arruamentos e loteamentos, habitualmente mensuradas em função da área das construções e dos terrenos, a depender da hipótese em que consista o seu fato gerador.

#### ***A1. Necessidade de uma Lei de Posturas (Normas Administrativas)***

Começando pelos serviços de coleta, remoção e tratamento do lixo, aos quais, segundo antes asseverado, estaria restrito o fato gerador da taxa de limpeza pública, pouco importa se remunerados os seus custos por via deste aventado tributo ou mediante a cobrança de tarifas, o município há de ter uma legislação de posturas (normas administrativas), versando sobre a limpeza pública e, especialmente, regulamentando o comportamento dos munícipes relativamente aos procedimentos a serem adotados quanto ao descarte e tratamento do lixo, estabelecendo multas para as infrações cometidas e designando os órgãos competentes para a fiscalização das normas assim estatuídas e a aplicação das penalidades previstas.

#### ***A2. Opção pela Cobrança por Meio de Taxa***

Caso se pretenda instituir uma taxa, destinada à remuneração das despesas com a coleta, remoção e tratamento do lixo, faz-se necessário que a



aventada lei de posturas atribua, à Prefeitura, a competência, exclusiva, para a execução de tais serviços, definindo, com exatidão, o seu alcance, e vedando ao particular a sua execução, sob pena de multa e outras sanções.

Vale ressaltar, por oportuno, que a maioria dos municípios presta apenas os serviços de coleta e tratamento do lixo domiciliar e dos resíduos sólidos originários de escritórios profissionais, estabelecimentos prestadores de serviços em geral, sedes de associações e instituições, templos e clubes recreativos e de estabelecimentos comerciais e industriais, até determinados limites de peso ou metragem cúbica. Acima de tais limites, os serviços são cometidos aos particulares, podendo ser executados pela Prefeitura, mediante a cobrança de tarifas. Isso se deve ao alto custo da remoção de grandes volumes ou de certos tipos de resíduos, cujo ressarcimento das correspondentes despesas inviabiliza a sua remuneração por via de taxa.

Admitidas, conseqüentemente, as limitações acima propostas, a multicitada legislação de posturas definirá qual o tipo de resíduos que serão coletados pela Prefeitura autorizando, portanto, a instituição da taxa remuneratória das respectivas despesas. O mesmo comentado texto legal deve indicar qual o tipo e/ou volume do lixo a ser removido e tratado pelos particulares, que até poderão contratar com a Prefeitura estes últimos serviços, a serem remunerados, no entanto, mediante o pagamento de preços públicos.

Obedecidos estes padrões e para a cobrança de uma taxa remuneratória dos serviços de coleta, remoção e tratamento de lixo, poderá ser adotado o texto legal e a respectiva tabela para cálculo dos seus valores propostos no Modelo de Código Tributário Municipal. Buscando fugir aos elementos integrantes da base de cálculo do IPTU, a tabela preconizada baseia-se no uso e destinação dos imóveis, uma vez que, a depender de tais circunstâncias, os resíduos produzidos serão em maior ou menor volume, ou representarão riscos maiores ou menores para a saúde, acarretando, por conseqüência, a sua coleta e tratamento, despesas mais ou menos elevadas.

### ***A.3. Opção pela Cobrança de Preços pelos Serviços***

Caso a opção do município resida na cobrança de preços pelos serviços de coleta, remoção e tratamento do lixo, a antes citada lei de posturas estabelecerá as já mencionadas sanções, especialmente multas, pelo descumprimento de suas normas, estatuinto, além disso, sobre quando e em

que circunstâncias a Prefeitura prestará os serviços, cujas despesas serão recuperadas mediante a cobrança de preços a serem fixados pelo Executivo (mediante decreto).

Por derradeiro, cabe informar que, para unidade de medida dos cogitados preços, os municípios costumam adotar peso, metragem cúbica ou, a depender da extensão de seus territórios e do tipo de resíduo a ser coletado, hora de serviço.

## **B. Sobre a Taxa de Licença e Fiscalização de Obras, Arruamentos e Loteamentos**

Quanto à atividade dos governos municipais, voltada ao policiamento das construções e do parcelamento do solo, pode, consoante anteriormente se afirmou, ser custeada por via de taxa ou de preço. Cumpre ressaltar, todavia, que a taxa seria, na hipótese, a forma mais adequada para atender as despesas originárias de similar atuação do município, pois ao cidadão não é dado construir ou parcelar o solo livremente, submetendo-se, quando age nesse sentido, às normas da legislação municipal pertinentes à matéria.

Com efeito, a exemplo do que acontece com a limpeza pública, leis de caráter administrativo, as chamadas posturas, precedem e fundamentam, necessariamente, a instituição de taxa ou a cobrança de preços vinculados ao licenciamento e à fiscalização das construções e loteamentos, fixando, para a sua aprovação e execução, condições e parâmetros.

Admitindo-se que a escolha do município recaia sobre a cobrança de uma taxa, o texto proposto no Modelo de Código Tributário Municipal, integrado por uma tabela de valores, servirá para instituí-la, valendo frisar que, em harmonia com a antes descrita orientação jurisprudencial, a aludida tabela não contempla, como unidade de medida do tributo, m<sup>2</sup> de construção ou de terreno, consoante geralmente expresso na maioria das legislações municipais em vigor. Bem ao contrário, a área das construções e reformas, combinada com a destinação da edificação, e a área dos terrenos, são tomadas como simples referenciais significantes da maior ou menor complexidade dos respectivos projetos implicando, proporcionalmente, em maior ou menor dificuldade para a sua análise e fiscalização da execução e importando, também proporcionalmente, em ônus maiores ou menores para o Erário.

Concluindo, vale mencionar que os itens das tabelas, ora sugeridas para o cálculo dos valores de taxas, podem servir de indicação para a formulação de tabelas de preços, caso o Município opte por esta forma de cobrança.

**2.6. Título VI** – As disposições finais da lei, ora preconizada, principiam estabelecendo um piso mínimo para a realização de lançamentos complementares e a lavratura de autos de infração, visando a evitar que a cobrança de valores insignificantes venha a acarretar, ao invés de um ganho para o erário, na verdade um prejuízo.

Igualmente reservados para esse derradeiro título, ficaram os incentivos fiscais, vale dizer, isenções que alguns municípios costumam outorgar com o objetivo de tornar atrativa e vantajosa, para as empresas, a instalação de estabelecimentos em seu território.

### **3. NOTA FINAL**

Cumpre observar, finalmente, que a tributação, pelos municípios, fica vinculada à observância das normas da legislação complementar da Constituição Federal, a saber:

- Lei 5.172, de 25 de outubro de 1996, Código Tributário Nacional;
- Decreto – lei 406 de 31 de dezembro de 1968, com as alterações do Decreto-lei 834, de 08 de setembro de 1969;
- Lei Complementar 56, de 15 de dezembro de 1987.

## **Código Tributário do Município de.....**

LEI Nº.....de....de.....de.....

Dispõe sobre o sistema tributário do Município e dá outras providências.

.....(nome do Prefeito), Prefeito(a) do Município de....., usando das atribuições que me são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de.....de.....de....., decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

### **Disposição Preliminar**

Art. 1º – Sem prejuízo das normas legais supletivas e das disposições regulamentares, com fundamento na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, esta Lei institui o Sistema Tributário do Município, regulando toda a matéria tributária de competência municipal.

### **Título I Dos Tributos Municipais**

Art. 2º – São Tributos Municipais:

- I – o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- II – o Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos", a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acessão Física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, bem como a Cessão de Direitos à sua Aquisição;
- III – o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- IV – A Contribuição de Melhoria, decorrente de obras públicas;
- V – As Taxas, especificadas nesta Lei, remuneratórias de serviços públicos ou devidas em razão do exercício do poder de polícia do Município;

VI – a Contribuição para o custeio do Sistema de Previdência e Assistência Social dos Servidores Municipais.

Art. 3º – Compete ao Executivo fixar, e reajustar periodicamente, os preços destinados a remunerar a utilização de bens e serviços públicos, bem como os relativos ao custeio de despesas com a prática de atos administrativos do interesse dos que os requererem, tais como o fornecimento de cópias de documentos, a expedição de certidões e alvarás, a realização de vistorias e outros atos congêneres.

## **Título II**

### **Disposições Gerais sobre a Tributação e a Arrecadação**

#### **Capítulo I**

#### **Do Procedimento Tributário e do Processo Administrativo Fiscal**

Art. 4º – Compete ao Executivo disciplinar, por decreto, o procedimento tributário relativo aos impostos e demais tributos de que trata esta Lei.

§ 1º – O procedimento tributário terá início, alternativamente, com:

- I – a impugnação, pelo sujeito passivo, do lançamento ou de ato administrativo dele decorrente;
- II – a lavratura de auto de infração;
- III – a lavratura de termos pela autoridade fiscal, inclusive ao ensejo da apreensão de livros e documentos fiscais.

§ 2º – A autoridade que realizar ou presidir quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, inclusive para os fins de observância do prazo para a sua conclusão, a ser fixado em regulamento.

§ 3º – Os termos, referidos no parágrafo anterior, serão lavrados, sempre que possível, em livros fiscais e, caso emitidos por outra forma, deles se entregará uma cópia à pessoa, empresa ou estabelecimento fiscalizado.

Art. 5º – O Executivo expedirá decreto regulamentando o processo administrativo fiscal, previstos, obrigatoriamente:

- I – duplo grau de jurisdição;

II – recurso de ofício, a ser interposto das decisões de primeira instância contrárias à Fazenda Municipal.

Parágrafo único – Salvo quando efetuado depósito do montante integral do crédito tributário impugnado, as defesas, reclamações e recursos não terão efeito suspensivo.

## **Capítulo II**

### **Da Responsabilidade dos Sucessores e de Terceiros**

Art. 6º – São pessoalmente responsáveis:

I – o adquirente do imóvel, pelos débitos do alienante existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste prova de quitação, limitada esta responsabilidade nos casos de arrematação em hasta pública ao montante do respectivo preço;

II – o espólio pelos débitos do "de cujus", existentes à data da abertura da sucessão;

III – o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos débitos do espólio existentes à data da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, legado ou meação;

IV – a pessoa jurídica resultante de fusão, transformação ou incorporação, pelos débitos das sociedades fusionadas, transformadas ou incorporadas, existentes à data daqueles atos.

Parágrafo único – O disposto no inciso IV aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual.

Art. 7º – A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

I – integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II – subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art. 8º – Respondem solidariamente com o contribuinte, em casos em que não se possa exigir deste o pagamento do tributo, nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis:

- I – os pais, pelos débitos dos filhos menores;
- II – os tutores e curadores, pelos débitos dos seus tutelados ou curatelados;
- III – os administradores de bens de terceiros, pelos débitos destes;
- IV – o inventariante, pelos débitos do espólio;
- V – o síndico e o comissário, pelos débitos da massa falida ou do concordatário;
- VI – os sócios, no caso de liquidação de sociedades de pessoas, pelos débitos destas.

### **Capítulo III Da Arrecadação**

Art. 9º – O Executivo expedirá decreto regulamentando a forma e o prazo para o recolhimento dos tributos municipais e respectivos acréscimos, inclusive as multas de qualquer espécie.

Parágrafo único – Os recolhimentos serão efetuados por via de documento próprio, a ser instituído pelo decreto referido neste artigo que disporá, ainda, sobre a competência das repartições e demais agentes autorizados a promoverem a arrecadação dos créditos fiscais do Município.

Art. 10 – Os créditos tributários municipais, não quitados nos respectivos vencimentos, serão acrescidos das multas previstas nesta Lei, de juros moratórios, calculados à razão de 1% ao mês, além de correção monetária, na forma do disposto pelo artigo seguinte.

Parágrafo único – O disposto neste artigo não se aplica enquanto pendente de resposta a consulta formulada, pelo sujeito passivo, dentro do prazo regulamentar para pagamento do crédito.

Art. 11 – Os débitos fiscais, incluídas as multas de qualquer espécie, provenientes da impontualidade, total ou parcial, no tocante aos respectivos pagamentos, serão atualizados monetariamente, de acordo com os índices adotados pela legislação federal, para a atualização dos débitos, de igual natureza, para com a Fazenda Nacional.

§ 1º – Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, fica o Executivo autorizado a divulgar coeficiente de atualização monetária, baseando-se, para o seu cálculo, na legislação federal pertinente e nas respectivas normas regulamentares.

§ 2º – A atualização monetária e os juros de mora incidirão sobre o valor integral do crédito, neste compreendida a multa.

§ 3º – Os juros moratórios serão calculados à razão de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante do débito corrigido monetariamente.

Art. 12 – Os débitos vencidos serão encaminhados para cobrança, com inscrição na Dívida Ativa.

Parágrafo único – Inscrita ou ajuizada a dívida, serão devidas, também, custas, honorários e demais despesas, na forma da legislação vigente.

Art. 13 – A atualização estabelecida na forma do artigo 11 aplicar-se-á, inclusive, aos débitos cuja cobrança seja suspensa por medida administrativa ou judicial, salvo se o interessado houver depositado, em moeda, a importância questionada.

§ 1º – Na hipótese de depósito parcial, far-se-á a atualização da parcela não depositada.

§ 2º – O depósito elide, ainda, a aplicação da multa moratória e dos juros, consoante seja efetuado antes do prazo fixado para a incidência da multa, dos juros ou de ambos.

§ 3º – O valor do depósito, se devolvido por terem sido julgados procedentes reclamações, recursos ou medidas judiciais, será atualizado monetariamente, em consonância com as disposições desta Lei.

§ 4º – A atualização do depósito cessará, automaticamente, se o interessado deixar de comparecer à repartição competente, no prazo de



30 (trinta) dias contados de sua regular notificação para receber a importância a ser devolvida.

Art. 14 – No caso do recolhimento indevido ou maior do que o devido, de tributo, acréscimos moratórios e penalidades pecuniárias, a importância a ser restituída, de ofício ou em virtude de requerimento do interessado, será atualizada monetariamente, considerado o período compreendido entre o mês de recolhimento e o mês em que ocorrer a restituição, na forma do disposto pelo *caput* do artigo 11.

Parágrafo único – A atualização monetária cessará, automaticamente, se o interessado deixar de comparecer à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua regular notificação para receber a importância a ser devolvida.

Art. 15 – A Unidade Fiscal de Referência – UFIR será adotada para a expressão do valor de tributos e multas, na forma prevista por esta Lei, aplicando-se os seus índices de variação para os fins da atualização monetária a que se referem os artigos anteriores.

Parágrafo único – No caso de extinção da Unidade Fiscal de Referência – UFIR, será adotada, e divulgada pelo Executivo, a unidade de valor que vier a ser criada para as mesmas finalidades, pela legislação federal.

Art. 16 – Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos, por qualquer circunstância, nas épocas próprias, bem como lançamentos complementares de outros viciados por irregularidade ou erro de fato.

Parágrafo único – No caso deste artigo, o débito decorrente do lançamento anterior, quando quitado, será considerado como pagamento parcial do crédito resultante do lançamento complementar.

Art. 17 – O pagamento dos tributos é sempre devido, independentemente das penalidades que forem aplicadas.

Art. 18 – Salvo o disposto nos parágrafos deste artigo, considera-se domicílio tributário do sujeito passivo o local, no território do Município, onde se situem:

- I – no caso das pessoas naturais, a sua residência ou, desconhecida esta, o lugar onde exercitadas, habitualmente, as suas atividades;
- II – no caso das pessoas jurídicas de direito privado, a sua sede ou qualquer dos seus estabelecimentos;
- III – no caso das pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições.

§ 1º – Quando inviável a aplicação das regras fixadas nos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do sujeito passivo o lugar de situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação tributária.

§ 2º – É facultado ao sujeito passivo a eleição do domicílio tributário, podendo a autoridade fiscal competente recusá-lo, quando impossibilite ou dificulte a fiscalização ou a arrecadação do tributo, aplicando-se, então, a regra do parágrafo anterior.

Art. 19 – O Prefeito poderá autorizar, mediante despacho fundamentado, exarado em expediente instruído com o requerimento do interessado e proposta da autoridade fiscal competente, a compensação e a remissão de créditos tributários.

§ 1º – A compensação poderá ser autorizada apenas na hipótese de créditos líquidos, certos e já vencidos do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal e, quando efetivada, deverá ser registrada em termo próprio, assinado pelo Prefeito e pelo sujeito passivo.

§ 2º – A remissão poderá ser autorizada quando o valor integral do crédito tributário for inferior a.....Unidades Fiscais de Referência – UFIR e o sujeito passivo for pessoa natural de, comprovadamente, baixa renda, que não possua bens, salvo um único imóvel, utilizado para sua própria residência e de sua família.

Art. 20 – O Executivo poderá autorizar o parcelamento de créditos tributários vencidos, para os fins de sua quitação, na forma do disposto em regulamento.

Art. 21 – As isenções outorgadas na forma desta Lei não dispensam o cumprimento de obrigações acessórias.

## **Capítulo IV Dos Cadastros**

Art. 22 – O regulamento disporá sobre os cadastros fiscais do Município, inclusive sobre a forma, o prazo e a documentação pertinentes às respectivas inscrições.

Parágrafo único – A inscrição nos cadastros fiscais do Município é obrigatória e, quando não efetuada ou irregularmente efetuada pelo sujeito passivo dos tributos às quais se refira, poderá ser promovida ou alterada de ofício.

## **Título III Dos Impostos**

### **Capítulo I Do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana**

#### ***Seção I Do Imposto Predial***

Art. 23 – Constitui fato gerador do Imposto Predial a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel construído, localizado na zona urbana do Município.

Art. 24 – Para os efeitos deste imposto, considera-se zona urbana toda a área em que existam melhoramentos executados ou mantidos pelo Poder Público, indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes:

- I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II – abastecimento de água;
- III – sistema de esgotos sanitários;
- IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V – escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.

Art. 25 – Ainda que localizadas fora da zona urbana do Município, segundo definida pelo artigo anterior, considerar-se-ão urbanas, para os

efeitos deste imposto, as áreas urbanizáveis e as de expansão urbana, destinadas à habitação, inclusive residências de recreio, à indústria ou ao comércio, a seguir enumeradas:

- I – as áreas pertencentes a parcelamentos de solo regularizados pela Administração Municipal, mesmo que executados irregularmente;
- II – as áreas pertencentes a loteamentos aprovados, nos termos da legislação pertinente;
- III – as áreas dos conjuntos habitacionais, aprovados e executados nos termos da legislação pertinente;
- IV – as áreas com uso ou edificação aprovada de acordo com a legislação urbanística de parcelamento, uso e ocupação do solo e de edificações.

Parágrafo único – As áreas referidas nos incisos deste artigo terão seu perímetro delimitado por ato do Executivo.

Art. 26 – Para os efeitos deste imposto, considera-se construído todo imóvel no qual exista edificação que possa servir para habitação ou para o exercício de quaisquer atividades.

Art. 27 – A incidência, sem prejuízo das cominações cabíveis, independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas.

Art. 28 – O imposto não incide:

- I – nas hipóteses de imunidade previstas na Constituição Federal, observado, sendo o caso, o disposto em lei complementar;
- II – sobre os imóveis, ou parte destes, considerados como não construídos, para os efeitos da incidência do imposto territorial urbano.

Art. 29 – O imposto calcula-se à razão de....% sobre o valor venal do imóvel.

Art. 30 – Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Art. 31 – O imposto é devido, a critério da repartição competente:

- I – por quem exerça a posse direta do imóvel, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos possuidores indiretos;
- II – por qualquer dos possuidores indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais e do possuidor direto.

Parágrafo único – O disposto neste artigo aplica-se ao espólio das pessoas nele referidas.

Art. 32 – O lançamento do imposto é anual e feito um para cada prédio, em nome do sujeito passivo, na conformidade do disposto no artigo anterior.

Parágrafo único – Considera-se ocorrido o fato gerador em 1º de janeiro do ano a que corresponda o lançamento.

Art. 33 – O lançamento considera-se regularmente notificado ao sujeito passivo com a entrega da/do (recibo de lançamento, carnê de pagamento, notificação/recibo etc.), pessoalmente ou pelo correio, no local do imóvel ou no local por ele indicado, observadas as disposições contidas em regulamento.

§ 1º – A notificação pelo correio deverá ser precedida de divulgação, a cargo do Executivo, das datas de entrega nas agências postais das/dos recibos de lançamento, carnês de pagamento, notificações-recibo etc. e das suas correspondentes datas de vencimento.

§ 2º – Para todos os efeitos de direito, no caso do parágrafo anterior e respeitadas as suas disposições, presume-se feita a notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, (.....) dias após a entrega das/dos (recibos de lançamento, carnês de pagamento, notificações-recibo etc. ) nas agências postais.

§ 3º – A presunção referida no parágrafo anterior é relativa e poderá ser ilidida pela comunicação do não recebimento da/do (recibo de lançamento, carnê de pagamento, notificação-recibo, etc...) protocolada pelo sujeito passivo junto à Administração Municipal, no prazo fixado pelo regulamento.

§ 4º – A notificação do lançamento far-se-á por edital, consoante o disposto em regulamento, na impossibilidade de sua realização na forma prevista neste artigo, ou no caso de recusa de seu recebimento.

Art. 34 – O pagamento do imposto poderá ser efetuado de uma só vez ou em prestações, mensais e sucessivas, na forma e prazo regulamentares.

§ 1º – Para efeito de lançamento, o imposto calculado em moeda corrente, poderá ser convertido em número de Unidades Fiscais de Referência – UFIR, pelo valor vigente no mês de ocorrência do fato gerador da obrigação tributária e, para fins de pagamento, reconvertido em moeda corrente, pelo valor da Unidade Fiscal de Referência – UFIR, vigente na data do vencimento.

§ 2º – No caso de pagamento antecipado, o valor da prestação expresso em Unidade Fiscal de Referência – UFIR será reconvertido em moeda corrente, pelo valor vigente na data do pagamento.

§ 3º – O recolhimento do imposto não importa em presunção, por parte da Prefeitura, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.

§ 4º – Do valor do imposto integral, ou do valor das prestações em que se decompõe, poderão ser desprezadas as frações de moeda.

Art. 35 – Os débitos não pagos nos respectivos vencimentos serão atualizados monetariamente e acrescidos de juros, na forma prevista por esta Lei, além de multa equivalente a...% (... por cento) do imposto devido.

Art. 36 – Na hipótese de parcelamento do imposto, não será admitido o pagamento de qualquer prestação sem que estejam quitadas todas as anteriores.

§ 1º – Observado o disposto neste artigo e enquanto não vencida a última prestação, poderá ser efetuado o pagamento de quaisquer das parcelas.

§ 2º – Decorrido o prazo fixado para pagamento da última prestação, somente será admitido o pagamento integral do débito, que será considerado vencido à data da primeira prestação não paga.

§ 3º – O débito vencido será encaminhado para cobrança, com inscrição na Dívida Ativa e, sendo o caso, ajuizamento, ainda que no mesmo exercício a que corresponda o lançamento.

Art. 37 – São isentos do imposto:

## ***Seção II***

### ***Do Imposto Territorial Urbano***

Art. 38 – Constitui fato gerador do Imposto Territorial Urbano a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel não construído, localizado na zona urbana do Município, segundo referido nos artigos 24 e 25 desta Lei.

Art. 39 – Para os efeitos deste imposto, consideram-se não construídos os terrenos:

- I – em que não existir edificação como definida no artigo 26 desta Lei;
- II – em que houver obra paralisada ou em andamento, edificações condenadas ou em ruínas, ou construções de natureza temporária;
- III – cuja área exceder de 5 (cinco) vezes a ocupada pelas edificações;
- IV – ocupados por construção de qualquer espécie, inadequada à sua situação, dimensões, destino ou utilidade.

Parágrafo único – No cálculo do excesso de área de que trata o inciso III, toma-se por base a do terreno ocupado pela edificação principal, edículas e dependências.

Art. 40 – A incidência, sem prejuízo das cominações cabíveis, independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas.

Art. 41 – O imposto não incide nas hipóteses de imunidade previstas na Constituição da República, observado, sendo caso, o disposto em lei complementar.

Art. 42 – O imposto calcula-se à razão de....% sobre o valor venal do imóvel.

Art. 43 – Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Art. 44 – O imposto é devido a critério da repartição competente:

- I – por quem exerça a posse direta do imóvel, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos possuidores indiretos;
- II – por qualquer dos possuidores indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais e do possuidor direto.

Parágrafo único – O disposto neste artigo aplica-se ao espólio das pessoas nele referidas.

Art. 45 – O lançamento do imposto é anual e feito em nome do sujeito passivo, na conformidade do disposto no artigo anterior.

Parágrafo único – Considera-se ocorrido o fato gerador em 1º de janeiro do ano a que corresponda o lançamento.

Art. 46 – A notificação do lançamento do imposto obedecerá às disposições do artigo 33 desta Lei.

Art. 47 – Aplicam-se, ao pagamento do imposto, as normas fixadas, por esta Lei, nos artigos 34, 35 e 36.

Art. 48 – São isentos do imposto:

### ***Seção III***

#### ***Disposições Comuns Relativas aos Impostos Predial e Territorial Urbano***

Art. 49 – Na apuração do valor venal do imóvel, para os fins de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno serão determinados em função dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente:

- I – preços correntes das transações e das ofertas à venda no mercado imobiliário;
- II – custos de reprodução;
- III – locações correntes;
- IV – características da região em que se situa o imóvel;
- V – outros dados informativos tecnicamente reconhecidos.

Art. 50 – Observado o disposto no artigo anterior, ficam definidos, como valores unitários, para os locais e construções no território do Município:



- I – relativamente aos terrenos, os constantes da Planta de Valores em que consiste o ANEXO ÚNICO desta Lei;
- II – relativamente às construções, os valores indicados na Tabela II, correspondentes a cada um dos padrões previstos para os tipos de edificações indicados na Tabela I, ambas desta Lei.

§ 1º – Os logradouros ou trechos de logradouros, que não constarem da Planta de Valores referida no inciso I, terão seus valores unitários de metro quadrado de terreno fixados pelo Executivo.

§ 2º – O Executivo poderá atualizar, anualmente, os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno, desde que essa atualização não supere a inflação do período.

Art. 51 – Na determinação do valor venal não serão considerados:

- I – o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade;
- II – as vinculações restritivas do direito de propriedade e o estado de comunhão.

Art. 52 – O valor venal do terreno e o do excesso de área, definido no inciso III do artigo 39 desta Lei, resultará da multiplicação de sua área total pelo correspondente valor unitário de metro quadrado de terreno constante da Planta de Valores do ANEXO ÚNICO.

Parágrafo único – Quando a área total do terreno for representada por número que contenha fração de metro quadrado, será feito o arredondamento para a unidade imediatamente superior.

Art. 53 – O valor unitário de metro quadrado de terreno corresponderá:

- I – ao da face da quadra onde situado o imóvel;
- II – no caso de imóvel não construído, com duas ou mais frentes, ao da face de quadra para a qual voltada a frente indicada no título de propriedade ou, na falta deste, ao da face de quadra à qual atribuído maior valor;
- III – no caso de imóvel construído em terreno com as características do inciso anterior, ao da face de quadra relativa à sua frente efetiva ou, havendo mais de uma, à frente principal;

IV – no caso de terreno interno ou de fundo, ao da face de quadra por onde a ele se tenha acesso ou, havendo mais de um acesso, ao da face de quadra à qual atribuído maior valor;

V – no caso de terreno encravado, ao da face de quadra correspondente à servidão de passagem.

Art. 54 – Para os efeitos do disposto nesta Lei consideram-se:

I – excesso de área ou área de terreno não incorporada, aquela que, consoante definido pelo inciso III do artigo 39, exceder de 5 (cinco) vezes a área ocupada pelas edificações;

II – terreno de duas ou mais frentes, aquele que possui mais de uma testada para logradouros públicos;

III – terreno encravado, aquele que não se comunica com a via pública, exceto por servidão de passagem por outro imóvel;

IV – terreno de fundo, aquele que, situado no interior da quadra, se comunica com a via pública por um corredor de acesso com largura igual ou inferior a 4 (quatro) metros;

V – terreno interno, aquele localizado em logradouros não relacionados na Listagem de Valores, tais como vilas, passagens, travessas ou assemelhados, acessórios da malha viária do Município ou de propriedade de particulares.

Art. 55 – No cálculo do valor venal de terreno, no qual exista prédio em condomínio, será utilizada a fração ideal correspondente a cada unidade autônoma.

Art. 56 – A construção será enquadrada em um dos tipos e padrões previstos na Tabela I e seu valor venal resultará da multiplicação da área construída bruta pelo valor unitário de metro quadrado de construção, constante da Tabela II.

Art. 57 – A área construída bruta será obtida através da medição dos contornos externos das paredes ou pilares, computando-se também a superfície das sacadas, cobertas ou descobertas, de cada pavimento.

§ 1º – No caso de coberturas de postos de serviços e assemelhadas, será considerada como área construída a sua projeção vertical sobre o terreno.

§ 2º – No caso de piscina, a área construída será obtida através da medição dos contornos internos de suas paredes.

§ 3º – Quando a área construída bruta for representada por número que contenha fração de metro quadrado, será feito o arredondamento para a unidade imediatamente superior.

Art. 58 – No cálculo da área construída bruta das unidades autônomas de prédios em condomínio, será acrescentada, à área privativa de cada unidade, a parte correspondente nas áreas comuns em função de sua quota-parte.

Art. 59 – Para os efeitos desta Lei, as obras paralisadas ou em andamento, as edificações condenadas ou em ruína, as construções de natureza temporária e as construções, de qualquer espécie, inadequadas à sua situação, dimensões, destino ou utilidade, não serão consideradas como área construída.

Art. 60 – O valor unitário de metro quadrado de construção será obtido pelo enquadramento da construção num dos tipos da Tabela I, em função da sua área predominante, e no padrão de construção cujas características mais se assemelhem às suas.

§ 1º – Nos casos em que a área predominante não corresponder à destinação principal da edificação, ou conjunto de edificações, poderá ser adotado critério diverso, a juízo da Administração.

§ 2º – Para fins de enquadramento de unidades autônomas de prédio em condomínio em um dos padrões de construção previstos na Tabela I, será considerada a área construída correspondente à área bruta da unidade autônoma acrescida da respectiva área da garagem, ainda que esta seja objeto de lançamento separado, podendo a unidade autônoma ser enquadrada em padrão diverso daquele atribuído ao conjunto a que pertença, desde que apresente benfeitorias que a distingam, de forma significativa, das demais unidades autônomas.

Art. 61 – O valor venal de imóvel construído será apurado pela soma do valor do terreno com o valor da construção, calculados na forma desta Lei.

Art. 62 – A partir do segundo ano após o ano de término da construção, será concedido desconto anual de 1% (um por cento), em razão da

depreciação da edificação, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor da construção.

Parágrafo Único – Os casos de reforma, ampliação de área construída e de existência de mais de uma edificação no mesmo lançamento serão objeto de regulamentação por decreto do Executivo.

Art. 63 – Nos casos singulares de imóveis para os quais a aplicação dos procedimentos previstos nesta Lei possa conduzir a tributação manifestamente injusta ou inadequada, poderá ser adotado, a requerimento do interessado, processo de avaliação especial, sujeito à aprovação da autoridade fiscal competente.

Art. 64 – Os valores unitários de metro quadrado de terreno e de metro quadrado de construção serão expressos em moeda corrente e, no processo de cálculo para obtenção do valor venal do imóvel, o valor do terreno e o da construção serão arredondados para a unidade monetária imediatamente superior.

Art. 65 – As disposições constantes desta Seção são extensivas aos imóveis localizados nas áreas urbanizáveis e de expansão urbana, referidas no artigo 25 desta Lei.

## **Capítulo II**

### **Do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos", a qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acesso Física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, Exceto os de Garantia, bem como a Cessão de Direitos à sua Aquisição**

Art. 66 – O Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre eles tem como fato gerador:

- I – a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso:
  - a) de bens imóveis, por natureza ou acesso física;
  - b) de direitos reais sobre bens imóveis, exceto os de garantia e as servidões;
- II – a cessão, por ato oneroso, de direitos relativos à aquisição de bens imóveis.

Parágrafo único – O imposto de que trata este artigo refere-se a atos e contratos relativos a imóveis situados no território deste Município.

Art. 67 – Estão compreendidos na incidência do imposto:

- I – a compra e venda;
- II – a dação em pagamento;
- III – a permuta;
- IV – o mandato em causa própria ou com poderes equivalentes para a transmissão de bem imóvel e respectivo substabelecimento, ressalvado o disposto no artigo 59, inciso I, desta Lei;
- V – a arrematação, a adjudicação e a remição;
- VI – o valor dos imóveis que, na divisão de patrimônio comum ou na partilha, forem atribuídos a um dos cônjuges separados ou divorciados, ao cônjuge supérstite ou a qualquer herdeiro, acima da respectiva meação ou quinhão;
- VII – o uso, o usufruto e a enfiteuse;
- VIII – a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;
- IX – a cessão de direitos decorrente de compromisso de compra e venda;
- X – a cessão de direitos à sucessão;
- XI – a cessão de benfeitorias e construções em terreno comprometido à venda ou alheio;
- XII – todos os demais atos onerosos translativos de imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis.

Art. 68 – O imposto não incide:

- I – no mandato em causa própria ou com poderes equivalentes e seu substabelecimento, quando outorgado para o mandatário receber a escritura definitiva do imóvel;
- II – sobre a transmissão de bem imóvel, quando este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, de retrocessão ou pacto de melhor comprador;
- III – sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital;
- IV – sobre a transmissão de bens ou direitos aos mesmos alienantes, em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos;

V – sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção da pessoa jurídica.

Art. 69 – Não se aplica o disposto nos incisos III a V do artigo anterior, quando o adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil.

§ 1º – Considera-se preponderante a atividade quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional do adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores à aquisição, decorrer dos contratos referidos no *caput* deste artigo, observado o disposto no § 2º.

§ 2º – Se o adquirente iniciar sua atividade após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, para efeito do disposto no parágrafo anterior serão consideradas as receitas relativas aos 3 (três) exercícios subseqüentes à aquisição.

§ 3º – Não se caracteriza a preponderância da atividade, para fins deste artigo, quando a transmissão de bens ou direitos for feita junto com a transmissão da totalidade do patrimônio do alienante.

Art. 70 – O Executivo regulamentará o reconhecimento administrativo da não incidência e da imunidade e a concessão de isenção, nos casos previstos nesta Lei.

Art. 71 – São contribuintes do imposto:

- I – os adquirentes dos bens ou direitos transmitidos;
- II – os cedentes, nas cessões de direitos decorrentes de compromissos de compra e venda.

Art. 72 – A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos.

§ 1º – Não serão abatidas do valor venal quaisquer dívidas que onerem o imóvel transmitido.

§ 2º – Nas cessões de direitos à aquisição, o valor ainda não pago pelo cedente será deduzido da base de cálculo.

Art. 73 – Em nenhuma hipótese, o imposto será calculado sobre valor inferior ao valor do bem, utilizado, no exercício, para base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

§ 1º – Para os efeitos deste artigo, não serão considerados os descontos eventualmente concedidos sobre o valor fiscal apurado para efeito do cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

§ 2º – Na inexistência de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, os atos translativos somente serão celebrados mediante apresentação de certidão dessa circunstância, expedida pela autoridade competente.

Art. 74 – O valor mínimo fixado no artigo anterior será reduzido:

- I – na instituição de usufruto e uso, para 1/3 (um terço);
- II – na transmissão de nua propriedade, para 2/3 (dois terços);
- III – na instituição de enfiteuse e de transmissão dos direitos do enfiteuta, para 80% (oitenta por cento);
- IV – na transmissão de domínio direto, para 20% (vinte por cento).

Parágrafo único – Consolidada a propriedade plena na pessoa do proprietário, o imposto será calculado sobre o valor do usufruto, uso ou enfiteuse.

Art. 75 – O imposto será calculado mediante a aplicação das alíquotas a seguir especificadas:

| Tipo de transmissão do Imóvel                   | Alíquota |
|---|----------|
| Financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação | .....%   |
| Demais casos                                    | .....%   |

Art. 76 – O imposto será pago mediante documento próprio de arrecadação, na forma regulamentar.

Parágrafo único – A inexatidão ou omissão de elementos no documento de arrecadação sujeitará o contribuinte bem como, nos atos em que intervierem, os Notários, Oficiais de Registro de Imóveis e seus prepostos, à multa de.....Unidades Fiscais de Referência – UFIR, vigente à data da verificação da infração.

Art. 77 – Ressalvado o disposto nos artigos seguintes, o imposto será pago na data da prática do ato ou da celebração do contrato sobre o qual incide, se por instrumento público e, se por instrumento particular, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da prática do ato ou da celebração do contrato.

Art. 78 – Na arrematação, adjudicação ou remição, o imposto será pago no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de efetivação desses atos, antes da assinatura da respectiva carta e mesmo que essa não seja extraída.

Parágrafo único – Caso oferecidos embargos, o prazo será de 10 (dez) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença que os rejeitar.

Art. 79 – Nas transmissões realizadas por termo judicial, em virtude de sentença judicial, o imposto será pago no prazo de 10 (dez) dias, contados da sentença que houver homologado seu cálculo.

Art. 80 – Além da atualização monetária e dos juros moratórios previstos nesta Lei, a falta de pagamento do imposto nos respectivos prazos de vencimento acarretará a aplicação das multas equivalentes a:

- I –.....% (.....por cento) do valor do imposto devido, quando espontaneamente recolhido pelo contribuinte;
- II –.....% (..... por cento) do imposto devido, quando apurado o débito pela fiscalização.

Art. 81 – Comprovada, a qualquer tempo, pela fiscalização, a omissão de dados ou a falsidade das declarações consignadas nas escrituras ou instrumentos particulares de transmissão ou cessão, o imposto ou sua diferença serão exigidos com o acréscimo da multa de...% (..... por cento), calculada sobre o montante do débito apurado, sem prejuízo dos acréscimos devidos em razão de outras infrações eventualmente praticadas.

Parágrafo único – Pela infração prevista no *caput* deste artigo respondem, solidariamente com o contribuinte, o alienante ou cessionário.

Art. 82 – Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos Notários, Oficiais de Registro de Imóveis ou seus prepostos, os atos e termos relacionados com a transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, sem a prova do pagamento do imposto ou do reconhecimento



administrativo da não incidência, da imunidade ou da concessão de isenção.

Art. 83 – Os notários, oficiais de Registro de Imóveis ou seus prepostos ficam obrigados:

I – a facultar, aos encarregados da fiscalização, o exame em cartório dos livros, autos e papéis que interessem à arrecadação do imposto;

II – a fornecer aos encarregados da fiscalização, quando solicitada, certidão dos atos lavrados ou registrados, concernente a imóveis ou direitos a eles relativos;

III – a fornecer, na forma regulamentar, dados relativos às guias de recolhimento.

Art. 84 – Os notários, oficiais de Registros de Imóveis ou seus prepostos, que infringirem o disposto nos artigos 82 e 83 desta Lei ficam sujeitos à multa de.....Unidades Fiscais de Referência – UFIR, por item descumprido.

Parágrafo único – A multa prevista neste artigo terá como base o valor da Unidade Fiscal de Referência – UFIR vigente à data da infração.

Art. 85 – Em caso de incorreção do lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, utilizado para efeito de piso, na forma do artigo 73 desta Lei, o Fisco Municipal poderá rever, de ofício, os valores recolhidos a título do Imposto de Transmissão.

Art. 86 – Sempre que sejam omissos ou não mereçam fé os esclarecimentos, as declarações, os documentos ou os recolhimentos prestados, expedidos ou efetuados pelo sujeito passivo ou por terceiro legalmente obrigado, o órgão fazendário municipal competente, mediante processo regular, arbitrará o valor referido no artigo 72, na forma e condições regulamentares.

Parágrafo único – Não concordando com o valor arbitrado, o contribuinte poderá oferecer avaliação contraditória, na forma, condições e prazos regulamentares.

### **Capítulo III**

#### **Do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza**

Art. 87 – Constitui fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza a prestação, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço não compreendido na competência dos Estados e do Distrito Federal e, especificamente, a prestação de serviço constante da seguinte relação:

1 – médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres;

2 – hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análises, ambulatórios, prontos-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso, e de recuperação e congêneres;

3 – bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres;

4 – enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária);

5 – assistência médica e congêneres previstos nos itens 1, 2 e 3 desta Lista, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados;

6 – planos de saúde, prestados por empresa que não esteja incluída no item 5 desta Lista e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano;

7 – médicos veterinários;

8 – hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres;

9 – guarda, tratamento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais;

10 – barbeiros, cabeleireiros, manicuros, pedicuros, tratamento de pele, depilação e congêneres;

11 – banhos, duchas, sauna, massagens, ginásticas e congêneres;

- 12 – varrição, coleta, remoção e incineração de lixo;
- 13 – limpeza e dragagem de portos, rios e canais;
- 14 – limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins;
- 15 – desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres;
- 16 – controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza, e de agentes físicos e biológicos;
- 17 – incineração de resíduos quaisquer;
- 18 – limpeza de chaminés;
- 19 – saneamento ambiental e congêneres;
- 20 – assistência técnica;
- 21 – assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta Lista, organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa;
- 22 – planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa;
- 23 – análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza;
- 24 – contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congêneres;
- 25 – perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas;
- 26 – traduções e interpretações;
- 27 – avaliação de bens;
- 28 – datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres;

- 29 – projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza;
- 30 – aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia;
- 31 – execução por administração, empreitada, ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);
- 32 – demolição;
- 33 – reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);
- 34 – pesquisa, perfuração, cimentação, perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo e gás natural;
- 35 – florestamento e reflorestamento;
- 36 – escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres;
- 37 – paisagismo, jardinagem e decoração (exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao ICMS);
- 38 – raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes e divisórias;
- 39 – ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos, de qualquer grau ou natureza;
- 40 – planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres;
- 41 – organização de festas e recepções: *buffet* (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas que fica sujeito ao ICMS);
- 42 – administração de bens e negócios de terceiros e de consórcios;

43 – administração de fundos mútuos (exceto a realizada por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);

44 – agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada;

45 – agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);

46 – agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos da propriedade industrial, artística ou literária;

47 – agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia (*franchise*) e de faturação (*factoring*) (excetuam-se os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);

48 – agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, excursões, guias de turismo e congêneres;

49 – agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis e imóveis não abrangidos nos itens 44, 45, 46 e 47;

50 – despachantes;

51 – agentes da propriedade industrial;

52 – agentes da propriedade artística ou literária;

53 – leilão;

54 – regulação de sinistros cobertos por contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguro;

55 – armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie (exceto depósitos feitos em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central);

56 – guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres;

57 – vigilância ou segurança de pessoas e bens;

58 – transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do Município;

59 – diversões públicas:

- a) cinemas, *táxi-dancings* e congêneres;
- b) bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos;
- c) exposições, com cobrança de ingressos;
- d) bailes, *shows*, festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam também transmitidos, mediante compra de direitos para tanto, pela televisão ou pelo rádio;
- e) jogos eletrônicos;
- f) competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, inclusive a venda de direitos à transmissão pelo rádio ou pela televisão;
- g) execução de música, individualmente ou por conjuntos;

60 – distribuição e venda de bilhetes de loteria, de cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios;

61 – fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo, para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas ou de televisão);

62 – gravação e distribuição de filmes e videoteipes;

63 – fonografia ou gravação de sons ou ruídos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora;

64 – fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem;

65 – produção, para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres;

66 – colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço;

67 – lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS);

68 – conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de quaisquer objetos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS);

69 – recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito ao ICMS);

70 – recauchutagem ou regeneração de pneus para o usuário final;

71 – recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização;

72 – lustração de bens móveis quando o serviço for prestado para o usuário final do objeto lustrado;

73 – instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido;

74 – montagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido;

75 – cópia ou reprodução, por quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos;

76 – composição gráfica, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia;

77 – colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres;

78 – locação de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil;

79 – funerais;

80 – alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto o de aviamento;

81 – tinturaria e lavanderia;

82 – taxidermia;

83 – recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador do serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados;

84 – propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão, reprodução ou fabricação);

85 – serviços portuários e aeroportuários; utilização de porto ou aeroporto; atracação; capatazia; armazenagem interna, externa e especial; suprimento de água, serviços e acessórios; movimentação de mercadorias fora do cais;

86 – advogados;

87 – engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos;

88 – dentistas;

89 – economistas;

90 – psicólogos;

91 – assistentes sociais;

92 – relações públicas;

93 – cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimentos de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);



94 – instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central: fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques, sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de crédito, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres; fornecimento de 2ª via de avisos de lançamentos e de extrato de conta; emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento, a instituições financeiras, de gastos com portes do Correio, telegramas, telex e teleprocessamento necessários à prestação dos serviços);

95 – transporte de natureza estritamente municipal;

96 – hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza);

97 – distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza.

98 – exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

Parágrafo único – Os serviços especificados neste artigo ficam sujeitos ao imposto, ainda que a respectiva prestação envolva fornecimento de mercadorias.

Art. 83 – Considera-se local da prestação do serviço, para efeitos de incidência do imposto:

I – o do estabelecimento prestador ou, na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador;

II – no caso de construção civil, o local onde se efetuar a prestação.

§ 1º – Considera-se estabelecimento prestador o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades de prestação de serviços, sendo irrelevantes para a sua caracterização as denominações de

sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 2º – A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

- I – manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- II – estrutura organizacional ou administrativa;
- III – inscrição nos órgãos previdenciários;
- IV – indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;
- V – permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

§ 3º – A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento prestador, para os efeitos deste artigo.

§ 4º – São, também, considerados estabelecimentos prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviços de diversões públicas de natureza itinerante.

Art. 89 – A incidência independe:

- I) da existência de estabelecimento fixo;
- II) do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;
- III) do resultado financeiro obtido.

Art. 90 – Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

Parágrafo único – Não são contribuintes os que prestam serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos e os diretores e membros de conselhos consultivo ou fiscal de sociedades.

Art. 91 – O imposto é devido, a critério da repartição competente:

- I – pelo proprietário do estabelecimento ou do veículo de aluguel, a frete, ou de transporte coletivo, no território do Município;
- II – pelo locador ou cedente do uso de bens móveis ou imóveis;
- III – por quem seja responsável pela execução dos serviços referidos nos itens 31, 32, 33, 34 e 36 da relação constante do artigo 87, incluídos, nessa responsabilidade, os serviços auxiliares e complementares e as subempreitadas;
- IV – pelo subempreiteiro de obra ou serviço referido no inciso anterior e pelo prestador de serviços auxiliares ou complementares, tais como os de encanador, eletricista, carpinteiro, marmorista, serralheiro e outros.

Parágrafo único – É responsável, solidariamente com o devedor, o proprietário da obra em relação aos serviços de construção civil, referidos nos itens indicados no inciso III deste artigo, que lhe forem prestados sem a documentação fiscal correspondente, ou sem a prova do pagamento do imposto pelo prestador dos serviços.

Art. 92 – Cada estabelecimento do mesmo sujeito passivo é considerado autônomo para o efeito exclusivo de manutenção de livros e documentos fiscais e para recolhimento do imposto relativo aos serviços nele prestados, respondendo a empresa pelos débitos, acréscimos e multas referentes a quaisquer deles.

Art. 93 – O tomador do serviço é responsável pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, e deve reter e recolher o seu montante, quando o prestador:

- I – obrigado à emissão de nota fiscal, fatura ou outro documento exigido pela Administração, não o fizer;
- II – desobrigado da emissão de nota fiscal, nota fiscal-fatura ou outro documento exigido pela Administração, não fornecer:
  - a) recibo de que conste, no mínimo, o nome do contribuinte, o número de sua inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários, seu endereço, a atividade sujeita ao tributo e o valor do serviço;
  - b) comprovante de que tenha sido recolhido o imposto correspondente ao exercício anterior, salvo se inscrito posteriormente;
  - c) cópia da ficha de inscrição.

§ 1º – Para a retenção do Imposto, nos casos de que trata este artigo, a base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a alíquota de.....%.

§ 2º – O responsável, ao efetuar a retenção do Imposto, deverá fornecer comprovante ao prestador do serviço.

Art. 94 – O valor do imposto será calculado aplicando-se, ao preço do serviço, a alíquota correspondente, na forma da Tabela III.

§ 1º – A base de cálculo do imposto é o preço do serviço, como tal considerada a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição.

§ 2º – Na falta deste preço, ou não sendo ele desde logo conhecido, será adotado o corrente na praça.

§ 3º – Na hipótese de cálculo efetuado na forma do parágrafo anterior, qualquer diferença de preço que venha a ser efetivamente apurada acarretará a exigibilidade do imposto sobre o respectivo montante.

§ 4º – Inexistindo preço corrente na praça será ele fixado:

- I – pela repartição fiscal mediante estimativa dos elementos conhecidos ou apurados;
- II – pela aplicação do preço indireto, estimado em função do proveito, utilização ou colocação do objeto da prestação do serviço.

§ 5º – O preço de determinados tipos de serviços poderá ser fixado pela autoridade fiscal, em pauta que reflita o corrente na praça.

§ 6º – O montante do imposto é considerado parte integrante e indissociável do preço referido neste artigo, constituindo o respectivo destaque nos documentos fiscais mera indicação de controle.

Art. 95 – O preço dos serviços poderá ser arbitrado na forma que o regulamento dispuser, sem prejuízo das penalidades cabíveis, nos seguintes casos:

- I – quando o sujeito passivo não exhibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do respectivo montante;

II – quando houver fundada suspeita de que os documentos fiscais não refletem o preço real dos serviços, ou quando o declarado for notoriamente inferior ao corrente na praça.

Art. 96 – Quando o volume ou a modalidade da prestação de serviços aconselhar, a critério da Prefeitura, tratamento fiscal mais adequado, o imposto poderá ser calculado por estimativa, observadas as seguintes condições:

I – com base em dados declarados pelo contribuinte ou em outros elementos informativos, parcelando-se mensalmente o respectivo montante, para recolhimento no prazo e forma previstos em regulamento;

II – findo o exercício civil ou o período para o qual se fez a estimativa ou, ainda, suspensão, por qualquer motivo, a aplicação do sistema de que trata este artigo, serão apurados o preço efetivo dos serviços e o montante do tributo efetivamente devido pelo contribuinte.

§ 1º – Findos os períodos aludidos no inciso II deste artigo, o imposto devido sobre a diferença, acaso verificada entre a receita efetiva dos serviços e a estimada, deverá ser recolhido pelo contribuinte, podendo o Fisco proceder ao seu lançamento de ofício, tudo na forma e prazo regulamentares.

§ 2º – Quando a diferença mencionada no § 1º for favorável ao contribuinte, a sua restituição será efetuada na forma e nos prazos regulamentares.

Art. 97 – O enquadramento do contribuinte no regime de estimativa poderá, a critério da autoridade competente, ser feito individualmente, por atividade ou grupo de atividades.

Art. 98 – A Administração poderá, a qualquer tempo e a seu critério, suspender a aplicação do regime de estimativa, de modo geral, individualmente, ou quanto a qualquer atividade ou grupo de atividades.

Art. 99 – A Administração notificará os contribuintes do enquadramento no regime de estimativa e do montante do imposto respectivo, na forma regulamentar.

Art. 100 – As impugnações e os recursos relativos ao regime de estimativa não terão efeito suspensivo.

Art. 101 – Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão, a critério da autoridade competente, ficar desobrigados da emissão e escrituração da documentação fiscal.

Art. 102 – Quando se tratar de prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, na forma da Tabela III, sem se considerar a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

§ 1º – Considera-se prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o simples fornecimento de trabalho por profissional autônomo que não tenha, a seu serviço, empregado da mesma qualificação profissional.

§ 2º – Não se considera serviço pessoal do próprio contribuinte o serviço prestado por firmas individuais, nem o que for prestado em caráter permanente, sujeito a normas do tomador, ainda que por trabalhador autônomo.

Art. 103 – Sempre que os serviços a que se referem os itens 1, 4, 7, 24, 51, 86, 87, 88, 89 e 90 da relação consignada pelo artigo 87, forem prestados por sociedade, esta ficará sujeita ao imposto calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

§ 1º – Para os fins deste artigo, consideram-se sociedades de profissionais aquelas cujos componentes são pessoas físicas, habilitadas para o exercício da mesma atividade profissional, dentre as especificadas nos itens mencionados no *caput* deste artigo, e que não explorem mais de uma atividade de prestação de serviços.

§ 2º – Nas condições deste artigo, o valor do imposto será calculado pela multiplicação da importância fixada na Tabela III pelo número de profissionais habilitados, sócios, empregados ou não, que prestem serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

§ 3º – Quando não atendidos os requisitos fixados no *caput* e no § 1º deste artigo, o imposto será calculado com base no preço do serviço mediante a aplicação das alíquotas correspondentes, fixadas pela Tabela III.

Art. 104 – O lançamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando calculado mediante fatores que independam do preço do serviço, poderá ser procedido de ofício, com base nos dados da inscrição cadastral do contribuinte.

Art. 105 – O Imposto devido pelos prestadores de serviços sob a forma de trabalho pessoal e pelas sociedades de profissionais será lançado anualmente, considerados, para tanto, os dados declarados pelos contribuintes ao ensejo da sua inscrição no cadastro próprio.

Parágrafo único – Para os fins deste artigo, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto:

- I – a 1º de janeiro de cada exercício, no tocante aos contribuintes já inscritos no exercício anterior;
- II – na data do início da atividade, relativamente aos contribuintes que vierem a se inscrever no decorrer do exercício.

Art. 106 – O Imposto devido pelos prestadores de serviços sob a forma de trabalho pessoal e pelas sociedades de profissionais poderá ser recolhido de uma só vez ou em prestações, mensais e sucessivas, na forma, prazos e condições regulamentares.

Parágrafo único – Para o recolhimento do imposto, nas hipóteses de que trata este artigo, tomar-se-á o valor mensal da Unidade Fiscal de Referência – UFIR, vigente na data do respectivo vencimento e, em caso de quitação antecipada, o valor da UFIR da data do pagamento.

Art. 107 – A notificação do lançamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é feita ao contribuinte, pessoalmente, ou na pessoa de seus familiares, empregados, representantes ou prepostos, no endereço do estabelecimento ou, na falta de estabelecimento, no endereço de seu domicílio, conforme declarados na sua inscrição.

Parágrafo único – Na impossibilidade de entrega da notificação, ou no caso de recusa de seu recebimento, o contribuinte será notificado do

lançamento do imposto por via postal ou por edital, consoante o disposto em regulamento.

Art. 108 – Salvo no caso da prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal ou pelas sociedades de profissionais, o sujeito passivo deverá recolher, nas condições e nos prazos regulamentares, o imposto correspondente aos serviços prestados em cada mês, escriturando os recolhimentos na forma do disposto em regulamento.

Art. 109 – É facultado ao Executivo, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade, adotar outra forma de recolhimento, determinando que este se faça antecipadamente, operação por operação, ou por estimativa em relação aos serviços de cada mês.

Art. 110 – A prova de quitação do imposto é indispensável:

- I – à expedição de "Habite-se" ou "Auto de Vistoria" e à conservação de obras particulares;
- II – ao pagamento de obras contratadas com o Município.

Art. 111 – O sujeito passivo fica obrigado a manter, em cada um dos seus estabelecimentos obrigados à inscrição, escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributados.

Parágrafo único – O regulamento estabelecerá os modelos de livros fiscais, a forma e os prazos para sua escrituração podendo, ainda, dispor sobre a dispensa ou a obrigatoriedade de manutenção de determinados livros, tendo em vista a natureza dos serviços ou o ramo de atividade dos estabelecimentos.

Art. 112 – Os livros fiscais não poderão ser retirados do estabelecimento sob pretexto algum, a não ser nos casos expressamente previstos, presumindo-se retirado o livro que não for exibido ao Fisco, quando solicitado.

Parágrafo único – Os agentes fiscais arrecadarão, mediante termo, todos os livros fiscais encontrados fora do estabelecimento e os devolverão ao sujeito passivo, após a lavratura do auto de infração cabível.

Art. 113 – Os livros fiscais, que serão impressos e com folhas numeradas tipograficamente, somente serão usados depois de visados pela repartição fiscal competente, mediante termo de abertura.



Parágrafo único – Salvo a hipótese de início de atividade, os livros novos somente serão visados mediante a apresentação dos livros correspondentes a serem encerrados.

Art. 114 – Os livros fiscais e comerciais são de exibição obrigatória ao Fisco devendo ser conservados, por quem deles tiver feito uso, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados do encerramento.

Parágrafo único – Para os efeitos deste artigo, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito do Fisco de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos prestadores de serviço, de acordo com o disposto no artigo 195 da Lei Federal n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

Art. 115 – Por ocasião da prestação do serviço deverá ser emitida nota fiscal, com as indicações, utilização e autenticação determinadas em regulamento.

Art. 116 – O regulamento poderá dispensar a emissão de documentos fiscais para estabelecimentos que utilizem sistemas de controle do seu movimento, capazes de assegurar o seu registro e respectiva autenticidade, de forma satisfatória para os interesses da fiscalização.

Art. 117 – Observado o disposto pelo inciso II do artigo 93, todo aquele que utilizar serviços sujeitos à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza deverá exigir o documento fiscal, cuja utilização esteja prevista em regulamento ou autorizada por regime especial.

Art. 118 – Além da inscrição cadastral e respectivas alterações, o contribuinte fica sujeito à apresentação, na forma e nos prazos regulamentares, de quaisquer declarações exigidas pelo Fisco Municipal.

Art. 119 – Sem prejuízo da atualização monetária e dos juros moratórios previstos nesta Lei, a falta de pagamento ou retenção do imposto, nos prazos estabelecidos pelo regulamento, implicará na cobrança dos seguintes acréscimos:

I – recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado antes do início da ação fiscal:

- a) multa equivalente a...% (...por cento) do valor do imposto devido e não pago, ou pago a menor, pelo prestador do serviço;
- b) multa equivalente a...% (... por cento) do valor do imposto devido sobre o total da operação no caso de recolhimento, fora do prazo regulamentar, do imposto retido do prestador do serviço;
- II – recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado após o início da ação fiscal, ou através dela:
  - a) multa equivalente a...% (..... por cento) do valor do imposto devido e não pago, ou pago a menor, pelo prestador do serviço;
  - b) multa equivalente a...% (...por cento) do valor do imposto devido sobre o total da operação aos que, obrigados à retenção do tributo, deixarem de efetuá-la;
  - c) multa equivalente a....% (..... por cento) do valor do imposto devido sobre o total da operação, aos que deixarem de recolher, no prazo regulamentar, o imposto retido do prestador do serviço.

Art. 120 – As infrações às normas relativas ao imposto sujeitam o infrator às seguintes penalidades:

- I – infrações relativas à inscrição e alterações cadastrais:
  - a) multa de..... Unidades Fiscais de Referência – UFIR, aos que deixarem de efetuar, na forma e prazo regulamentares, a inscrição inicial, as alterações de dados cadastrais ou o encerramento de atividade, quando a infração for apurada através de ação fiscal ou denunciada após o seu início;
  - b) multa de.....Unidades Fiscais de Referência – UFIR, aos contribuintes que promoverem alterações de dados cadastrais ou encerramento de atividade, quando ficar evidenciado não terem ocorrido as causas que ensejaram essas modificações cadastrais;
- II – infrações relativas aos livros destinados à escrituração dos serviços prestados ou tomados de terceiros e a qualquer outro livro fiscal que deva conter o valor do imposto, ou dos serviços, quando apuradas através de ação fiscal ou denunciadas após o seu início:
  - a) multa equivalente a...% (..... por cento) do valor dos serviços não escriturados, observada a imposição mínima de.....Unidades Fiscais de Referência – UFIR e a máxima de..... Unidades Fiscais de Referência – UFIR, aos que não possuírem os livros ou, ainda que os possuam, não estejam devidamente escriturados e autenticados, na conformidade das disposições regulamentares;

b) multa equivalente a...% (..... por cento) do valor dos serviços, observada a imposição mínima de.....Unidades Fiscais de Referência – UFIR e a máxima de.....Unidades Fiscais de Referência – UFIR, aos que escriturarem, ainda que na forma e prazos regulamentares, livros não autenticados, na conformidade das disposições regulamentares;

III – infrações relativas à fraude, adulteração, extravio ou inutilização de livros fiscais: multa de.....Unidades Fiscais de Referência – UFIR;

IV – infrações relativas aos documentos fiscais:

a) multa equivalente a....% (..... por cento) do valor dos serviços, observada a imposição mínima de.....Unidades Fiscais Referência – UFIR e a máxima de.....Unidades Fiscais de Referência – UFIR, aos que, obrigados ao pagamento do imposto, deixarem de emitir, ou o fizerem com importância diversa do valor do serviço, adulterarem, extraviarem ou inutilizarem documento fiscal previsto em regulamento;

b) multa equivalente a.....% (..... por cento) do valor dos serviços aos quais se referir o documento, observada a imposição mínima de..... Unidades Fiscais de Referência – UFIR, aos que, não tendo efetuado o pagamento do imposto correspondente, emitirem, para operações tributáveis, documento fiscal referente a serviços não tributáveis ou isentos e aos que, em proveito próprio ou alheio, se utilizarem desses documentos para a produção de qualquer efeito fiscal;

V – infrações relativas à ação fiscal: multa de.....Unidades Fiscais de Referência – UFIR, aos que recusarem a exibição de livros ou documentos fiscais, embarçarem a ação fiscal, ou sonegarem documentos para a apuração do preço dos serviços ou da fixação da estimativa;

VI – infrações relativas às declarações: multa de.....Unidades Fiscais de Referência – UFIR, aos que deixarem de apresentar quaisquer declarações a que obrigados, ou o fizerem com dados inexatos, ou omissão de elementos indispensáveis à apuração do imposto devido, na forma e prazos regulamentares;

VII – infrações para as quais não haja penalidade específica prevista nesta Lei: multa de.....Unidades fiscais de Referência – UFIR.

Parágrafo único – O valor das multas previstas no inciso III e na alínea "a" do inciso IV será reduzido, respectivamente, para.....Unidades Fiscais

de Referência – UFIR e.....Unidades Fiscais de Referência – UFIR, nos casos de extravio ou inutilização dos livros e documentos fiscais, quando comprovadas, documentalmente, pelo contribuinte, na forma e prazos regulamentares:

I – a perfeita identificação dos serviços prestados, dos seus valores, dos respectivos tomadores ou prestadores e das circunstâncias de tempo e lugar da prestação, quando se tratarem de documentos fiscais ou dos livros fiscais destinados à escrituração dos serviços prestados ou tomados de terceiros, ou de qualquer outro livro fiscal que deva conter o valor dos serviços ou do imposto;

II – as informações que devessem, obrigatoriamente, estar registradas no livro fiscal considerado, nos demais casos.

Art. 121 – Considera-se iniciada a ação fiscal:

I – com a lavratura do termo de início de fiscalização ou verificação;  
ou

II – com a prática, pela Administração, de qualquer ato tendente à apuração do crédito tributário ou do cumprimento de obrigações acessórias, cientificado o contribuinte.

Art. 122 – No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.

Art. 123 – Na reincidência, a infração será punida com o dobro da penalidade e, a cada reincidência subsequente, aplicar-se-á multa correspondente à reincidência anterior, acrescida de.....% (..... por cento) sobre o seu valor.

Parágrafo único – Entende-se por reincidência a nova infração, violando a mesma norma tributária, cometida pelo mesmo infrator, dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contados da data em que se tornar definitiva a penalidade relativa à infração anterior.

Art. 124 – Na aplicação de multas por descumprimento de obrigações acessórias relativas ao imposto, que tenham por base a UFIR, deverá ser adotado o valor vigente no mês da lavratura do auto de infração correspondente.

Art. 125 – O sujeito passivo que reincidir em infração às normas do imposto poderá ser submetido, por ato da autoridade fiscal competente, a sistema especial de controle e fiscalização, disciplinado em regulamento.

Art. 126 – Observado o disposto em regulamento, o sujeito passivo será intimado do auto de infração por uma das seguintes modalidades:

I – pessoalmente, no ato da lavratura, mediante entrega de cópia do auto ao infrator, seu representante, mandatário ou preposto, contra recibo ou atestado da circunstância da impossibilidade ou recusa de assinatura do recibo;

II – por via postal registrada, acompanhada de cópia do auto de infração;

III – por edital, quando improficuos quaisquer dos meios previstos nos incisos anteriores.

Art. 127 – São isentas do imposto as prestações de serviço efetuadas por:

Art. 128 – Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização, o Executivo poderá exigir a adoção de instrumentos ou documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

Art. 129 – Ficam sujeitos à apreensão, na forma regulamentar, os bens móveis existentes no estabelecimento ou em trânsito, bem como os livros, documentos e papéis que constituam prova material de infração à legislação municipal atinente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

#### **Título IV**

#### **Da Contribuição de Melhoria**

Art. 130 – A Contribuição de Melhoria será arrecadada dos proprietários de imóveis beneficiados por obras de pavimentação de vias e logradouros públicos, incluídos os respectivos serviços preparatórios e complementares, executadas pela Prefeitura através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.

Parágrafo único – Considera-se ocorrido o fato gerador da Contribuição de Melhoria na data de conclusão da obra de pavimentação, referida neste artigo.

Art. 131 – A Contribuição não incide na hipótese de simples reparação e recapeamento de pavimento, bem como na hipótese de serviços preparatórios, quando não executada a obra de pavimentação.

Art. 132 – Sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de bem imóvel lindeiro à via ou logradouro público beneficiado pela obra de pavimentação.

§ 1º – Consideram-se também lindeiros os bens imóveis que tenham acesso, à via ou logradouro beneficiado pela pavimentação, por ruas ou passagens particulares, entradas de vila, servidões de passagem e outros assemelhados.

§ 2º – A Contribuição é devida, a critério da repartição competente:

- a) por quem exerça a posse direta do imóvel, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos possuidores indiretos;
- b) por qualquer dos possuidores indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais e do possuidor direto.

§ 3º – O disposto no parágrafo anterior aplica-se ao espólio das pessoas nele referidas.

Art. 133 – Para efeito de cálculo da Contribuição de Melhoria, o custo final das obras de pavimentação, consoante definidas no artigo 130, inclusive os reajustes concedidos na forma da legislação municipal, será rateado entre os imóveis por elas beneficiados, na proporção da medida linear da testada:

- I – do bem imóvel sobre a via ou logradouro pavimentado;
- II – do acesso sobre o alinhamento da via ou logradouro pavimentado, no caso referido no § 1º do artigo 132.

§ 1º – Na hipótese referida no inciso II deste artigo, a Contribuição será dividida igualmente entre os imóveis beneficiados.

§ 2º – Correrão por conta da Prefeitura:

- a) as quotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos da Contribuição de Melhoria;
- b) as importâncias que, em função do limite fixado no § 1º do artigo 138, não puderem ser objeto de lançamento;
- c) a Contribuição que tiver valor inferior a.....% do valor da Unidade Fiscal de Referência – UFIR, vigente no mês de emissão da respectiva notificação para pagamento;
- d) as importâncias que se referirem a áreas de benefício comum;
- e) o saldo remanescente da Contribuição, atribuído à última parcela anual, quando inferior a.....% do valor da Unidade Fiscal de Referência – UFIR, vigente no mês de emissão da respectiva notificação para pagamento.

§ 3º – Sob pena de responsabilidade funcional, as unidades municipais competentes, no prazo máximo de.....(.....) dias de sua apuração, deverão encaminhar à repartição fiscal competente relação detalhada das obras executadas e o correspondente custo final, inclusive reajustes definitivos concedidos, para os fins de lançamento e arrecadação da contribuição.

Art. 134 – Aprovado pela autoridade competente o plano da obra de pavimentação, será publicado edital, na forma prevista em regulamento, contendo os seguintes elementos:

- I – descrição e finalidade da obra;
- II – memorial descritivo do projeto;
- III – orçamento do custo da obra, incluindo a previsão de reajustes, na forma da legislação municipal;
- IV – determinação da parcela do custo da obra a ser considerada no cálculo do tributo;
- V – delimitação da área beneficiada, relação dos imóveis nela compreendidos e respectivas medidas lineares das testadas, que serão utilizadas para o cálculo do tributo.

Parágrafo único – Aprovado o plano da obra, as unidades municipais responsáveis deverão encaminhar à repartição fiscal competente, no prazo máximo de.. (.....) dias e sob pena de responsabilidade funcional, os elementos necessários à publicação do edital referido neste artigo.

Art. 135 – Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do edital referido no artigo anterior, na forma e no prazo previstos em regulamento.

Parágrafo único – A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão somente terá efeito para o recorrente.

Art. 136 – A Contribuição de Melhoria será lançada em nome do sujeito passivo, com base nos dados constantes do cadastro imobiliário fiscal do Município, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para os Impostos Predial e Territorial Urbano.

Art. 137 – À notificação do lançamento da Contribuição de Melhoria aplica-se o disposto pelo artigo 33 desta Lei.

Art. 138 – A Contribuição será arrecadada em parcelas anuais, observado o prazo de decadência para constituição do crédito tributário, na forma e condições regulamentares.

§ 1º – Nenhuma parcela anual poderá ser superior a 3% (três por cento) do valor venal do imóvel, apurado para efeito de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício da cobrança de cada uma dessas parcelas, desprezados os descontos eventualmente concedidos sobre esse valor em legislação específica.

§ 2º – Cada parcela anual será dividida em 12 (doze) prestações mensais consecutivas, observado o valor mínimo, por prestação, de.....% do valor da Unidade Fiscal de Referência – UFIR, vigente no mês de emissão da notificação do lançamento.

§ 3º – O Executivo poderá reduzir o número de prestações mensais, quando a aplicação do parágrafo anterior determinar prestação mensal de valor inferior ao mínimo nele estabelecido.

Art. 139 – A Contribuição de Melhoria, calculada na forma do artigo 133, será, para efeito de lançamento, convertida em número de Unidades Fiscais de Referência – UFIR, pelo valor vigente à data de ocorrência do seu fato gerador e, para fins de pagamento, reconvertida em moeda corrente, pelo valor da Unidade Fiscal de Referência – UFIR, vigente à data de vencimento de cada uma das prestações das parcelas anuais.



Parágrafo único – Para os fins de quitação antecipada da Contribuição, tomar-se-á o valor da Unidade Fiscal de Referência – UFIR, vigente à data de pagamento de cada uma das prestações das parcelas anuais.

Art. 140 – A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, nos prazos regulamentares, implicará na atualização monetária do débito e na cobrança de juros, na forma prevista por esta Lei e, ainda, na aplicação da multa moratória de....% (....por cento).

Art. 141 – Não será admitido o pagamento de qualquer prestação sem que estejam quitadas todas as anteriores.

§ 1º – Decorrido o prazo fixado para pagamento da última prestação de cada parcela anual, somente será admitido o pagamento integral da parcela, que será considerada vencida à data da 1ª (primeira) prestação não paga, a partir da qual serão devidos os acréscimos previstos no artigo anterior.

§ 2º – Para efeito de inscrição como Dívida Ativa do Município, cada parcela anual da contribuição será considerada débito autônomo.

Art. 142 – Das certidões referentes à situação fiscal de qualquer imóvel constarão sempre os débitos relativos à Contribuição de Melhoria.

Art. 143 – Ficam isentos da Contribuição de Melhoria:

## **Título V Das Taxas**

### **Capítulo I Da Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento**

Art. 144 – A Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento é devida pela atividade municipal de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança, ordem ou tranquilidade públicas, a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da localização, instalação e funcionamento de quaisquer atividades no Município.

Parágrafo único. Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, de prestação de serviços em geral e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Art. 145 – A incidência e o pagamento da Taxa independem:

- I – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;
- II – de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;
- III – de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;
- IV – da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;
- V – do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais;
- VI – do caráter permanente, eventual ou transitório da atividade;
- VII – do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

Art. 146 – Estabelecimento é o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades previstas no artigo 144, sendo irrelevantes para sua caracterização as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 1º – A existência do estabelecimento é indicada pela conjunção, parcial ou total, dos seguintes elementos:

- I – manutenção de pessoal, material, mercadoria, máquinas, instrumentos e equipamentos;
- II – estrutura organizacional ou administrativa;
- III – inscrição nos órgãos previdenciários;
- IV – indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;
- V – permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica da atividade exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato

de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás.

§ 2º – A circunstância de a atividade, por sua natureza, ser executada, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento, para os efeitos deste artigo.

§ 3º – São, também, considerados estabelecimentos os locais onde forem exercidas as atividades de diversões públicas de natureza itinerante.

§ 4º – Considera-se, ainda, estabelecimento a residência de pessoa física, aberta ao público em razão do exercício da atividade profissional.

§ 5º – Para efeito de incidência da Taxa, consideram-se estabelecimentos distintos:

I – os que, embora no mesmo local e com idêntico ramo de atividade, ou não, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II – os que, embora com idêntico ramo de atividade e sob a mesma responsabilidade, estejam situados em prédios distintos ou em locais diversos, ainda que no mesmo imóvel.

§ 6º – A mudança de endereço acarretará nova incidência da Taxa.

Art. 147 – O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da localização, instalação e funcionamento de atividades previstas no artigo 144.

Art. 148 – São solidariamente responsáveis pelo pagamento da Taxa:

I – o proprietário e o responsável pela locação do imóvel onde estejam instalados ou montados equipamentos ou utensílios usados na exploração de serviços de diversões públicas, e o locador desses equipamentos;

II – o promotor de feiras, exposições e congêneres, o proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel, com relação às barracas, *stands* ou assemelhados.

Art. 149 – A Taxa será calculada em função da natureza da atividade e de outros fatores pertinentes, de conformidade com a Tabela IV, e será

devida pelo período inteiro nela previsto, ainda que a localização, instalação e funcionamento ocorram apenas em parte do período considerado.

§ 1º – Não havendo na tabela especificação precisa da atividade, a Taxa será calculada pelo item que contiver maior identidade de características com a considerada.

§ 2º – Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma das atividades especificadas na tabela, será utilizada, para efeito de cálculo, aquela que conduzir ao maior valor.

Art. 150 – Sendo anual o período de incidência, o fato gerador da Taxa considera-se ocorrido:

I – na data de início da atividade, relativamente ao primeiro ano de exercício desta;

II – a 1º de janeiro de cada exercício, nos anos subseqüentes.

Art. 151 – A Taxa deverá ser recolhida na forma, condições e prazos regulamentares.

§ 1º – Tratando-se de incidência anual, o valor da Taxa poderá ser recolhido parceladamente, segundo o que dispuser o regulamento.

§ 2º – Para o recolhimento da Taxa, tomar-se-á o valor mensal da Unidade Fiscal de Referência – UFIR, vigente na data do respectivo vencimento.

§ 3º – Para a quitação antecipada da taxa adotar-se-á o valor da Unidade Fiscal de Referência – UFIR, vigente no mês de pagamento.

§ 4º – Na hipótese de recolhimento parcelado, nenhuma parcela poderá ser inferior a..... Unidades Fiscais de Referência – UFIR.

Art. 152 – O sujeito passivo deverá promover a sua inscrição cadastral, no prazo e na forma regulamentares, mencionando, além de outras informações que venham a ser exigidas pela Administração, os elementos necessários à sua perfeita identificação, bem assim da atividade exercida e do respectivo local.

§ 1º – O sujeito passivo deverá promover tantas inscrições quantos forem os estabelecimentos ou locais de atividades, sendo obrigatória a indicação das diversas atividades exercidas num mesmo local.

§ 2º – Os documentos relativos à inscrição cadastral e posteriores alterações, bem como os documentos de arrecadação, devem ser mantidos no estabelecimento, para apresentação ao Fisco, quando solicitados.

Art. 153 – A Administração poderá promover, de ofício, inscrições ou alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando não efetuadas pelo sujeito passivo ou, em tendo sido, apresentarem erro, omissão ou falsidade.

Art. 154 – Além da inscrição e respectivas alterações, a Administração poderá exigir do sujeito passivo a apresentação de quaisquer declarações de dados, na forma e prazos regulamentares.

Art. 155 – Sem prejuízo da atualização monetária e da cobrança de juros, segundo previsto nesta Lei, a falta de pagamento da Taxa no prazo regulamentar implicará na aplicação das seguintes multas:

I – recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado antes do início de ação fiscal: multa de...% (..... por cento) sobre o valor da Taxa devida e não paga, ou paga a menor;

II – recolhimento fora do prazo regulamentar, exigido através de ação fiscal ou efetuado após seu início: multa de....% (..... por cento) sobre o valor da Taxa devida e não paga, ou paga a menor.

Art. 156 – As infrações às normas relativas à Taxa sujeitam o infrator às seguintes penalidades:

I – infrações relativas à inscrição e às alterações cadastrais: multa de.....Unidades Fiscais de Referência – UFIR, aos que deixarem de efetuar, na forma e prazos regulamentares, a inscrição inicial, as alterações de dados cadastrais ou seu respectivo cancelamento, quando apuradas por meio de ação fiscal ou denunciadas após o seu início;

II – infrações relativas às declarações de dados: multa de.....Unidades Fiscais de Referência – UFIR, aos que deixarem de apresentar quaisquer declarações a que obrigados, ou o fizerem com dados

inexatos ou omissão de elementos indispensáveis à apuração da Taxa devida, na forma e prazos regulamentares;

III – infrações relativas à ação fiscal:

a) multa de.....Unidades Fiscais de Referência – UFIR, aos que recusarem a exibição da inscrição, da declaração de dados ou de quaisquer outros documentos fiscais, embaraçarem a ação fiscal ou sonegarem documentos para a apuração da taxa;

b) multa de..... Unidades Fiscais de Referência – UFIR, aos que não mantiverem no estabelecimento os documentos relativos à inscrição no cadastro e posteriores alterações, bem como os documentos de arrecadação;

IV – infrações para as quais não haja penalidade específica prevista nesta Lei: multa de..... Unidades Fiscais de Referência – UFIR.

Art. 157 – Na aplicação de multas por descumprimento de obrigações acessórias relativas à Taxa, que tenham por base a Unidade Fiscal de Referência – UFIR, deverá ser adotado o valor vigente no mês da lavratura do auto de infração correspondente.

Art. 158 – O lançamento ou pagamento da Taxa não importa no reconhecimento da regularidade da atividade.

Art. 159 – Aplicam-se à Taxa, no que cabíveis, as disposições desta Lei relativas o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 160 – Ficam isentos da Taxa:

## **Capítulo II**

### **Da Taxa de Fiscalização de Anúncios**

Art. 161 – A Taxa de Fiscalização de Anúncios é devida em razão da atividade municipal de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora da exploração ou utilização, por qualquer meio ou processo, de anúncios nas vias e nos logradouros públicos, ou em locais deles visíveis ou, ainda, em outros locais de acesso ao público.

Parágrafo único – Para efeito de incidência da Taxa, consideram-se anúncios quaisquer instrumentos ou formas de comunicação visual ou audiovisual de mensagens, inclusive aqueles que contiverem apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de

nomes, produtos, locais ou atividades de pessoas físicas ou jurídicas, mesmo aqueles afixados em veículos de transporte de qualquer natureza.

Art. 162 – Quaisquer alterações procedidas quanto ao tipo, características ou tamanho do anúncio, assim como a sua transferência para local diverso, acarretarão nova incidência da Taxa.

Art. 163 – A incidência e o pagamento da Taxa independem:

- I – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao anúncio;
- II – da licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;
- III – do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

Art. 164 – A Taxa não incide quanto:

- I – aos anúncios destinados à propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;
- II – aos anúncios no interior de estabelecimentos, divulgando artigos ou serviços neles negociados ou explorados;
- III – aos anúncios e emblemas de entidades públicas, cartórios, tabeliães, ordens e cultos religiosos, irmandades, asilos, orfanatos, entidades sindicais, ordens ou associações profissionais, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;
- IV – aos anúncios e emblemas de hospitais, sociedades cooperativas, beneficentes, culturais, esportivas e entidades declaradas de utilidade pública, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;
- V – aos anúncios colocados em estabelecimentos de instrução, quando a mensagem fizer referência, exclusivamente, ao ensino ministrado;
- VI – às placas ou letreiros que contiverem apenas a denominação do prédio;
- VII – aos anúncios que indiquem uso, lotação, capacidade ou quaisquer avisos técnicos elucidativos do emprego ou finalidade da coisa, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;

VIII – às placas ou letreiros destinados, exclusivamente, à orientação do público, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;

IX – aos anúncios que recomendem cautela ou indiquem perigo e sejam destinados, exclusivamente, à orientação do público, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;

X – às placas indicativas de oferta de emprego, afixadas no estabelecimento do empregador, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;

XI – às placas de profissionais liberais, autônomos ou assemelhados, quando colocadas nas respectivas residências e locais de trabalho e contiverem, tão somente, o nome e a profissão;

XII – aos anúncios de locação ou venda de imóveis em cartazes ou em impressos, quando colocados no respectivo imóvel, pelo proprietário, e sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;

XIII – ao painel ou tabuleta afixada por determinação legal, no local da obra de construção civil, durante o período de sua execução, desde que contenha, tão só, as indicações exigidas e as dimensões recomendadas pela legislação própria;

XIV – aos anúncios de afixação obrigatória decorrentes de disposição legal ou regulamentar, sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário.

Art. 165 – Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica que, na forma e nos locais mencionados no artigo 161:

I – fizer qualquer espécie de anúncio;

II – explorar ou utilizar a divulgação de anúncios de terceiros.

Art. 166 – São solidariamente obrigados pelo pagamento da Taxa:

I – aquele a quem o anúncio aproveitar quanto ao anunciante ou ao objeto anunciado;

II – o proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel ou móvel, inclusive veículos.

Art. 167 – A Taxa será calculada em função do tipo e da localização do anúncio, de conformidade com a Tabela V, e será devida pelo período



inteiro nela previsto, ainda que o anúncio seja explorado ou utilizado em parte do período considerado.

Parágrafo único – A Taxa será recolhida na forma e no prazo estabelecidos em regulamento.

Art. 168 – O sujeito passivo da Taxa deverá promover sua inscrição no cadastro próprio, nas condições e prazos regulamentares, independentemente de prévio licenciamento e cadastramento do anúncio.

Parágrafo único – A Administração poderá promover, de ofício, a inscrição referida neste artigo, assim como as respectivas alterações de dados, inclusive cancelamento, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 169 – Além da inscrição cadastral, poderá ser exigida do sujeito passivo a apresentação de quaisquer declarações de dados ou outros documentos, na forma e prazos regulamentares.

Art. 170 – Sem prejuízo da atualização monetária e da cobrança de juros, segundo previsto nesta Lei, a falta de pagamento da Taxa no prazo regulamentar implicará na aplicação das seguintes multas:

I – recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado antes do início de ação fiscal: multa de...% (..... por cento) sobre o valor da Taxa devida e não paga, ou paga a menor;

II – recolhimento fora do prazo regulamentar, exigido através de ação fiscal ou efetuado após seu início: multa de....% (..... por cento) sobre o valor da Taxa devida e não paga, ou paga a menor.

Art. 171 – As infrações às normas relativas à Taxa sujeitam o infrator às seguintes penalidades:

I – infrações relativas à inscrição e às alterações cadastrais: multa de..... Unidades Fiscais de Referência – UFIR, aos que deixarem de efetuar, na forma e prazos regulamentares, a inscrição inicial, as alterações de dados cadastrais ou seu respectivo cancelamento, quando apuradas por meio de ação fiscal ou denunciadas após o seu início;

II – infrações relativas às declarações de dados de natureza tributária: multa de..... Unidades Fiscais de Referência – UFIR, aos que deixarem de apresentar quaisquer declarações a que obrigados, ou

o fizerem com dados inexatos ou omissão de elementos indispensáveis à apuração da taxa devida, na forma e prazos regulamentares;

III – infrações relativas à ação fiscal: multa de..... Unidades Fiscais de Referência – UFIR, aos que recusarem a exibição do registro de anúncio, da inscrição, da declaração de dados ou de quaisquer outros documentos, embaraçarem a ação fiscal ou sonegarem documentos para apuração da Taxa;

IV – infrações para as quais não haja penalidade específica prevista nesta Lei: multa de..... (vinte e três UFIRs e oitenta e três mil e quarenta e oito centésimos de milésimos) UFIR.

Art. 172 – Na aplicação de multas por descumprimento de obrigações acessórias relativas à Taxa, que tenham por base a Unidade Fiscal de Referência – UFIR, deverá ser adotado o valor vigente no mês da lavratura do auto de infração correspondente.

Art. 173 – São isentos da Taxa:

Art. 174 – O lançamento ou o pagamento da Taxa não importa em reconhecimento da regularidade do anúncio.

Art. 175 – Aplicam-se à Taxa, no que cabíveis, as disposições desta Lei pertinentes ao Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza.

### **Capítulo III**

#### **Da Taxa de Limpeza Pública**

Art. 176 – Constitui fato gerador da Taxa de Limpeza Pública a utilização, efetiva ou potencial, dos seguintes serviços:

I – remoção de lixo;

II – destinação final do lixo recolhido, por meio de incineração, tratamento ou qualquer outro processo adequado.

Art. 177 – O sujeito passivo da taxa é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor de imóvel construído, situado em logradouro ou via em que haja remoção de lixo.

Art. 178 – A Taxa será devida a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que se der o início do efetivo funcionamento do serviço a que se refere o inciso I artigo 176.

Art. 179 – A Taxa calcula-se em função do uso e destinação do imóvel, na conformidade da Tabela VI.

Parágrafo único – No caso de imóveis de uso misto, o valor da Taxa corresponderá ao do item da Tabela concernente à principal destinação do imóvel.

Art. 180. A taxa poderá ser lançada e arrecadada em conjunto com o Imposto Predial ou Imposto Predial Urbano, ou separadamente, aplicando-se-lhe, em qualquer caso, as normas relativas aos citados impostos.

Art. 181 – São isentos da Taxa:

#### **Capítulo IV**

##### **Da Taxa de Combate a Sinistros**

Art. 182 – A Taxa de Combate a Sinistros é devida pela utilização, efetiva ou potencial, dos serviços municipais de assistência, combate e extinção de incêndios ou de outros sinistros em prédios, assim considerados os imóveis construídos, na forma definida pelo artigo 26 desta Lei.

Parágrafo único – A taxa não incide sobre a utilização dos serviços relativamente a prédios de uso exclusivamente residencial.

Art. 183 – Contribuinte da taxa é o proprietário do prédio, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Art. 184 – A Taxa calcula-se em função do uso e destinação do imóvel, na conformidade da Tabela VII.

Parágrafo único – No caso de imóveis de uso misto, o valor da Taxa corresponderá ao do item da Tabela concernente à principal destinação do imóvel.

Art. 185 – A Taxa poderá ser lançada e arrecadada em conjunto com o Imposto Predial, ou separadamente, aplicando-se-lhe, em qualquer caso, as normas relativas ao citado imposto.

Art. 186 – Ficam isentos da Taxa de Combate a Sinistros:

## **Capítulo V**

### **Da Taxa de Licença e Fiscalização de Obra, Arruamento e Loteamentos**

Art.187 – Fundada no poder de polícia do Município relativo ao cumprimento da legislação disciplinadora das construções, da ocupação e do parcelamento do solo em seu território, a Taxa de Licença e Fiscalização de Obras, Arruamentos e Loteamentos tem, como fato gerador, o licenciamento obrigatório e a fiscalização da execução de construções, reformas, consertos, demolições, instalação de equipamentos, e a abertura e ligação de novos logradouros ao sistema viário urbano (arruamentos e loteamentos).

Art. 188 – O contribuinte da taxa é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título do imóvel onde se realizem as obras, arruamentos e loteamentos referidos no artigo anterior.

Parágrafo único – Respondem, solidariamente com o contribuinte, pelo pagamento da taxa, a empresa e o profissional ou profissionais responsáveis pelo projeto e ou pela execução das obras, arruamentos e loteamentos.

Art. 189 – A taxa será calculada em função da natureza e do grau de complexidade dos atos e atividades cujo licenciamento e fiscalização sejam provocados pelo contribuinte, na forma da Tabela VIII.

Art. 190 – A taxa deverá ser recolhida na forma, condições e prazos regulamentares.

Art. 191 – Ficam isentos da Taxa de Licença e Fiscalização de Obras, Arruamentos e Loteamentos:

## **Título VI**

### **Disposições Finais**

Art. 192 – Não serão efetuados lançamentos complementares nem lavrados autos de infração, relativos aos tributos de que trata esta Lei, quando o total dos respectivos créditos, consideradas multas moratórias e demais acréscimos, importar em quantias inferiores a..... Unidades Fiscais

de Referência – UFIR, tomado, para base de cálculo, o valor da UFIR vigente na data da apuração da diferença ou da lavratura do auto.

Art. 193 – Nos termos de inscrição na dívida ativa serão indicados, obrigatoriamente:

- I – o nome do devedor e, sendo o caso, dos co-responsáveis;
- II – a quantia devida e a forma de cálculo dos juros de mora acrescidos;
- III – a descrição do fato que originou o lançamento ou o auto de infração e a indicação da disposição legal que lhes serviu de fundamento;
- IV – a data da inscrição, o livro e a folha onde efetuada e, se houver, o número do processo administrativo de que se originou o crédito.

Art. 194 – Ficam isentas dos tributos municipais....(incentivos fiscais):

**TABELA I**  
**Tipos e Padrões de Construção**

**Tipo 1**  
**RESIDENCIAL HORIZONTAL**

*Residências térreas e assobradadas, com ou sem subsolo*

————— **Padrão "A"** —————  
**Área Bruta, Normalmente, até 80 m<sup>2</sup> – Um Pavimento**

- Arquitetura modesta; vãos e aberturas pequenos; esquadrias pequenas e simples de ferro ou madeira.
- Estrutura de alvenaria simples.
- Acabamento externo: sem revestimento ou com revestimento rústico; pintura a cal.
- Acabamento interno: paredes rebocadas; pisos de cimento ou de cacos cerâmicos; forro simples ou ausente; pintura a cal.
- Dependências: máximo de dois dormitórios.
- Instalações elétricas e hidráulicas: mínimas.

————— **Padrão "B"** —————  
**Área Bruta, Normalmente, até 120 m<sup>2</sup> – Um ou Dois Pavimentos**

- Arquitetura modesta; vãos e aberturas pequenos; esquadrias pequenas e simples de ferro ou madeira.
- Estrutura de alvenaria ou de concreto armado revestido.
- Acabamento externo: paredes rebocadas; pintura a cal ou látex.
- Acabamento interno: paredes rebocadas, geralmente azulejos até meia altura; pisos de cerâmica ou tacos; forro de laje; pintura a cal ou látex.
- Dependências: máximo de três dormitórios; banheiro interno com até três peças, eventualmente um WC externo; abrigo externo para tanque; eventualmente abrigo para carro ou despejo externo.
- Instalações elétricas e hidráulicas: simples e reduzidas.

**————— Padrão "C" —————**  
**Área Bruta, Normalmente, até 300 m<sup>2</sup> – Um ou Dois Pavimentos**

- Arquitetura simples; vãos médios (3 a 6 m); esquadrias comuns de ferro, madeira ou alumínio.
- Estrutura de alvenaria ou de concreto armado revestido.
- Acabamento externo: paredes rebocadas ou revestidas com pastilhas, litocerâmicas ou pedras brutas; pintura a látex.
- Acabamento interno: paredes rebocadas, massa corrida, azulejos simples; pisos cerâmicos, tacos ou carpete; forro de laje; armários embutidos; pintura a látex ou similar.
- Dependências: até dois banheiros internos, eventualmente um WC externo; área de serviço com quarto de empregada; abrigo para carro.
- Instalações elétricas e hidráulicas: compatíveis com o tamanho da edificação.

**————— Padrão "D" —————**  
**Área Bruta, Normalmente, acima de 300 m<sup>2</sup> – Um ou Mais Pavimentos**

- Arquitetura: preocupação com estilo e forma; vãos grandes; esquadrias de madeira, ferro, alumínio ou alumínio anodizado, de forma, acabamento ou dimensões especiais.
- Estrutura de alvenaria, concreto armado revestido ou aparente.
- Acabamento externo: revestimento condicionado geralmente pela arquitetura, com emprego comum de: massa fina, pedras, cerâmicas, revestimentos que dispensam pintura; pintura a látex, resinas ou similar.
- Acabamento interno: massa corrida, azulejos decorados, lambris de madeira; pisos cerâmicos, de pedras polidas, tábuas corridas, carpete; forro de laje ou madeira nobre; armários embutidos; pintura a látex ou similar.
- Dependências: três ou mais banheiros com louças e metais de boa qualidade; até quatro das seguintes dependências: escritório, sala de TV ou som, biblioteca, área de serviço, abrigo para dois ou mais carros, salão de festas, salão de jogos, jardim de inverno, lareira.
- Dependências acessórias: até três das seguintes: jardins amplos, piscina, vestiário, sauna, quadra esportiva.
- Instalações elétricas e hidráulicas: completas e compatíveis com o tamanho da edificação.

**Tipo 2**  
**RESIDENCIAL VERTICAL**  
*Prédios de apartamentos*

**———— Padrão "A" ————**  
**Área Bruta, Normalmente até 60 m<sup>2</sup> – Em Geral, até Quatro Pavimentos**

- Arquitetura modesta; vãos e aberturas pequenos; esquadrias pequenas e simples de ferro ou madeira
- Estrutura de alvenaria autoportante ou de concreto armado.
- Acabamento externo: sem revestimento ou com revestimento simples, pintura a cal ou especial substituindo o revestimento.
- Acabamento interno: revestimento rústico; piso cimentado ou de cacos cerâmicos; pintura a cal ou similar.
- Dependências: ausência de quarto para empregada; ausência de garagem.
- Instalações elétricas e hidráulicas: mínimas; aparentes.

**———— Padrão "B" ————**  
**Área Bruta, Normalmente, até 85 m<sup>2</sup> – Três ou Mais Pavimentos**

- Arquitetura modesta; vãos e aberturas pequenos; esquadrias pequenas e simples de ferro ou madeira
- Estrutura de alvenaria autoportante ou de concreto armado.
- Acabamento externo: paredes rebocadas; pintura a cal ou látex.
- Acabamento interno: paredes rebocadas, azulejos até meia altura; pisos de cerâmica ou tacos; pintura a cal ou látex.
- Dependências: até dois dormitórios; um banheiro e eventualmente WC, eventual existência de vagas de uso comum para estacionamento junto a pilotis.
- Elevadores: existência condicionada, em geral, pelo número de pavimentos.
- Instalações elétricas e hidráulicas: simples e reduzidas.

**———— Padrão "C" ————**  
**Área Bruta, Normalmente, até 200 m<sup>2</sup> – Três ou Mais Pavimentos:**

- Arquitetura simples; vãos e aberturas médios; esquadrias de ferro, madeira ou alumínio.
- Estrutura de concreto armado, revestido ou aparente.



- Acabamento externo: paredes rebocadas, revestidas com pastilhas; pintura a látex ou similar.
- Acabamento interno: paredes rebocadas, massa corrida, azulejos simples ou decorados; pisos cerâmicos, granilite ou similares, tacos, carpete; armários embutidos; pintura a látex ou similar.
- Dependências: até três dormitórios; até dois banheiros e eventualmente WC; geralmente com quarto de empregada; até uma vaga de garagem por apartamento.
- Dependências acessórias de uso comum: salão de festas, salão de jogos, jardins, *play-ground*.
- Instalações elétricas e hidráulicas: compatíveis com o tamanho da edificação.

**————— Padrão "D" —————**  
**Área Bruta, Normalmente, acima de 200 m<sup>2</sup> – Em Geral, Cinco ou Mais Pavimentos**

- Arquitetura: preocupação com estilo e forma; normalmente com sacada; eventualmente apartamentos duplex ou diferenciados de cobertura; esquadrias de ferro, madeira, alumínio ou alumínio anodizado.
- Estrutura de concreto armado, revestido ou aparente.
- Acabamento externo: paredes rebocadas, relevos ou revestimentos que dispensam pintura; pintura a látex, resinas ou similares.
- Acabamento interno: fino, com massa corrida, papel de parede, lambris de madeira, azulejos decorados; pisos cerâmicos ou de pedras polidas, tábuas corridas, carpete; armários embutidos; pintura a látex, resinas ou similar.
- Dependências: três ou mais dormitórios; três ou mais banheiros, com louças e metais de alta qualidade, incluindo normalmente suíte, eventualmente com "closet", lavabo; dependências para até dois empregados; até três vagas de garagem por apartamento; eventualmente com adega.
- Dependências acessórias de uso comum: até quatro das seguintes: salão de festas, salão de jogos, jardins, *play-ground*, piscina, sauna, quadra esportiva, sistema de segurança.
- Elevadores: social, eventualmente com *hall* privativo, e elevador de serviço de uso comum.

### **Tipo 3 COMERCIAL**

*Imóveis comerciais, industriais, de serviços ou mistos, com um ou mais pavimentos, com ou sem subsolo*

---

#### **Padrão "A"**

---

- Arquitetura: vãos e aberturas pequenos; caixilho simples de ferro ou madeira; vidros comuns.
- Estrutura de alvenaria simples.
- Acabamento externo: paredes rebocadas; pintura a cal ou látex.
- Acabamento interno: paredes rebocadas, barra lisa; piso cimentado ou cerâmico; forro simples ou ausente; pintura a cal ou látex.
- Instalações sanitárias: mínimas.

---

#### **Padrão "B"**

---

- Arquitetura: vãos médios (em torno de 8 m); caixilhos de ferro ou madeira, eventualmente de alumínio; vidros comuns.
- Estrutura de alvenaria ou de concreto armado, revestido.
- Acabamento externo: paredes rebocadas, pastilhas, litocerâmicas; pintura a látex ou similar.
- Acabamento interno: paredes rebocadas, revestidas com granilite, azulejos até meia altura; pisos cerâmicos, granilite, tacos, borracha; forro simples ou ausente; pintura a látex ou similar.
- Circulação: corredores de circulação, escadas e/ou rampas estreitos; eventualmente elevador para carga.
- Instalações sanitárias: banheiros privativos ou de uso comum, compatíveis com o uso da edificação.

---

#### **Padrão "C"**

---

- Arquitetura: preocupação com o estilo; grandes vãos; caixilhos de ferro, alumínio ou madeira; vidros temperados.
- Estrutura de concreto armado, revestido ou aparente.
- Acabamento externo: revestimento com pedras rústicas ou polidas, relevos, painéis metálicos, revestimentos que dispensam pintura; pintura a látex, resinas ou similar.

- Acabamento interno: preocupação com a arquitetura interna; massa corrida, azulejos decorados, laminados plásticos; pisos cerâmicos, laminados, granilite, carpete; forros especiais; pintura a látex, resinas ou similar.
- Circulação: corredores de circulação, escada e/ou rampas largos; eventualmente com escadas rolantes e/ou elevadores.
- Instalações sanitárias: banheiros privativos ou de uso comum; louças e metais de boa qualidade.
- Dependências acessórias: existência de garagens ou vagas para estacionamento; eventual existência de plataformas para carga ou descarga.
- Instalações especiais: instalações para equipamentos de ar condicionado central, de comunicação interna e de segurança contra roubo; câmaras frigoríficas.

#### **Tipo 4** **BARRACÕES, GALPÕES, TELHEIROS, POSTOS DE SERVIÇO,** **ARMAZÉNS, DEPÓSITOS**

##### ————— **Padrão "A"** —————

- Um pavimento
- Pé direito até 4 m
- Vãos até 5 m
- Arquitetura: sem preocupação arquitetônica; fechamento lateral de até 50% em alvenaria de tijolos ou blocos; normalmente sem esquadrias; cobertura com telhas de barro ou de fibrocimento de qualidade inferior.
- Estrutura de madeira, eventualmente com pilares de alvenaria ou concreto; cobertura apoiada sobre estrutura simples de madeira.
- Revestimentos: acabamento rústico; normalmente com ausência de revestimentos; piso em terra batida ou simples cimentado; sem forro.
- Instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas: mínimas.

##### ————— **Padrão "B"** —————

- Um pavimento
- Pé direito até 6 m
- Vãos até 10 m
- Arquitetura: sem preocupação arquitetônica; fechamento lateral em alvenaria de tijolos ou bloco; esquadrias de madeira ou ferro, simples e reduzidas; cobertura com telhas de barro ou de fibrocimento.

- Estrutura de pequeno porte, de alvenaria, eventualmente com pilares e vigas de concreto armado ou aço; cobertura apoiada sobre estrutura de madeira (tesouras).
- Revestimentos: paredes rebocadas; pisos de concreto simples ou cimentados; sem forro; pintura a cal.
- Instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas: de qualidade inferior, simples e reduzidas.
- Outras dependências: eventualmente com escritório de pequenas dimensões.

### ————— Padrão "C" —————

- Dois ou mais pavimentos
- Pé direito até 6 m
- Vãos até 10 m
- Arquitetura: projeto simples; fechamento lateral em alvenaria de tijolos, blocos ou fibrocimento; esquadrias de madeira ou ferro; normalmente com cobertura de telhas de fibrocimento ou de barro.
- Estrutura visível (elementos estruturais identificáveis), normalmente de porte médio, de concreto armado ou metálica; estrutura de cobertura constituída por treliças simples de madeira ou metálicas.
- Revestimentos: paredes rebocadas; pisos simples ou modulados de concreto, cimentados ou cerâmicos; presença parcial de forro; pintura a cal ou látex.
- Instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas de qualidade média, adequadas às necessidades mínimas; sanitários com poucas peças.
- Outras dependências: pequenas divisões para escritórios; eventualmente com refeitório e vestiário.
- Instalações gerais: uma das seguintes: casa de força, instalações hidráulicas para combate a incêndio, elevador para carga.
- Instalações especiais (somente para indústrias): até duas das seguintes: reservatório enterrado ou semi-enterrado, reservatório elevado, estrutura para ponte rolante, fundações especiais para máquinas, tubulações para vapor, ar comprimido, gás; instalações frigoríficas.

**TABELA II**  
**Valores Unitários de Metro Quadrado de Construção**  
**Correspondentes aos Tipos e Padrões da Tabela I**

| <b>Tipo</b> | <b>Padrão</b> | <b>Valor Unitário de m<sup>2</sup><br/>de Construção – R\$</b> |
|-------------|---------------|--|
| 1           | A             |  |
| 1           | B             |  |
| 1           | C             |  |
| 1           | D             |  |
| 2           | A             |  |
| 2           | B             |  |
| 2           | C             |  |
| 2           | D             |  |
| 3           | A             |  |
| 3           | B             |  |
| 3           | C             |  |
| 4           | A             |  |
| 4           | B             |  |
| 4           | C             |  |

**TABELA III**  
**Alíquotas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza**

| <b>Descrição dos Serviços</b>  | <b>Alíquotas s/o Preço dos Serviços %</b> | <b>Alíquotas Fixas Importâncias em UFIR por Ano</b> |
|--|---|---|
| 1 – médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres;  |   |   |
| 2 – hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análises, ambulatórios, prontos-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso, e de recuperação e congêneres;  |   |   |
| 3 – bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres;  |   |   |
| 4 – enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária);   |   |   |
| 5 – assistência médica e congêneres previstas nos itens 1, 2 e 3 desta Lista, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados;   |   |   |
| 6 – planos de saúde, prestados por empresa que não esteja incluída no item 5 desta Lista e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano; |   |   |
| 7 – médicos veterinários;  |   |   |
| 8 – hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres;  |   |   |
| 9 – guarda, tratamento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais;   |   |   |
| 10 – barbeiros, cabeleireiros, manicuros, pedicuros, tratamento de pele, depilação e congêneres;   |   |   |
| 11 – banhos, duchas, sauna, massagens, ginásticas e congêneres;  |   |   |
| 12 – varrição, coleta, remoção e incineração de lixo;  |   |   |

(Continua)

| <b>Descrição dos Serviços</b>  | <b>Alíquotas s/o Preço dos Serviços %</b> | <b>Alíquotas Fixas Importâncias em UFIR por Ano</b> |
|--|---|---|
| 13 – limpeza e dragagem de portos, rios e canais;  |   |   |
| 14 – limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins;   |   |   |
| 15 – desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres;   |   |   |
| 16 – controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza, e de agentes físicos e biológicos;   |   |   |
| 17 – incineração de resíduos quaisquer;  |   |   |
| 18 – limpeza de chaminés;  |   |   |
| 19 – saneamento ambiental e congêneres;  |   |   |
| 20 – assistência técnica;  |   |   |
| 21 – assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta Lista, organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa; |   |   |
| 22 – planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa;  |   |   |
| 23 – análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza;   |   |   |
| 24 – contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congêneres;  |   |   |
| 25 – perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas;  |   |   |
| 26 – traduções e interpretações;   |   |   |
| 27 – avaliação de bens;  |   |   |
| 28 – datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres;   |   |   |
| 29 – projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza;  |   |   |
| 30 – aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia;   |   |   |

(Continua)

| <b>Descrição dos Serviços</b>  | <b>Alíquotas s/o Preço dos Serviços %</b> | <b>Alíquotas Fixas Importâncias em UFIR por Ano</b> |
|--|---|---|
| 31 – execução por administração, empreitada, ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS); |   |   |
| 32 – demolição;  |   |   |
| 33 – reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);   |   |   |
| 34 – pesquisa, perfuração, cimentação, perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo e gás natural;   |   |   |
| 35 – florestamento e reflorestamento;  |   |   |
| 36 – escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres;  |   |   |
| 37 – paisagismo, jardinagem e decoração (exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao ICMS);  |   |   |
| 38 – raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes e divisórias;   |   |   |
| 39 – ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos, de qualquer grau ou natureza;   |   |   |
| 40 – planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres;   |   |   |
| 41 – organização de festas e recepções: <i>buffet</i> (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas que fica sujeito ao ICMS);   |   |   |
| 42 – administração de bens e negócios de terceiros e de consórcios;  |   |   |

(Continua)



| <b>Descrição dos Serviços</b>   | <b>Alíquotas s/o Preço dos Serviços %</b> | <b>Alíquotas Fixas Importâncias em UFIR por Ano</b> |
|---|---|---|
| 43 – administração de fundos mútuos (exceto a realizada por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);   |   |   |
| 44 – agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada;  |   |   |
| 45 – agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);  |   |   |
| 46 – agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos da propriedade industrial, artística ou literária;   |   |   |
| 47 – agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia ( <i>franchise</i> ) e de faturação ( <i>factoring</i> ) (excetuam-se os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);                       |   |   |
| 48 – agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, excursões, guias de turismo e congêneres;  |   |   |
| 49 – agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis e imóveis não abrangidos nos itens 44, 45, 46 e 47;   |   |   |
| 50 – despachantes;  |   |   |
| 51 – agentes da propriedade industrial;   |   |   |
| 52 – agentes da propriedade artística ou literária;   |   |   |
| 53 – leilão;  |   |   |
| 54 – regulação de sinistros cobertos por contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguro; |   |   |

(Continua)

| <b>Descrição dos Serviços</b>   | <b>Alíquotas s/o Preço dos Serviços %</b> | <b>Alíquotas Fixas Importâncias em UFIR por Ano</b> |
|---|---|---|
| 55 – armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie (exceto depósitos feitos em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central);   |   |   |
| 56 – guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres;  |   |   |
| 57 – vigilância ou segurança de pessoas e bens;   |   |   |
| 58 – transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do Município;  |   |   |
| 59 – diversões públicas:<br>a) cinemas, “táxi-dancings” e congêneres;<br>b) bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos;<br>c) exposições, com cobrança de ingressos;<br>d) bailes, shows, festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam também transmitidos, mediante compra de direitos para tanto, pela televisão ou pelo rádio;<br>e) jogos eletrônicos;<br>f) competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, inclusive a venda de direitos à transmissão pelo rádio ou pela televisão;<br>g) execução de música, individualmente ou por conjuntos; |   |   |
| 60 – distribuição e venda de bilhetes de loteria, de cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios;  |   |   |
| 61 – fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo, para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas ou de televisão);   |   |   |
| 62 – gravação e distribuição de filmes e videoteipes;   |   |   |

(Continua)

| <b>Descrição dos Serviços</b>  | <b>Alíquotas s/o Preço dos Serviços %</b> | <b>Alíquotas Fixas Importâncias em UFIR por Ano</b> |
|--|---|---|
| 63 – fonografia ou gravação de sons ou ruídos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora;  |   |   |
| 64 – fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem;  |   |   |
| 65 – produção, para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres;   |   |   |
| 66 – colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço;  |   |   |
| 67 – lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS);  |   |   |
| 68 – conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de quaisquer objetos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS);   |   |   |
| 69 – recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito ao ICMS);   |   |   |
| 70 – recauchutagem ou regeneração de pneus para o usuário final;   |   |   |
| 71 – recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização; |   |   |
| 72 – lustração de bens móveis quando o serviço for prestado para o usuário final do objeto lustrado;   |   |   |
| 73 – instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido;  |   |   |

(Continua)

| <b>Descrição dos Serviços</b>  | <b>Alíquotas s/o Preço dos Serviços %</b> | <b>Alíquotas Fixas Importâncias em UFIR por Ano</b> |
|--|---|---|
| 74 – montagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido;   |   |   |
| 75 – cópia ou reprodução, por quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos;   |   |   |
| 76 – composição gráfica, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e fotolitografia;  |   |   |
| 77 – colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres;  |   |   |
| 78 – locação de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil;   |   |   |
| 79 – funerais;   |   |   |
| 80 – alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto o de aviamento;   |   |   |
| 81 – tinturaria e lavanderia;  |   |   |
| 82 – taxidermia;   |   |   |
| 83 – recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador do serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados;                  |   |   |
| 84 – propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão, reprodução ou fabricação); |   |   |
| 85 – serviços portuários e aeroportuários; utilização de porto ou aeroporto; atracação; capatazia; armazenagem interna, externa e especial; suprimento de água, serviços e acessórios; movimentação de mercadorias fora do cais;     |   |   |
| 86 – advogados;  |   |   |

(Continua)

| <b>Descrição dos Serviços</b>   | <b>Alíquotas s/o Preço dos Serviços %</b> | <b>Alíquotas Fixas Importâncias em UFIR por Ano</b> |
|---|---|---|
| 87 – engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos;  |   |   |
| 88 – dentistas;   |   |   |
| 89 – economistas;   |   |   |
| 90 – psicólogos;  |   |   |
| 91 – assistentes sociais;   |   |   |
| 92 – relações públicas;   |   |   |
| 93 – cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimentos de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);   |   |   |
| 94 – instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central: fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques, sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de crédito, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres; fornecimento de 2ª via de avisos de lançamentos e de extrato de conta; emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento, a instituições financeiras, de gastos com portes do Correio, telegramas, telex e teleprocessamento necessários à prestação dos serviços); |   |   |
| 95 – transporte de natureza estritamente municipal;   |   |   |

(Continua)

| <b>Descrição dos Serviços</b>   | <b>Alíquotas s/o Preço dos Serviços %</b> | <b>Alíquotas Fixas Importâncias em UFIR por Ano</b> |
|---|---|---|
| 96 – hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza);  |   |   |
| 97 – distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza.   |   |   |
| 98 – exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais. |   |   |

**TABELA IV**  
**Valores da Taxa de Fiscalização de Localização**  
**Instalação e Funcionamento**

| <b>Descrição dos Serviços</b>  | <b>Período de Incidência</b> | <b>Valor da Taxa Em UFIR</b> |
|--|------------------------------|------------------------------|
| 1. Profissionais autônomos, inclusive liberais, estabelecimentos prestadores de serviços em geral, entidades de classe e clubes esportivos.  | Anual                        |                              |
| 2. Estabelecimentos comerciais e industriais.  | Anual                        |                              |
| 3. Pequenas oficinas e pequenos estabelecimentos comerciais ou industriais, localizados em garagens, quintais ou outras dependências de imóveis utilizados simultaneamente para outros fins, inclusive residenciais. | Anual                        |                              |
| 4. Depósitos e reservatórios de combustíveis, materiais inflamáveis e explosivos.  | Anual                        |                              |
| 5. Postos de venda ao consumidor final de combustíveis, materiais inflamáveis e explosivos.  | Anual                        |                              |
| 6. Restaurantes, bares e similares e estabelecimentos que explorem diversões públicas.   | Anual                        |                              |
| 7. Atividades provisórias, assim entendidas as exercidas em até 90 dias.   | Anual                        |                              |

**TABELA V**  
**Valores da Taxa de Fiscalização de Anúncios**

| <b>Atividades</b>  | <b>Período de Incidência</b> | <b>Valor da Taxa em UFIR</b> |
|--|------------------------------|------------------------------|
| 1. Anúncios próprios ou de terceiros, colocados na fachada ou no interior de estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços. | Anual                        |                              |
| 2. Anúncios colocados em outros locais visíveis das vias e logradouros públicos.   | Anual                        |                              |
| 3. Anúncios em painéis, inclusive luminosos ou iluminados.   | Trimestral                   |                              |
| 4. Anúncios em veículos.   | Semestral                    |                              |
| 5. Anúncios provisórios, inclusive por meio de folhetos e faixas.  | Mensal                       |                              |



**TABELA VI**  
**Valores da Taxa de Limpeza Pública**

| <b>Atividades</b>   | <b>Período de Incidência</b> | <b>Valor da Taxa em UFIR</b> |
|---|------------------------------|------------------------------|
| 1. Imóveis com destinação exclusivamente residencial-residencial horizontal.  | Anual                        |                              |
| 2. Apartamentos exclusivamente residenciais, por apartamento.   | Anual                        |                              |
| 3. Escritórios profissionais, estabelecimentos prestadores de serviços em geral, sedes de associações e instituições, templos e clubes recreativos. | Anual                        |                              |
| 4. Comércio de alimentos e bebidas, inclusive bares, restaurantes e similares.  | Anual                        |                              |
| 5. Indústrias químicas.   | Anual                        |                              |
| 6. Outros estabelecimentos comerciais e industriais.  | Anual                        |                              |
| 7. Hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análises, ambulatórios, prontos-socorros, casas de saúde e congêneres.                          | Anual                        |                              |
| 8. Depósitos, armazéns, reservatórios e postos de venda de combustíveis, materiais inflamáveis e explosivos.  | Anual                        |                              |

**TABELA VII**  
**Valores da Taxa de Combate a Sinistros**

| <b>Atividades</b>  | <b>Período de Incidência</b> | <b>Valor da Taxa em UFIR</b> |
|--|------------------------------|------------------------------|
| 1. Escritórios profissionais, estabelecimentos prestadores de serviços em geral, sedes de associações e instituições e clubes recreativos. | Anual                        |                              |
| 2. Comércio de alimentos e bebidas, inclusive bares, restaurantes e similares.   | Anual                        |                              |
| 3. Indústrias químicas.  | Anual                        |                              |
| 4. Outros estabelecimentos comerciais e industriais.   | Anual                        |                              |
| 5. Depósitos, armazéns, reservatórios e postos de venda de combustíveis, materiais inflamáveis e explosivos.                               | Anual                        |                              |
| 6. Outros imóveis, cuja destinação não se enquadre na descrição dos demais itens da tabela.  | Anual                        |                              |

**TABELA VIII**  
**Valores da Taxa de Licença e Fiscalização de Obras, Arruamentos e Loteamentos**

| Atividades  | Período de incidência | Valor da Taxa em UFIR |
|---|-----------------------|-----------------------|
| 1. Licenciamento e fiscalização de construções novas e reformas com aumento da área existente:                                  |                       |                       |
| 1.1. Imóveis de uso exclusivamente residencial, horizontal ou vertical:   |                       |                       |
| 1.1.1. Com área (a ser construída ou acrescida) de até 120m <sup>2</sup> e um só pavimento:                                     |                       |                       |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença   |                       |                       |
| b – vistorias   |                       |                       |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)  |                       |                       |
| 1.1.2. Com área (a ser construída ou acrescida) de até 120 m <sup>2</sup> e dois ou mais pavimentos:                            |                       |                       |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença   |                       |                       |
| b – vistorias   |                       |                       |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)  |                       |                       |
| 1.1.3. Com área (a ser construída ou acrescida) superior a 120 m <sup>2</sup> e até 200 m <sup>2</sup> e um ou mais pavimentos: |                       |                       |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença   |                       |                       |
| b – vistorias   |                       |                       |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)  |                       |                       |
| 1.1.4. Com área (a ser construída ou acrescida) superior a 200 m <sup>2</sup> e um ou mais pavimentos:                          |                       |                       |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença   |                       |                       |
| b – vistorias   |                       |                       |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)  |                       |                       |
| 1.1.5. Prédios de apartamentos até quatro pavimentos:   |                       |                       |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença   |                       |                       |
| b – vistorias   |                       |                       |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)  |                       |                       |

(Continua)

| <b>Atividades</b>  | <b>Período de incidência</b> | <b>Valor da Taxa em UFIR</b> |
|--|------------------------------|------------------------------|
| 1.1.6. Prédios de apartamentos de cinco ou mais pavimentos:  |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença  |                              |                              |
| b – vistorias  |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)   |                              |                              |
| 1.2. Imóveis destinados a escritórios profissionais, de prestação de serviços em geral, sedes de associações e instituições, templos e clubes recreativos: |                              |                              |
| 1.2.1. Com área (a ser construída ou acrescida) de até 120m <sup>2</sup> e um só pavimento:  |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença  |                              |                              |
| b – vistorias  |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)   |                              |                              |
| 1.2.2. Com área (a ser construída ou acrescida) de até 120 m <sup>2</sup> e dois ou mais pavimentos:   |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença  |                              |                              |
| b – vistorias  |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)   |                              |                              |
| 1.2.3. Com área (a ser construída ou acrescida) superior a 120 m <sup>2</sup> e até 200 m <sup>2</sup> e um ou mais pavimentos:                            |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença  |                              |                              |
| b – vistorias  |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)   |                              |                              |
| 1.2.4. Com área (a ser construída ou acrescida) superior a 200 m <sup>2</sup> e um ou mais pavimentos:   |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença  |                              |                              |
| b – vistorias  |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)   |                              |                              |
| 1.2.5. Prédios de até quatro pavimentos:   |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença  |                              |                              |
| b – vistorias  |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)   |                              |                              |

(Continua)

| <b>Atividades</b>   | <b>Período de incidência</b> | <b>Valor da Taxa em UFIR</b> |
|---|------------------------------|------------------------------|
| 1.2.6. Prédios de cinco ou mais pavimentos:   |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença   |                              |                              |
| b – vistorias   |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)  |                              |                              |
| 1.3. Imóveis de uso comercial e industrial:   |                              |                              |
| 1.3.1. Com área (a ser construída ou acrescida) de até 120m <sup>2</sup> e um só pavimento:                                     |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença   |                              |                              |
| b – vistorias   |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)  |                              |                              |
| 1.3.2. Com área (a ser construída ou acrescida) de até 120 m <sup>2</sup> e dois ou mais pavimentos:                            |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença   |                              |                              |
| b – vistorias   |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)  |                              |                              |
| 1.3.3. Com área (a ser construída ou acrescida) superior a 120 m <sup>2</sup> e até 200 m <sup>2</sup> e um ou mais pavimentos: |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença   |                              |                              |
| b – vistorias   |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se).   |                              |                              |
| 1.3.4. Com área (a ser construída ou acrescida) superior a 200 m <sup>2</sup> e um ou mais pavimentos:                          |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença   |                              |                              |
| b – vistorias   |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)  |                              |                              |
| 1.3.5. Prédios de até quatro pavimentos:  |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença   |                              |                              |
| b – vistorias   |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)  |                              |                              |
| 1.3.6. Prédios de cinco ou mais pavimentos:   |                              |                              |

(Continua)

| <b>Atividades</b>   | <b>Período de incidência</b> | <b>Valor da Taxa em UFIR</b> |
|---|------------------------------|------------------------------|
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença   |                              |                              |
| b – vistorias   |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)  |                              |                              |
| 1.4. No caso de uso misto, a taxa será calculada pelo item da tabela ao qual corresponda o uso predominante do imóvel, assim entendido aquele para o qual destinada a maior parte de sua área. No caso da impossibilidade de aplicação deste critério, a taxa será calculada pelo item que corresponder ao seu maior valor.<br>1.5. Depósitos, reservatórios e postos de venda de combustíveis, materiais inflamáveis e explosivos:<br>1.5.1. Com área (a ser construída ou acrescida) de até 120m <sup>2</sup> : |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença   |                              |                              |
| b – vistorias   |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)  |                              |                              |
| 1.5.2. Com área (a ser construída ou acrescida) superior a 120 m <sup>2</sup> :   |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença   |                              |                              |
| b – vistorias   |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)  |                              |                              |
| 1.6. Barracões, galpões, telheiros, armazéns, depósitos:  |                              |                              |
| 1.6.1. Com área (a ser construída ou acrescida) até 120 m <sup>2</sup> :  |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença   |                              |                              |
| b – vistorias   |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)  |                              |                              |
| 1.6.2. Com área (a ser construída ou acrescida) superior a 120m <sup>2</sup> :  |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença   |                              |                              |
| b – vistorias   |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)  |                              |                              |

(Continua)

| <b>Atividades</b>  | <b>Período de incidência</b> | <b>Valor da Taxa em UFIR</b> |
|--|------------------------------|------------------------------|
| 1.7. Construções funerárias, pela expedição dos alvarás de licença e aprovação   |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença  |                              |                              |
| b – vistorias  |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)   |                              |                              |
| 2. Reformas sem aumento de área:   |                              |                              |
| 2.1. Imóveis de uso exclusivamente residencial, inclusive prédios de apartamentos:   |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença  |                              |                              |
| b – vistorias  |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)   |                              |                              |
| 2.2. Imóveis de uso misto ou comercial, industrial, de prestação de serviços em geral, inclusive escritórios profissionais, sedes de associações e instituições, templos e clubes recreativos: |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença  |                              |                              |
| b – vistorias  |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)   |                              |                              |
| 2.3. Depósitos, reservatórios e postos de venda de combustíveis, materiais inflamáveis e explosivos:   |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença  |                              |                              |
| b – vistorias  |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)   |                              |                              |
| 2.4. Barracões, galpões, telheiros, armazéns, depósitos:   |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença  |                              |                              |
| b – vistorias  |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)   |                              |                              |
| 3. Construção de muros, tapumes, andaimes, movimentos de terra e alinhamentos:   |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença  |                              |                              |
| b – vistorias  |                              |                              |

(Continua)

| <b>Atividades</b>   | <b>Período de incidência</b> | <b>Valor da Taxa em UFIR</b> |
|---|------------------------------|------------------------------|
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)                                  |                              |                              |
| 4. Demolições:  |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença |                              |                              |
| b – vistorias   |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)                                  |                              |                              |
| 5. Instalação de elevadores, monta-cargas e escadas rolantes:                     |                              |                              |
| a – exame e aprovação do projeto e expedição do alvará de licença para instalação |                              |                              |
| b – expedição do alvará de licença para entrega ao uso particular ou público      |                              |                              |
| 6. Arruamentos e Loteamentos:   |                              |                              |
| 6.1. Terrenos com áreas até 5.000 m <sup>2</sup> :                                |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença |                              |                              |
| b – vistorias   |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação  |                              |                              |
| 6.2. Terrenos com áreas superiores a 5.000 m <sup>2</sup> :                       |                              |                              |
| a – exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença |                              |                              |
| b – vistorias   |                              |                              |
| c – expedição do alvará de aprovação  |                              |                              |



**ANEXO ÚNICO**  
**Planta de Valores**

**Nota:** Poderá ser publicada uma listagem de faces de quadra com respectivos valores ou mapas com os valores assinalados em cada face de quadra.

## PARTE 3

### Tributos Municipais – Jurisprudência Seleccionada

#### 1. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU)

##### 1.1. Alteração do Valor Venal de Imóvel

- A partir de 1979, em virtude de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, concernente ao Recurso Extraordinário 87.763, em que foi relator o Ministro Moreira Alves, firmou-se a jurisprudência no sentido da **inconstitucionalidade da atualização, mediante decreto, dos valores venais de imóveis**, para os fins de tributação pelo IPTU. A decisão, proferida aos 23 de novembro de 1979, fundava-se no artigo 97 do Código Tributário Nacional, cujo inciso II remete, para o Poder Legislativo, a competência para majorar tributos e cujo § 2º excepciona a mera correção da base de cálculo dos tributos, permitindo que seja realizada pelo Poder Executivo.
- Portanto, ao **Poder Executivo Municipal**, de acordo com a jurisprudência, hoje consolidada, **é permitido apenas atualizar monetariamente a base de cálculo do IPTU (valor venal dos imóveis)**, jamais atualizá-la segundo os preços do mercado, providência a ser adotada por lei, isto é, por ato do Poder Legislativo.
- Vale acrescentar que, recentemente, os tribunais vêm também **negando a validade da delegação, pelo Legislativo ao Executivo, da competência para promover a reavaliação da base de cálculo do IPTU**.

### ***JURISPRUDÊNCIA***

Decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 87.763:

“Imposto Predial. Alteração do valor venal do imóvel mediante decreto. O § 2º do artigo 97 do Código Tributário Nacional diz respeito, somente, à correção monetária do valor venal do imóvel (base de cálculo do Imposto Predial), não alcançando a reavaliação da mesma (reavaliação econômica) desse valor venal.”

Seguiram-se, a essa, inúmeras decisões de idêntico teor, sendo que o Superior Tribunal de Justiça expediu a súmula 160, fulminando, de vez, a possibilidade da alteração, por decreto, da base de cálculo do IPTU:

STJ/Súmula 160: “É defeso, ao Município, atualizar o IPTU mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária”.

Decisão do 1º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo na Apelação 664.045-5:

“IPTU-Base de cálculo – Majoração por lei municipal – Ausência de publicação da tabela modificadora da Planta Genérica de Valores – Inadmissibilidade da delegação deste poder ao Executivo – É incompleta a lei municipal que autoriza a majoração do IPTU sem a respectiva publicação das tabelas modificadoras da Planta Genérica de Valores para alteração da base de cálculo do tributo, delegando este poder ao Executivo”.

## **1.2. Progressividade das Alíquotas**

- A Constituição Federal de 1988 previu, no § 1º do artigo 145, a graduação dos impostos segundo a capacidade econômica do contribuinte. Com base em similar dispositivo, alguns doutrinadores pretenderam justificar a progressividade das alíquotas do IPTU em razão do valor dos imóveis, teoria que alguns municípios levaram à prática, implantando-a em suas legislações. De outra parte, no § 1º do artigo 156, a Constituição

autorizou a progressividade do IPTU, para os fins de assegurar o cumprimento da função social da propriedade. Buscando fundamento nesta disposição, alguns municípios editaram leis instituindo, para o IPTU, alíquotas progressivas no tempo, visando a penalizar os contribuintes omissos quanto à adequada utilização de suas propriedades, mormente os proprietários de grandes áreas nos perímetros urbanos, não loteadas nem construídas.

- Os nossos tribunais, inclusive o próprio Supremo Tribunal Federal, opuseram-se veementemente a tal interpretação da Lei Maior, declarando, em inúmeros arestos, a inconstitucionalidade das leis municipais que nelas se moldaram. Os dois acórdãos, abaixo transcritos, demonstram a posição do STF relativamente à progressividade das alíquotas do IPTU, seja em função do valor do imóvel, seja em razão de sua utilização desconforme com os interesses sociais.

#### ***JURISPRUDÊNCIA***

Decisão do STF no Recurso Extraordinário 204.827:

"MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. LEI Nº 10.921/90, QUE DEU NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 7º, 87 E INCS. I E II, E 94 DA LEI Nº 6.989/66, DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA. TAXAS DE LIMPEZA PÚBLICA E DE CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS.

**Inconstitucionalidade dos dispositivos sob enfoque. O primeiro, por instituir alíquotas progressivas alusivas ao IPTU, em razão do valor do imóvel, com ofensa ao art. 182, § 4º, II, da Constituição Federal, que limita a faculdade contida no art. 156, § 1º à observância do disposto em lei federal e à utilização do fator tempo para a graduação do tributo.** Os demais, por haverem violado a norma do art. 145, § 2º, ao tomarem para base de cálculo das taxas de limpeza e conservação de ruas elemento que o STF tem por fator componente da base de cálculo do IPTU, qual seja, a área de imóvel e a extensão deste no seu limite com o logradouro público. Taxas que, de qualquer modo, no entendimento deste Relator, têm por fato gerador prestação de serviço inespecífico, não mensurável, indivisível e insuscetível de ser referido a determinado contribuinte, não tendo de ser custeado senão por meio do produto da arrecadação dos impostos gerais. Não

(Continua)

conhecimento do recurso da Municipalidade. Conhecimento e provimento do recurso da contribuinte.”

Decisão do STF no Recurso Extraordinário 153.771:

“IPTU – PROGRESSIVIDADE – NO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL É O IPTU INEQUIVOCADAMENTE UM IMPOSTO REAL.

Sob o império da atual Constituição, não é admitida a progressividade fiscal do IPTU, quer com base exclusivamente no seu artigo 145, § 1º, porque esse imposto tem caráter real que é incompatível com a progressividade decorrente da capacidade econômica do contribuinte, quer com arrimo na conjugação desse dispositivo constitucional (genérico) com o artigo 156, § 1º (específico). A interpretação sistemática da Constituição conduz inequivocamente à conclusão de que o IPTU com finalidade extrafiscal a que alude o inciso II do § 4º do artigo 182 é a explicitação especificada, inclusive com limitação temporal, do IPTU com finalidade extrafiscal aludido no artigo 156, I, § 1º. Portanto, é inconstitucional qualquer progressividade, em se tratando de IPTU, que não atenda exclusivamente ao disposto no artigo 156, § 1º, aplicado com as limitações expressamente constantes dos §§ 2º e 4º do artigo 182, ambos da Constituição Federal. Recurso extraordinário conhecido e provido, declarando-se inconstitucional o subitem 2.2.3 do setor II da Tabela III da Lei nº 5.641, de 22.12.1989, no Município de Belo Horizonte.”

No mesmo sentido, vide as decisões nos RE 97.807, RE-100.729, RTJ-108/903, RE-101.477, RTJ-112/1303, RE-110.327, RTJ 121/1204, RE-116.119, RTJ-155/889, RE-190.126, RE-185.050, RCL-383, RTJ-147/404.

## **2. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISS)**

### **2.1. A Taxatividade da Lista de Serviços**

- Apesar da insurreição de grande parte da doutrina e, até, em decisões isoladas, de alguns juízes e tribunais estaduais, o Supremo acabou por assentar, em moldes definitivos, o caráter taxativo e não exemplificativo

da lista de serviços que, expressa em sucessivas normas complementares da Constituição Federal, define os serviços que se constituem em fato gerador do ISS. Destarte, considerada a legislação atualmente em vigor, só são tributáveis pelo ISS os serviços contemplados pela lista constante da Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987.

#### ***JURISPRUDÊNCIA***

Decisão do STF no RE 106.074-3:

"Tributário. Imposto Sobre Serviços. A lista que acompanha o Decreto-lei nº 406/68, com a redação do Decreto-lei nº 834/69, define os serviços tributáveis, em caráter taxativo, não se compadecendo à simples indicação facultativa. Serviços não definidos na lista não podem ser tributados. Recurso conhecido e provido."

## **2.2. A Vedação da Tributação da Propaganda em Jornais e Periódicos**

Por força da imunidade outorgada pelas nossas sucessivas constituições aos jornais e periódicos (revistas e similares), o Supremo Tribunal Federal rejeita, em definitivo, a tributação, por via do ISS, dos anúncios e propagandas veiculadas em tais publicações.

#### ***JURISPRUDÊNCIA***

Decisão do STF no Recurso Extraordinário 87.049-1:

"Jornais e Periódicos. ISS – Imunidade Tributária (Exegese do art. 19, III, "d", da Emenda Constitucional nº 1/69).

A imunidade estabelecida na Constituição é ampla, abrangendo os serviços prestados pela empresa jornalística na transmissão de anúncios e de propaganda. Recurso extraordinário não conhecido."

No mesmo sentido, as decisões relativas aos Recursos Extraordinários 91.662-8 e 111.228-0.

### 2.3. A Tributação das Sociedades de Profissionais

- Historicamente, ou seja, a partir mesmo do Decreto-Lei 406, de 31 de dezembro de 1968, passando pelo Decreto-Lei 834, de 08 de setembro de 1969 e chegando às normas em vigor, da Lei Complementar 56, de 15 de dezembro de 1987, as chamadas **sociedades uniprofissionais não são tributadas com base na receita**, mas por via de alíquotas fixas, ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores.
- A **definição de tais sociedades**, que nenhum dos estatutos acima citados contém, ficou a cargo da jurisprudência. Hoje, em face de numerosas decisões do Supremo Tribunal Federal, restou assentado que, para gozar do privilégio da tributação diferenciada, vale dizer, independentemente da receita auferida, uma sociedade, além de **prestar os serviços descritos** nos itens da lista de serviços indicados no artigo 2º da Lei Complementar 56/87, deverá revestir-se, ainda, das seguintes características:
  - todos os que prestam serviços em nome da sociedade, sócios, empregados ou não, devem estar, para isso, **profissionalmente habilitados**; exemplificando, numa sociedade cujo objeto consista na prestação de serviços médicos, todos os que prestam serviços em seu nome devem ser médicos, ou ela não poderá se beneficiar da tributação por alíquotas fixas;
  - a sociedade **não poderá ter caráter empresarial**, ou seja, não poderá ter o porte e a organização de uma empresa.

### ***JURISPRUDÊNCIA***

Decisões do STF nos RE 82.091-4, 80.985, 90.410-7 e 99.266-9:

"Imposto Sobre Serviços. Sociedade em que nem todos os prestadores de serviço, sócios, empregados ou não, possuem habilitação profissional para a prestação do serviço. Exegese do § 3º do art. 9º do Decreto-lei nº 406/68. Razoável, quando não a melhor, a interpretação de que, para fazer jus ao benefício previsto no mencionado § 3º, é mister que todos os prestadores de serviço em nome da sociedade estejam para isso profissionalmente habilitados. Recurso extraordinário não conhecido." (RE 82.091-4)

"Tributário. Imposto Sobre Serviços. Empresa de grande porte, em que os trabalhos resultantes são de produção promíscua ou indistinta, sem característica de trabalho pessoal, não tem direito à tributação pela modalidade privilegiada do art. 9º, § 1º, do Decreto-lei nº 406/68. Entendimento razoável (Súmula 400) e inexistência de demonstração de dissídio jurisprudencial". (Ag. 80.985-6)

"Imposto Sobre Serviços. Sociedade Civil. Benefício tributário. Prestação de serviços em caráter empresarial. Sociedade que não reúne condições para caracterizar-se como sociedade uniprofissional ou pluriprofissional de prestação de serviços, pois organizada em forma empresarial, não merece ser tributada à base dos incisos legais aplicáveis ao profissional liberal, senão que lhe cabe o tratamento genérico dado à empresa. Agravo regimental improvido." (AG. 90.410-7)

"Imposto Sobre Serviços. Alíquotas. Sociedade de prestação de serviços contábeis. Forma empresarial. Decreto-lei nº 406/68, art. 9º, §§ 1º e 3º. Desde que a prestação do serviço assuma forma empresarial pela atividade conjunta e indiscriminada dos seus elementos na realização do serviço típico, descaracterizada está a forma pessoal do trabalho do profissional, sem que caiba, portanto, o tratamento favorecido do § 3º c/c § 1º do art. 9º do Decreto-lei nº 406. Recurso extraordinário não conhecido." (RE 99.266-9)



## 2.4. Corridas de Animais – Não Incidência do ISS sobre o Movimento de Apostas

- Prevista no item 60, alínea "b", da lista da Lei Complementar 56/87, as **corridas de animais**, espécies do gênero fornecimento de diversões públicas, são **tributadas** com base na receita obtida com a venda de ingressos aos espectadores, e **não pelo movimento geral de apostas**, sujeito à competência fiscal da União.

### *JURISPRUDÊNCIA*

Decisões do STF nos RE 74.506-8 e 74.849-1:

"Imposto Sobre Serviços. Sociedade turfística. Movimento geral de apostas, ilegitimidade na incidência do tributo, pois legítima apenas a cobrança sobre os ingressos vendidos aos freqüentadores. Precedente: RE 74.849. Recurso extraordinário conhecido e provido." (RE 74.506-8)

"Incidência tributária sobre corridas de cavalo.

II – É legítima a cobrança do ISS sobre os ingressos vendidos aos freqüentadores dos hipódromos, porém, é ilegítima a pretensão do município de tributar a renda das apostas ou proventos das sociedades mantenedoras dos hipódromos, por ser tal da competência tributária da União.

III – RE conhecido e provido, em parte, para excluir da pretensão do autor de haver participação sobre a renda líquida da sociedade mantenedora do hipódromo. "(RE 74.849-1)

## 2.5. A Finalidade Lucrativa como Elemento Essencial do Fato Gerador do ISS

- Por força do ainda vigente artigo 8º do Decreto-Lei 406/68, o ISS incide sobre serviços prestados por empresa ou profissional autônomo, o que significa dizer que incide sobre serviços prestados com finalidade lucrativa – o lucro, ensinam os doutrinadores, ao menos em potencial, deve estar presente quando da execução do serviço, ou não se poderá cogitar da exigência do ISS.

### ***JURISPRUDÊNCIA***

Decisão do STF no Recurso Extraordinário 107.009-9:

"ISS. Serviços prestados por associações civis recreativas a seus sócios ou a seus próprios empregados: estacionamento e fisioterapia.

Correção monetária: repetição de indébito.

A jurisprudência do STF, quanto a serviços prestados por associações civis recreativas, tem-se orientado no sentido de que se tais empresas prestam serviços a terceiros, obtendo lucro, no que diz respeito a tais serviços incide o ISS, pois, sob esse aspecto se equipara a empresas. Sendo, porém, os serviços destinados a atender seus próprios sócios, e mesmo a empregados da entidade, mas com vistas à própria realização de suas finalidades, sem objetivo de lucro, não há incidência daquele tributo."

Assim, o serviço de estacionamento do Jockey Club de São Paulo, destinado aos próprios sócios e os de fisioterapia também a estes destinados e utilizados por empregados da associação, com vistas à própria finalidade desta, sem objetivo de lucro, não estão sujeitos ao ISS. Precedentes."

## **2.6 A Não Incidência do Imposto no Caso de Serviços Prestados como Etapa dos Processos de Industrialização ou Comercialização**

- item 72 da lista publicada pela Lei Complementar 56/87, repetindo, aliás, dispositivo de idêntico teor do Decreto-Lei 834/69, exclui, do campo de incidência do ISS, os serviços que descreve (recondicionamento, tingimento, beneficiamento etc.), **quando prestados como etapas dos processos de comercialização e industrialização.**

### ***JURISPRUDÊNCIA***

Decisão do STF no Agravo 97.498-9:

"1. O C. Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro, em grau de embargos infringentes, julgou procedente ação proposta pela ora agravada, para declarar que na atividade específica de corte de sucata para industrialização, não está a autora sujeita ao recolhimento do ISS'

2. Interposto recurso ordinário pela Prefeitura Municipal de Volta Redonda (fls. 24 / 41), com fundamento nas alíneas "a" e "d" do permissivo constitucional, alegando negativa de vigência de diversos dispositivos de leis federais e divergência jurisprudencial, foi indeferido pelo r. despacho de fls. 18/19, que se fundou no óbice do art. 325, VIII (valor da causa) do RISTF, já que ausentes as ressalvas previstas no *caput* do mesmo artigo. Procedentes os fundamentos da inadmissão, nego seguimento."

## **2.7. Tributação dos Serviços de Gráficas**

- A farta jurisprudência do Supremo não mais deixa margens a dúvidas quanto à **incidência do ISS**, e não do ICMS, sobre os serviços de tipografias ou empresas gráficas, quando confeccionam **impressos por encomenda do cliente e individualizados para uso deste**.

### ***JURISPRUDÊNCIA***

Decisões do STF nos RE 106.800-1, 91.562-1, 93.053-1 e 106.069-7:

"ICM. ISS. Composição gráfica. Impressos personalizados. Prestação de serviços.

Admitido pelo acórdão recorrido que as provas indicam ser a empresa contribuinte prestadora de serviços de composição gráfica, por encomenda, e impressos personalizados, é conseqüentemente ter como incidente, na espécie, o ISS e não o ICM. Recurso Extraordinário não reconhecido." (RE 106.800-1)

"Serviços de composição gráfica (Feitura e impressão de notas fiscais, fichas, talões, cartões etc.)

Sujeição, apenas, ao ISS.

Aplicação da Constituição, art. 24, II, c/c o art. 8º, § 1º, do Decreto-lei nº 406/68, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 834/69. Tabela, itens X e XXI. Recurso extraordinário conhecido e provido." (RE 91.562-1)

"1 – Ao redigir o § 1º do art. 8º do Decreto-lei 406/68, teve o seu autor o capricho de salientar que é tributável pelo ISS o serviço que, incluído na lista, seja prestado com o fornecimento de mercadorias, e que, ao redigir o § 2º, do mesmo artigo, ele teve o cuidado visível de tributar pelo ICM o fornecimento de mercadorias com a prestação de serviços não especificados na lista (o § 2º foi de novo redigido pelo Decreto-lei nº 834/69). A comparação dessas duas normas permite se vislumbre que o legislador fixou, para o assunto, o critério da utilidade preponderante: no § 1º, o serviço prepondera sobre a mercadoria e incide o ISS; no § 2º, a mercadoria prepondera sobre o serviço e incide o ICM.

2 – Composição gráfica. É prestação de serviço que abrange o fornecimento de mercadorias (papel, tinta etc.), mercadorias que, todavia, não constituem, no caso, a utilidade preponderante. Incide nela o ISS e não o ICM.

3 – O § 1º do art. 8º do Decreto-lei nº 406/68 não é inconstitucional.

4 – Precedentes do STF sobre a matéria.

(Continua)

5 – Recurso extraordinário do Fisco de Minas Gerais a que a Corte nega conhecimento.” (RE 93.053-1)

”ISS. Serviço gráfico por encomenda e personalizado. Utilização em produtos vendidos a terceiros.

A feitura de rótulos, fitas, etiquetas adesivas e de identificação de produtos e mercadorias, sob encomenda e personalizadas, é atividade de empresa gráfica sujeita ao ISS, o que não se desfigura por utilizá-los o cliente e encomendante na embalagem de produtos por ele fabricados e vendidos a terceiro. Recurso Extraordinário conhecido e provido.” (RE 106.069-79)

## 2.8. A Não Incidência do ISS sobre a Atividade das Cooperativas

- Engano freqüente dos que lidam com a tributação pelo ISS consiste em enxergar, nas cooperativas, empresas prestadoras de serviços sujeitos ao imposto. Na realidade, **quem presta serviços tributáveis**, quando abrigados pela lista, **são os cooperados e não a cooperativa** de serviços à qual associados.

### *JURISPRUDÊNCIA*

Decisão do STF no RE 97.059-2:

”ISS. Cooperativa. Não incidência sobre sua atividade, bem analisada a atuação que desenvolve, não exercendo recrutamento, colocação ou fornecimento de mão-de-obra. Dispositivo do art. 20 do Código Civil não pré-questionado. Precedentes da Corte, recurso extraordinário não conhecido.”

## 3. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO “INTER VIVOS” DE BENS IMÓVEIS – ITBI

Impossibilidade de instituir alíquotas progressivas

Embora se mostre justa a tributação por alíquotas progressivas, segundo o valor dos imóveis, na transmissão de bens imóveis “inter vivos”, os tribunais têm entendido não haver suporte constitucional para tanto.

### ***JURISPRUDÊNCIA***

Decisão do 1ª TACIVIL 7ª Câmara SP

Pagamento do imposto mediante alíquota única de 2%. Rejeição da preliminar de carência. Parágrafo único do artigo 800 do CPC. Progressividade. Aplicabilidade da Súmula nº 45 desta Corte. Impossibilidade de instituir alíquotas Progressivas. Cautelar Procedente (1ª TACIVIL 7ª Câmara; Medida Cautelar nº 689.325-4-SP; Re. Juiz Carlos Renato de Azevedo; j.04.02.1997 v.u; ementa).

Decisão 1ª TACIVIL 4ª Câmara – SP

Exigência do imposto sob alíquota progressiva. Ilegalidade. Ausência progressão ou escalonamento estampado na Lei Municipal 11154/91. Concessão para a celebração de escritura. Ordem concedida. (1ª TACIVIL 4ª Câmara; MS nº 590634-3 São Paulo; Rel. Juiz Carlos Alberto Bittar; j. 18.05.1994; v.u.).

## **4. TAXAS**

### **4.1. Das Taxas de Limpeza e Conservação de Vias e Logradouros Públicos**

- Segundo o disposto no inciso II e no § 2º do artigo 145 da Constituição Federal, as taxas remuneram serviços públicos específicos e divisíveis e não podem ter base de cálculo própria de impostos. Assim, para servir de fundamento à cobrança de uma taxa, o serviço há de ser divisível, ou seja, passível de utilização, separadamente, pelos seus respectivos contribuintes. Explicitando: um serviço é divisível quando se pode determinar em que medida cada contribuinte o utiliza.
- Invocando as aludidas normas constitucionais, o Supremo Tribunal Federal vem rejeitando a cobrança de taxas remuneratórias da limpeza e conservação de logradouros públicos.

### ***JURISPRUDÊNCIA***

Decisão do STF no RE 204.827, reproduzida no item 1.2. acerca da progressividade do IPTU, afirma que as taxas de limpeza e conservação de vias e logradouros públicos do Município de São Paulo, cobradas em face da prestação dos serviços de varrição, lavagem, capinação, desentupimento de bueiros e bocas de lobo, conservação do calçamento e dos leitos não pavimentados das ruas, praças e estradas municipais, "têm por fato gerador prestação de serviço inespecífico, não mensurável, indivisível e insuscetível de ser referido a determinado contribuinte, não tendo de ser custeado senão por meio do produto da arrecadação dos impostos gerais."

Ainda nessa decisão, o STF reafirma a inconstitucionalidade das mesmas taxas, porque calculadas com base em elementos da base de cálculo do IPTU, quais sejam, área e testada do imóvel ( vide RE 204.827 supracitado).

Decisão do STF, reafirmando a mesma tese, no Agravo 194.063-3: "TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA E IPTU – IDENTIDADE DE BASE DE CÁLCULO – IMPOSSIBILIDADE.

Não se revela exigível a taxa de serviços urbanos cuja base de cálculo tenha como amparo elementos que se identifiquem com o conteúdo da base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, de acordo com a vedação expressa **contida no**

#### **4.2. Da Taxa de Iluminação Pública**

- Pelas mesmas razões aludidas em relação às taxas de limpeza e conservação de logradouros públicos, o STF tem rejeitado, também, a cobrança da taxa de iluminação pública.

#### **4.3. Da Taxa de Licença e Fiscalização de Localização e Funcionamento de Estabelecimentos e Atividades no Território do Município**

- O fato gerador das taxas desta espécie **não pode**, consoante o pronunciamento reiterado dos nossos tribunais, **residir na renovação anual da**

**licença** para o funcionamento de estabelecimentos e atividades no território do município.

- Os nossos tribunais têm igualmente **refutado o cálculo, baseado no número de empregados**, das taxas de fiscalização de estabelecimentos e atividades.

### ***JURISPRUDÊNCIA***

Decisão do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 141.341:

"Taxa Municipal de Licença e Funcionamento – Renovação – É ilegal a cobrança, pelo Município, de renovação da Taxa de Licença, Localização e Funcionamento em face da inexistência da contraprestação de serviços e da efetiva realização do poder de polícia."

Decisão do STF no RE 202.393:

"LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL – BASE DE CÁLCULO – NÚMERO DE EMPREGADOS.

Não se coaduna com a natureza do tributo o cálculo a partir do número de empregados – Precedente: Recurso Extraordinário nº 88.327, relatado pelo Ministro Décio Miranda, perante o Tribunal Pleno, tendo sido publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência nº 91/967."

Decisão do STF no RE 100.201-8:

#### **"TAXA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.**

Sendo a taxa uma contraprestação da atividade estatal desenvolvida genericamente em prol do contribuinte, seu fato gerador é essa atividade, a este devendo corresponder a base de cálculo. A taxa de licença não pode ter por base de cálculo o valor do patrimônio, a renda, o volume da produção, o número de empregados ou outros elementos que não dizem respeito ao custo da atividade estatal, no exercício do poder de polícia."